

Estado de Alagoas  
Prefeitura Municipal de São Miguel dos Campos  
**Gabinete do Prefeito**

# **NOVO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL**

## **LEI Nº: 1.399 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014**

**GEORGE CLEMENTE VIEIRA**  
**PREFEITO**



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS**

**Lei nº: 1.399, de 16 de dezembro de 2014**

***DISPÕE SOBRE O SISTEMA TRIBUTÁRIO DO  
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS.***

O Prefeito do Município de **SÃO MIGUEL DOS CAMPOS**, no uso das atribuições e prerrogativas legais, faz saber que o Poder Legislativo aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

**LIVRO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** Esta Lei, denominada Código Tributário do Município de **SÃO MIGUEL DOS CAMPOS**, regula e disciplina, com fundamento na Constituição Federal, no Código Tributário Nacional, Leis Complementares e Lei Orgânica do Município, os direitos e as obrigações que emanam das relações jurídicas referentes a tributos de competência municipal e às rendas deles derivadas que integram a receita do Município.

**TÍTULO I**  
**DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**  
**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 2º** A legislação tributária do Município de **SÃO MIGUEL DOS CAMPOS** compreende as leis, os decretos e as normas complementares que versam, no todo ou em parte, sobre os tributos de sua competência e as relações jurídicas a eles pertinentes.

Parágrafo único. São normas complementares das leis e dos decretos:

- I - os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas competentes;
- II - as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa a que a lei atribua eficácia normativa;
- III - os convênios celebrados pelo Município com a União, o Estado, o Distrito Federal ou outros Municípios.

**Art. 3º** Para sua aplicação, a lei tributária poderá ser regulamentada por decreto, com conteúdo e alcance restritos às leis que lhe deram origem, observadas as regras de interpretação estabelecidas nesta Lei.



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

**CAPÍTULO II**  
**DA APLICAÇÃO E VIGÊNCIA DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Art. 4º** Esta Lei tem aplicação em todo o território do Município de SÃO MIGUEL DOS CAMPOS e estabelece a relação jurídico-tributária no momento em que tiver lugar o ato ou fato tributável, salvo disposição em contrário.

**Art. 5º** Esta Lei tem aplicação obrigatória pelas autoridades administrativas, não constituindo motivo para deixar de aplicá-la o silêncio, a omissão ou a obscuridade de seu texto.

**Art. 6º** Quando ocorrer dúvida quanto à aplicação de dispositivo desta Lei o contribuinte poderá, mediante petição, consultar à hipótese concreta do fato.

**CAPÍTULO III**  
**DA INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Art. 7º** Na aplicação da legislação tributária são admissíveis quaisquer métodos ou processos de interpretação, observado o disposto neste capítulo.

§1º. Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará, sucessivamente, na ordem indicada:

- I - a analogia;
- II - os princípios gerais de direito tributário;
- III - os princípios gerais de direito público;
- IV - a equidade.

§2º. O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.

§3º. O emprego da equidade não poderá resultar na dispensa do pagamento do tributo devido.

**Art. 8º** Interpreta-se literalmente esta Lei, sempre que dispuser sobre:

- I - suspensão ou exclusão de crédito tributário;
- II - outorga de isenção;
- III - dispensa de cumprimento de obrigações tributárias acessórias.

**Art. 9º** Interpreta-se esta Lei de maneira mais favorável ao infrator, no que se refere à definição de infrações e à cominação de penalidades, nos casos de dúvida quanto:

- I - à capitulação legal do fato;
- II - à natureza ou às circunstâncias materiais do fato, ou à natureza ou extensão dos seus efeitos;



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

III - à autoria, imputabilidade ou punibilidade;

IV - à natureza da penalidade aplicável ou à sua graduação.

**TÍTULO II**  
**DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA**  
**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 10.** Decorre a obrigação tributária do fato de encontrar-se a pessoa física ou jurídica nas condições previstas em lei, dando lugar à referida obrigação.

**Art. 11.** A obrigação tributária é principal ou acessória.

§1º. A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por seu objeto o pagamento do tributo ou penalidade pecuniária, extinguindo-se juntamente com o crédito dela decorrente.

§2º. A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto prestações positivas ou negativas nela previstas no interesse do lançamento, da cobrança e da fiscalização dos tributos.

§3º. A obrigação acessória, pelo simples fato da sua não observância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

**Art. 12.** Se não for fixado o tempo do pagamento, o vencimento da obrigação tributária ocorre 30 (trinta) dias após a data da apresentação da declaração do lançamento ou da notificação do sujeito passivo.

**CAPÍTULO II**  
**DO FATO GERADOR**

**Art. 13.** O fato gerador da obrigação tributária principal é a situação definida nesta Lei como necessária e suficiente para justificar o lançamento e a cobrança de cada um dos tributos do Município.

**Art. 14.** O fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, imponha a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

**Art. 15.** O lançamento do tributo e a definição legal do fato gerador são interpretados independentemente, abstraindo-se:

I - a validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos;

II - os efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.





Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS**

**Art. 16.** Salvo, disposição em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos:

I - tratando-se de situação de fato, desde o momento em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produzam os efeitos que normalmente lhe são próprios;

II - tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que ela esteja definitivamente constituída, nos termos do direito aplicável.

§1º. A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária.

§2º. Para os efeitos do inciso II e salvo disposição de lei em contrário, os atos ou negócios jurídicos condicionais reputam-se perfeitos e acabados.

**CAPÍTULO III**  
**DO SUJEITO ATIVO**

**Art. 17.** Sujeito ativo da obrigação tributária é o Município de SÃO MIGUEL DOS CAMPOS.

**CAPÍTULO IV**  
**DO SUJEITO PASSIVO**

**Art. 18.** Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

Parágrafo único. O sujeito passivo da obrigação principal diz-se:

I - contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;

II - responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa nesta Lei.

**Art. 19.** Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada à prática ou à abstenção de atos discriminados na legislação tributária do Município, que não configurem obrigação principal de tributo ou penalidade pecuniária.

**Art. 20.** O sujeito passivo, caso convocado, fica obrigado a prestar as declarações solicitadas pela autoridade administrativa que, quando julgá-las insuficientes ou imprecisas, poderá exigir que sejam completadas ou esclarecidas.

§1º. A convocação do contribuinte será feita por quaisquer dos meios previstos nesta Lei.



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS**

§2º. Feita a convocação do contribuinte, terá ele o prazo, a cargo da administração, de até 20 (vinte) dias, para prestar os esclarecimentos solicitados, sob pena de que se proceda ao lançamento de ofício, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis, a contar da intimação.

**CAPÍTULO V**  
**DA CAPACIDADE TRIBUTÁRIA**

**Art. 21.** A capacidade tributária passiva independe:

- I - da capacidade civil das pessoas naturais;
- II - de encontrar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens e negócios;
- III - de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.

**CAPÍTULO VI**  
**DO DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO**

**Art. 22.** Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, para os fins desta Lei, considera-se como tal:

- I - quanto às pessoas físicas, a sua residência habitual ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade, no território do Município;
- II - quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, o lugar de cada estabelecimento situado no território do Município;
- III - quanto às pessoas jurídicas de direito público, qualquer de suas repartições no território do Município.

§1º. Quando não couber a aplicação das regras previstas em quaisquer dos incisos deste artigo, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos que derem origem à obrigação.

§2º. A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo, aplicando-se então a regra do parágrafo anterior.

§3º. Os contribuintes comunicarão à repartição competente a mudança de domicílio no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§4º. O domicílio fiscal e o número de inscrição respectivo serão obrigatoriamente consignados nos documentos e papéis dirigidos às repartições fiscais do Município.

**CAPÍTULO VII**  
**DA SOLIDARIEDADE**



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS**

**Art. 23.** São solidariamente obrigadas:

I - as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato da obrigação principal;

II - as pessoas expressamente designadas por lei;

III - todos os que, por qualquer meio ou em razão de ofício, participem ou guardem vínculo ao fato gerador da obrigação tributária.

§1º. A solidariedade não comporta benefício de ordem.

§2º. A solidariedade subsiste em relação a cada um dos devedores solidários, até a extinção do crédito fiscal.

**Art. 24.** Salvo disposição em contrário, são os seguintes os efeitos da solidariedade:

I - o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais;

II - a isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, neste caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo;

III - a interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica os demais.

**CAPÍTULO VIII**  
**DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA**  
**SEÇÃO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 25.** Sem prejuízo do disposto neste capítulo, esta Lei disporá sobre a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo a este, em caráter supletivo, o cumprimento total ou parcial da referida obrigação.

**SEÇÃO II**  
**DA RESPONSABILIDADE DOS SUCESSORES**

**Art. 26.** O disposto nesta seção se aplica por igual aos créditos tributários definitivamente constituídos ou em curso de constituição à data dos atos nela referidos, e aos constituídos posteriormente aos mesmos atos, desde que relativos às obrigações tributárias surgidas até a referida data.

**Art. 27.** Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim relativos a taxas pela prestação de



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

serviços referentes a tais bens ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

Parágrafo único. No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço.

**Art. 28.** São pessoalmente responsáveis:

- I - o adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos;
- II - o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação;
- III - o espólio, pelos tributos devidos pelo “de cujus” até a data da abertura da sucessão.

**Art. 29.** A pessoa jurídica de direito privado que resultar da fusão, transformação ou incorporação de outra é responsável pelos tributos devidos pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas, até a data do respectivo ato.

Parágrafo único. O disposto neste artigo se aplica aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente, ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social ou firma individual.

**Art. 30.** A pessoa física ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato:

- I - integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade;
- II - subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar, dentro de 6 (seis) meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

**SEÇÃO III**  
**DA RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS**

**Art. 31.** Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este, nos atos que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis:

- I - os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores;
- II - os tutores ou curadores, pelos tributos devidos pelos seus tutelados ou curatelados;
- III - os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes;
- IV - o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio;



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

V - o síndico e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário;

VI - os tabeliães, escrivãos e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos pelos atos praticados por eles, ou perante eles, em razão de seu ofício;

VII - os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas.

Parágrafo único. O disposto neste artigo só se aplica, em matéria de penalidade, às de caráter moratório.

**Art. 32.** São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes às obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos:

I - as pessoas referidas no artigo anterior;

II - os mandatários, prepostos e empregados;

III - os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

SEÇÃO IV  
DA RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÕES

**Art. 33.** Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

**Art. 34.** A responsabilidade é pessoal ao agente:

I - quanto às infrações conceituadas por lei como crimes ou contravenções, salvo quando praticadas no exercício regular de administração, mandato, função, cargo ou emprego, ou no cumprimento de ordem expressa emitida por quem de direito;

II - quanto às infrações em cuja definição o dolo específico do agente seja elementar;

III - quanto às infrações que decorram direta e exclusivamente de dolo específico:

a) das pessoas referidas no artigo 31, contra aquelas por quem respondem;

b) dos mandatários, prepostos ou empregados, contra seus mandantes, preponentes ou empregadores;

c) dos diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado, contra estas.



Lei nº. 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

**TÍTULO III**  
**DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO**  
**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 35.** O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.

**Art. 36.** As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluam sua exigibilidade, não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.

**Art. 37.** O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem a sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos em lei, fora dos quais não podem ser dispensados, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias.

**Art. 38.** Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, anistia ou remissão que envolva matéria tributária de competência do Município somente poderá ser concedida através de lei específica.

**CAPÍTULO II**  
**DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO**  
**SEÇÃO I**  
**DO LANÇAMENTO**

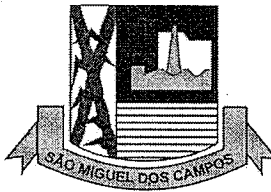
**Art. 39.** Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

Parágrafo único. A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

**Art. 40.** O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e é regido pela então lei vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

Parágrafo único. Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliando os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

**Art. 41.** O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo somente pode ser alterado em virtude de:



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

- I - impugnação do sujeito passivo;
- II - recurso de ofício;
- III - iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no art. 49, desta Lei.

**Art. 42.** Considera-se o contribuinte notificado do lançamento ou de qualquer alteração que ocorra posteriormente, daí se contando o prazo para reclamação, relativamente às inscrições nela indicadas, sucessivamente, através:

- I - da notificação direta;
- II - da remessa do aviso por via postal;
- III - da publicação de edital.

§1º. Quando o domicílio tributário do contribuinte se localizar fora do território do Município, considerar-se-á feita notificação direta com a remessa do aviso por via postal.

§2º. Na impossibilidade de se localizar pessoalmente o sujeito passivo, quer através da entrega pessoal da notificação, quer através de sua remessa por via postal, reputar-se-á efetivado o lançamento ou as suas alterações mediante a comunicação na forma do inciso III deste artigo.

§3º. A recusa do sujeito passivo em receber a comunicação do lançamento, ou a impossibilidade de localizá-lo pessoalmente ou através de via postal, não implica dilatação do prazo concedido para o cumprimento da obrigação tributária ou para a apresentação de reclamações ou interposição de recursos.

§4º. A notificação de lançamento conterá:

- I - o nome do sujeito passivo e seu domicílio tributário;
- II - a denominação do tributo e o exercício a que se refere;
- III - o valor do tributo, sua alíquota e a base de cálculo;
- IV - o prazo para pagamento ou impugnação;
- V - o comprovante, para o órgão fiscal, de recebimento pelo contribuinte;
- VI - demais elementos estipulados em regulamento.

§5º. Considera-se feita a notificação:

- I - se direta, na data do respectivo ciente;
- II - se por carta, na data do recibo de volta, ou se for omitido, 5 (cinco) dias após a data da entrega da carta à agência postal;
- III - se por edital, 5 (cinco) dias após a sua afixação ou publicação.

**Art. 43.** Enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública, poderão ser efetuados lançamentos omitidos, por qualquer circunstância, nas épocas próprias, bem como lançamentos complementares de outros viciados por irregularidade ou erro de fato.



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS**

Parágrafo único. No caso deste artigo, o débito decorrente do lançamento anterior, quando quitado, será considerado como pagamento parcial do crédito resultante do lançamento complementar.

**Art. 44.** Quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração o valor ou o preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora arbitrará aquele valor ou preço, sempre que sejam omissos ou que não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvado, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial.

**Art. 45.** É facultado ainda à Fazenda Pública Municipal o arbitramento de bases tributárias, quando ocorrer sonegação cujo montante não se possa conhecer exatamente ou fato que impossibilite a obtenção de dados exatos ou dos elementos necessários à fixação da base de cálculo ou alíquota do tributo.

**Art. 46.** A modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento, somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.

**SEÇÃO II**  
**DAS MODALIDADES DE LANÇAMENTO**

**Art. 47.** O lançamento é efetuado:

- I - com base em declaração do contribuinte ou de seu representante legal;
- II - de ofício, nos casos previstos neste capítulo;
- III - por homologação.

**Art. 48.** Far-se-á o lançamento com base na declaração do contribuinte, quando este prestar à autoridade administrativa informação sobre a matéria de fato, indispensáveis à efetivação do lançamento.

§1º. A retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante quando vise reduzir ou excluir tributo, só é admissível mediante comprovação do erro em que se funde e antes de notificado o lançamento.

§2º. Os erros contidos na declaração e apuráveis pelo seu exame serão retificados de ofício pela autoridade administrativa a quem competir a revisão daquela.

**Art. 49.** O lançamento é efetuado e revisto de ofício pelas autoridades administrativas nos seguintes casos:

- I - quando a lei assim o determine;





Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS**

II - quando a declaração não seja prestada por quem de direito, no prazo e na forma desta lei;

III - quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração, nos termos do inciso anterior, deixe de atender, no prazo, ao pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade;

IV - quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;

V - quando se comprove omissão ou inexatidão, por parte de pessoa legalmente obrigada, nos casos de lançamento por homologação a que se refere o artigo 50 desta Lei;

VI - quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo ou de terceiro legalmente obrigado, que conceda lugar à aplicação de penalidade pecuniária;

VII - quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação;

VIII - quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado quando do lançamento anterior;

IX - quando se comprove que no lançamento anterior ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade essencial;

X - quando se comprove que no lançamento anterior ocorreu erro na apreciação dos fatos ou na aplicação da lei.

**Art. 50.** O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente o homologue.

§1º. O pagamento antecipado pelo obrigado nos termos deste artigo extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação do lançamento.

§2º. Não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, visando à extinção total ou parcial do crédito.

§3º. Os atos a que se refere o parágrafo anterior serão considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade ou sua graduação.

§4º. O prazo para a homologação será de 5 (cinco) anos a contar da ocorrência do fato gerador.

§5º. Expirado o prazo previsto no parágrafo anterior sem que a Fazenda Pública Municipal tenha se pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

**Art. 51.** A declaração ou comunicação fora do prazo, para efeito de lançamento, não desobriga o contribuinte do pagamento das multas e atualização monetária.



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS**

**Art. 52.** Nos termos do inciso VI do artigo 31, até o dia 10 (dez) de cada mês os serventuários da Justiça enviarão à Fazenda Pública Municipal, conforme modelos regulamentares, extratos ou comunicações de atos relativos a imóveis, inclusive escrituras de enfiteuse, anticrese, hipotecas, arrendamentos ou locação, bem como das averbações, inscrições ou transações realizadas no mês anterior.

Parágrafo único. Os cartórios e tabelionatos serão obrigados a exigir, sob pena de responsabilidade, sem prejuízo da pena prevista na alínea “a” inciso I do artigo 98, para efeito de lavratura de transferência ou venda de imóvel, além da comprovação de prévia quitação do ITBI, inter vivos, a certidão de aprovação do loteamento, quando couber, e enviar à Fazenda Pública Municipal os dados das operações realizadas com imóveis nos termos do caput deste artigo.

**CAPÍTULO III**  
**DA SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO**  
**SEÇÃO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 53.** Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

- I - a moratória;
- II - o depósito do seu montante integral ou parcial;
- III - as reclamações e os recursos nos termos deste Código;
- IV - a concessão de medida liminar em mandado de segurança;
- V - a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial;
- VI - o parcelamento.

§1.º O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso ou dela conseqüentes.

§2.º O depósito parcial do crédito tributário somente suspenderá este até o limite depositado, ficando o remanescente sujeito aos acréscimos legais.

**SEÇÃO II**  
**DA MORATÓRIA**

**Art. 54.** Constitui moratória a concessão, mediante lei específica, de novo prazo ao sujeito passivo, após o vencimento do prazo originalmente assinalado, para o pagamento do crédito tributário.

**Art. 55.** A moratória será concedida em caráter geral ou individual, por despacho da autoridade administrativa competente, desde que autorizada por lei municipal.



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

Parágrafo único. A lei concessiva da moratória pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade a determinada área do Município ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.

**Art. 56.** A lei que conceder a moratória especificará, sem prejuízo de outros requisitos:

- I - o prazo de duração do favor;
- II - as condições da concessão;
- III - os tributos alcançados pela moratória;
- IV - o número de prestações e seus vencimentos, dentro do prazo estabelecido, podendo se fixar prazos para cada um dos tributos considerados;
- V - garantias.

**Art. 57.** Salvo disposição de lei em contrário, a moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido efetuado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

Parágrafo único. A moratória não aproveita os casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou de terceiro em benefício daquele.

**Art. 58.** A concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirido e será revogada de ofício sempre que se apurar que o beneficiado não satisfaz ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpriu ou deixou de cumprir os requisitos para concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros e atualização monetária:

- I - com imposição de penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado ou de terceiro em benefício daquele;
- II - sem imposição de penalidade, nos demais casos.

§1º. No caso do inciso I deste artigo, o tempo decorrido entre a concessão da moratória e sua revogação não se computa para efeito da prescrição do direito à cobrança do crédito.

§2º. No caso do inciso II deste artigo, a revogação só pode ocorrer antes de prescrito o referido direito.

SEÇÃO III  
DO PARCELAMENTO

**Art. 59.** Os créditos tributários, regularmente constituídos, poderão ser pagos em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sendo o valor das parcelas corrigido monetariamente.

§1º. O parcelamento a ser concedido, nos termos do “caput” deste artigo, estará condicionado ao valor mínimo de cada parcela, conforme os seguintes critérios:



Lei nº. 1.399 de 16/12/2014

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS**

- a) Pessoa Física – R\$ 25,00;
- b) Estabelecimentos Rudimentares/Microempreendedor Individual – R\$ 50,00;
- c) Microempresa – R\$100,00
- d) Empresa de Pequeno Porte – R\$ 150,00;
- e) Empresa de Médio Porte – R\$ 300,00;
- f) Empresa de Grande Porte – R\$ 500,00.

§2º. Incidirá atualização monetária sobre o saldo devedor das parcelas que ultrapassarem mais de um exercício.

§3º. Aplicam-se, subsidiariamente, ao parcelamento, as disposições desta lei, relativas à moratória.

§4º. A falta de pagamento de 03 (três) parcelas consecutivas acarretará o vencimento das demais e, quando for o caso, na forma do disposto no Parágrafo único do artigo 99, perda dos descontos concedidos, encaminhando-se o processo ou Certidão da Dívida Ativa, dentro de 30 (trinta) dias, à Procuradoria Municipal, para dar início ou prosseguimento à cobrança executiva do débito.

**SEÇÃO IV**  
**DO DEPÓSITO**

**Art. 60.** O sujeito passivo poderá efetuar o depósito do montante integral ou parcial da obrigação tributária:

I - quando preferir o depósito à consignação judicial;

II - para atribuir efeito suspensivo:

a) à consulta formulada na forma deste Código;

b) a qualquer outro ato por ele impetrado, administrativa ou judicialmente, visando à modificação, extinção ou exclusão total ou parcial da obrigação tributária.

**Art. 61.** O depósito prévio será necessário:

I - para garantia de instância, na forma prevista nas normas processuais deste Código;

II - como garantia a ser oferecida pelo sujeito passivo, nos casos de compensação;

III - como concessão por parte do sujeito passivo, nos casos de transação;

IV - em quaisquer outras circunstâncias nas quais se fizer necessário resguardar os interesses do fisco.

**Art. 62.** A importância a ser depositada corresponderá ao valor integral do crédito tributário apurado:

I - pelo fisco, nos casos de:

a) lançamento direto;

b) lançamento por declaração;



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

c) alteração ou substituição do lançamento original, qualquer que tenha sido a sua modalidade;

d) aplicação de penalidades pecuniárias;

II - pelo próprio sujeito passivo, nos casos de:

a) lançamento por homologação;

b) retificação da declaração, nos casos de lançamento por declaração, por iniciativa do próprio declarante;

c) confissão espontânea da obrigação, antes do início de qualquer procedimento fiscal;

III - na decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte, ao sujeito passivo;

IV - mediante estimativa ou arbitramento procedido pelo fisco, sempre que não puder ser determinado o montante integral do crédito tributário, sem prejuízo da liquidez do crédito tributário.

**Art. 63.** Considerar-se-á suspensa a exigibilidade do crédito tributário, a partir da data da efetivação do depósito, observado o disposto no artigo seguinte.

**Art. 64.** O depósito poderá ser efetuado nas seguintes modalidades:

I - em moeda corrente do país;

II - por cheque;

III - em títulos da dívida pública municipal.

Parágrafo único. O depósito efetuado por cheque somente suspende a exigibilidade do crédito tributário com o resgate deste pelo sacado.

**Art. 65.** Cabe ao sujeito passivo, por ocasião da efetivação do depósito, especificar qual o crédito tributário ou a sua parcela, quando este for exigido em prestações, por ele abrangido.

Parágrafo único. A efetivação do depósito não importa em suspensão de exigibilidade do crédito tributário:

I - quando parcial, das prestações vincendas em que tenha sido decomposto;

II - quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos ou penalidades pecuniárias.

III - Se dentro do prazo fixado para pagamento o contribuinte efetuar depósito da importância que julgar devida, o crédito fiscal ficará sujeito aos acréscimos legais sobre o remanescente devido.

IV - Caso o depósito, de que trata este artigo, for efetuado fora do prazo, deverá o contribuinte recolher, juntamente com o principal, os acréscimos legais já devidos nessa oportunidade.

**Art. 66.** Uma vez constituído em caráter definitivo o crédito tributário, total ou parcialmente, observar-se-á o seguinte:



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

- I - o valor depositado será convertido em receita tributária, observada a devida proporção;
- II - o saldo devedor porventura existente será imediatamente inscrito em dívida ativa para execução judicial.
- III - O ajuizamento de crédito fiscal sujeita o devedor ao pagamento do débito, seus acréscimos legais e das demais cominações legais.

**SEÇÃO V**  
**DA CESSAÇÃO DO EFEITO SUSPENSIVO**

**Art. 67.** Cessam os efeitos suspensivos relacionados com a exigibilidade do crédito tributário:

- I - pela extinção do crédito tributário, por qualquer das formas previstas neste Código;
- II - pela exclusão do crédito tributário, por qualquer das formas previstas neste Código;
- III - pela decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte;
- IV - pela cassação da medida liminar concedida em mandado de segurança.

**CAPÍTULO IV**  
**DA EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO**  
**SEÇÃO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 68.** Extinguem o crédito tributário:

- I - o pagamento;
- II - a compensação;
- III - a transação;
- IV - a remissão;
- V - a prescrição e a decadência, nos termos do Código Tributário Nacional;
- VI - a conversão do depósito em renda;
- VII - o pagamento antecipado e a homologação do lançamento, nos termos do disposto no artigo 50;
- VIII - a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa;
- IX - a decisão judicial transitada em julgado;
- X - a consignação em pagamento julgada procedente, nos termos da lei;
- XI - a dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em regulamento.



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

**SEÇÃO II  
DO PAGAMENTO**

**Art. 69.** O pagamento de tributos e rendas municipais é efetuado em moeda corrente ou cheque, dentro dos prazos estabelecidos em Lei, regulamento ou fixados pela Administração.

§1º. O crédito pago por cheque somente se considera extinto com o resgate deste pelo sacado.

§2º. O pagamento é efetuado no órgão arrecadador ou em qualquer estabelecimento autorizado por ato executivo, sob pena de nulidade.

§3º. O pagamento poderá ser efetuado mediante parcelamento, conforme regulamento.

**Art. 70.** Nenhum recolhimento de tributo ou penalidade pecuniária será efetuado sem que se expeça o competente documento de arrecadação municipal, na forma estabelecida em regulamento.

Parágrafo único. No caso de expedição fraudulenta de documento de arrecadação municipal, responderão, civilmente, criminalmente e administrativamente, todos aqueles, servidores ou não, que houverem subscrito, emitido ou fornecido.

**Art. 71.** É facultada à Administração a cobrança em conjunto de impostos e taxas, observadas as disposições legais e regulamentares.

**Art. 72.** O pagamento de um crédito não importa em presunção de pagamento:

I - quando parcial, das prestações em que se decompõe;

II - quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos.

**Art. 73.** Nenhum pagamento intempestivo de tributo poderá ser efetuado sem que o infrator pague, no ato, o que for calculado sob a rubrica de penalidade.

**Art. 74.** A imposição de penalidades não elide o pagamento integral do crédito tributário.

**SEÇÃO III  
DA COMPENSAÇÃO E DA TRANSAÇÃO**

**Art. 75.** A compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos do sujeito passivo, poderá ser efetivada pela autoridade competente, mediante a demonstração, em processo, da satisfação total dos créditos da Fazenda Pública Municipal, sem antecipação de suas obrigações.

§1º. É competente para autorizar a compensação o titular da Fazenda Pública Municipal, mediante fundamentado despacho em processo regular.



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

§2º. Sendo o valor do crédito do contribuinte inferior ao seu débito, o saldo apurado poderá ser objeto de parcelamento, obedecidas as normas vigentes.

§ 3º. Sendo o crédito do contribuinte superior ao débito, a diferença em seu favor será paga de acordo com as normas de administração financeira vigente.

§4º. Sendo vincendo o crédito do sujeito passivo, seu montante será reduzido de 1% (um por cento) por mês que decorrer entre a data da compensação e a do vencimento.

§5º. É vedada a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.

**Art. 76.** O sujeito passivo terá direito à compensação total ou parcial das importâncias pagas a título de tributos, nos seguintes casos:

I. Cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido, em face da legislação tributária, ou da natureza ou circunstâncias matérias do fato gerador efetivamente ocorrido;

II. Erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III. Reforma, anulação ou revogação da decisão condenatória.

§1º A Compensação não será automática, seguirá as mesmas regras da Restituição de Tributos e deverá ser utilizada de forma preferencial.

§2º A Compensação se dará com tributos da mesma natureza, será feita exclusivamente com tributos do próprio contribuinte, não sendo permitida a cessão de créditos a terceiros, e seguirá os seguintes critérios:

- a) IPTU com IPTU;
- b) ITBI com ITBI;
- c) ISS com ISS;
- d) Taxas com Taxas;
- e) Imposto Próprio com Imposto Próprio;
- f) Imposto Retido na Fonte com Imposto Retido na Fonte;

§3º A Efetivação e controle da compensação do Imposto Sobre Serviços, após deferida pela administração municipal, somente será se dará por intermédio das ferramentas de emissão de Notas Fiscais Eletrônica e/ou Declaração de Movimentação de Serviços – Livro Eletrônico de ISS, disponibilizados no endereço eletrônico da Secretaria Municipal de Finanças,

§4º O valor máximo a ser compensado, a cada vez, não poderá exceder a 20% (Vinte por cento) do tributo devido.





Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

**Art. 77.** Fica o Executivo Municipal autorizado, sob condições e garantias especiais, a efetuar transação, judicial e extrajudicial, com o sujeito passivo de obrigação tributária para, mediante concessões mútuas, resguardados os interesses municipais, terminar litígio e extinguir o crédito tributário.

§1º. A transação a que se refere este artigo será autorizada pelo titular da Fazenda Pública Municipal, ou pela Procuradoria do Município quando se tratar de transação judicial, em parecer fundamentado e limitar-se-á à dispensa, parcial ou total, dos acréscimos legais referentes à multa de infração, multa de mora, juros e encargos da dívida ativa, quando:

- I - o montante do tributo tenha sido fixado por estimativa ou arbitramento;
- II - a incidência ou o critério de cálculo do tributo for matéria controversa;
- III - ocorrer erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo quanto à matéria de fato;
- IV - ocorrer conflito de competência com outras pessoas de direito público interno;
- V - a demora na solução normal do litígio seja onerosa ou temerária ao Município.

§2º Para que a transação seja autorizada é necessária a justificação, em processo regular, caso a caso, do interesse da Administração no fim da lide, não podendo a liberdade atingir o principal do crédito tributário atualizado, nem o valor da multa fiscal por infração dolosa ou reincidência.

**SEÇÃO IV**  
**DA REMISSÃO**

**Art. 78.** Lei específica poderá autorizar remissão total ou parcial de débitos tributários, atendendo:

- I - a situação econômica do sujeito passivo;
- II - ao erro ou à ignorância escusáveis do sujeito passivo, quanto à matéria de fato;
- III - a diminuta importância do crédito tributário;
- IV - a considerações de equidade, em relação com as características pessoais ou materiais do fato;
- V - a condições peculiares a determinada região do território do Município;
- VI - demais condições fixadas em lei.

§ 1º. A concessão referida neste artigo não gera direito adquirido e será revogada de ofício sempre que se apure que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos necessários à sua obtenção, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis nos casos de dolo ou simulação do beneficiário.

§ 2º. Fica o Secretário de Finanças autorizado a cancelar os créditos tributários de diminuto valor e onerosa cobrança, entendendo-se para tal, aquela cujo valor total, por CDA e por exercício, seja inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

SEÇÃO V  
DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA

**Art. 79.** A ação para cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data de sua constituição definitiva.

**Art. 80.** A prescrição se interrompe:

- I - pela citação pessoal feita ao devedor;
- II - pelo protesto feito ao devedor;
- III - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;
- IV - por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor;
- V - durante o prazo da moratória concedida até a sua revogação em caso de dolo ou simulação do beneficiário ou de terceiro por aquele.

**Art. 81.** O direito da Fazenda Pública Municipal constituir o crédito tributário decai após 5 (cinco) anos, contados:

- I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;
- II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

Parágrafo único. O direito a que se refere este artigo se extingue definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário, pela notificação ao sujeito passivo de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

**Art. 82.** Ocorrendo a prescrição abrir-se-á inquérito administrativo para apurar as responsabilidades, na forma da lei.

Parágrafo único. A autoridade municipal, qualquer que seja seu cargo ou função e independentemente do vínculo empregatício ou funcional, responderá civil, criminal e administrativamente pela prescrição de débitos tributáveis sob sua responsabilidade, cumprindo-lhe indenizar o Município do valor dos débitos prescritos.

SEÇÃO VI  
DAS DEMAIS FORMAS DE EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

**Art. 83.** Extingue o crédito tributário a decisão administrativa ou judicial que expressamente, em conjunto ou isoladamente:

- I - declare a irregularidade de sua constituição;



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS**

II - reconheça a inexistência da obrigação que lhe deu origem;

III - exonere o sujeito passivo do cumprimento da obrigação;

IV - declare a incompetência do sujeito ativo para exigir o cumprimento da obrigação.

§1º. Extinguem, ainda, o crédito tributário:

a) a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa que não mais possa ser objeto de ação anulatória;

b) a decisão judicial passada em julgado.

§2º. Enquanto não tornada definitiva a decisão administrativa ou passada em julgado a decisão judicial, continuará o sujeito passivo obrigado nos termos da legislação tributária, ressalvadas as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito previstas no artigo 53.

**Art. 84.** Extingue ainda o crédito tributário a conversão em renda de depósito em dinheiro previamente efetuado pelo sujeito passivo:

I - para garantia de instância;

II - em decorrência de qualquer outra exigência da legislação tributária.

Parágrafo único. Convertido o depósito em renda, o saldo porventura apurado contra ou a favor do fisco será exigido ou restituído da seguinte forma:

I - a diferença a favor da Fazenda Pública Municipal será exigida através de notificação direta publicada ou entregue pessoalmente ao sujeito passivo, na forma e nos prazos previstos nesta Lei;

II - o saldo a favor do contribuinte será restituído de ofício, independente de prévio protesto, na forma estabelecida para as restituições totais ou parciais do crédito tributário.

**CAPÍTULO V**  
**DA EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO**  
**SEÇÃO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 85.** Excluem o crédito tributário:

I - a isenção;

II - a anistia.

Parágrafo único. A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequentes.

**SEÇÃO II**  
**DA ISENÇÃO**



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

**Art. 86.** Qualquer isenção além das regulamentadas nesta Lei, deverá ser instituída por lei específica que determine as condições e os requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos e/ou taxas a que se aplica e, sendo o caso, o prazo de sua duração.

**Art. 87.** Salvo disposição em contrário, a isenção não é extensiva:

- I - às taxas e à contribuição de melhoria;
- II - aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

**Art. 88.** A isenção, exceto se concedida por prazo certo ou em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei a qualquer tempo, porém, só terá eficácia a partir do exercício seguinte àquele em que tenha sido modificada ou revogada a isenção.

**Art. 89.** A isenção pode ser concedida:

I - em caráter geral, embora a sua aplicabilidade possa ser restrita a determinada área ou zona do Município, em função de condições peculiares;

II - em caráter individual, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos na lei para sua concessão.

§1º. Os prazos e os procedimentos relativos à renovação das isenções serão definidos em ato do Poder Executivo, cessando automaticamente os efeitos do benefício a partir do primeiro dia do período para o qual o interessado deixar de promover a continuidade do reconhecimento da isenção.

§2º. O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido e será revogado de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do benefício.

**SEÇÃO III  
DA ANISTIA**

**Art. 90.** A anistia, entendida como o perdão das infrações cometidas e a conseqüente dispensa dos pagamentos das penalidades pecuniárias a elas relativas, abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a conceder, não se aplicando:

I - aos atos praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiros em benefício daquele;

II - aos atos qualificados como crime de sonegação fiscal, nos termos da Legislação Federal;

III - às infrações resultantes do conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

**Art. 91.** A lei específica que conceder anistia poderá fazê-lo:

- I - em caráter geral;
- II - limitadamente:



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

- a) às infrações da legislação relativa a determinado tributo;
- b) às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza;
- c) à determinada região do território do Município, em função das condições a ela peculiares;
- d) sob condição do pagamento do tributo no prazo fixado pela lei que a conceder, ou cuja fixação seja atribuída pela lei à autoridade administrativa.

§1º. Quando não concedida em caráter geral, a anistia é efetivada, em cada ano, por despacho do Prefeito, ou autoridade delegada, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos na lei para a sua concessão.

§2º. O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido e será revogado de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora, com imposição da penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado ou de terceiro em benefício daquele.

**TÍTULO IV**  
**DOS ACRÉSCIMOS LEGAIS**  
**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 92.** O contribuinte ou responsável que deixar de efetuar o pagamento de tributo ou demais créditos fiscais nos prazos regulamentares, ou que for autuado em processo administrativo-fiscal, ou ainda notificado para pagamento em decorrência de lançamento de ofício, ficará sujeito aos seguintes acréscimos legais:

- I - atualização monetária;
- II - multa de mora;
- III - juros de mora;
- IV - multa de infração.

**SEÇÃO I**  
**DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**

**Art. 93.** Os débitos para com a Fazenda Municipal, de qualquer natureza, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, quando não pagos até a data do vencimento, serão atualizados monetariamente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA,



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

medido pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, observando-se o seguinte:

I – débitos vencidos a partir de **1º de janeiro de 2015**, serão atualizados, mensalmente, pela variação acumulada entre os índices divulgados no mês do vencimento e no mês anterior ao do efetivo pagamento;

II – débitos vencidos até **1º de janeiro de 2015** serão atualizados pela legislação então vigente;

III – a atualização monetária incidirá sobre o valor integral do crédito;

IV – no caso de créditos fiscais decorrentes de multas ou de tributos sujeitos à homologação, será feita a atualização destes levando-se em conta, para tanto, a data em que os mesmos deveriam ser pagos;

V – no caso de tributos recolhidos por iniciativa do contribuinte sem lançamento prévio pela repartição competente, ou ainda quando estejam sujeitos a recolhimento parcelado, o seu pagamento sem o adimplemento concomitante, no todo ou em parte, dos acréscimos legais a que o mesmo esteja sujeito, essa parte acessória passará a constituir débito autônomo, sujeito a plena atualização dos valores e demais acréscimos legais, sob a forma de diferença a ser recolhida de ofício, por notificação da autoridade administrativa, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

SEÇÃO II  
DA MULTA DE MORA

**Art. 94.** A multa de mora, de natureza compensatória, destina-se a compensar o sujeito ativo da obrigação tributária pelo prejuízo suportado em virtude do atraso no pagamento que lhe era devido, e será aplicada na seguinte conformidade:

**I - Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana e Taxas de Serviços Urbanos:**

- a) até 30 (trinta) dias de atraso, 2% (dois por cento) do valor do tributo atualizado;
- b) de 31 a 90 dias de atraso, 4% (quatro por cento) do valor do tributo atualizado;
- c) de 91 a 150 de atraso, 6% (seis por cento) do valor do tributo atualizado;
- d) de 151 a 210 dias de atraso, 8% (oito por cento) do valor do tributo atualizado;
- e) Acima de 211 dias de atraso, 10% (dez por cento) do valor do tributo atualizado.

**II – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS e demais tributos não incluídos no inciso antecedente:**

- a) 0,33% (zero virgula trinta e três por cento) por dia de atraso, limitada a 20% (vinte por cento).

III – Aplica-se o percentual da multa de mora sobre o valor do tributo ou contribuição devido, atualizado monetariamente.



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

**SEÇÃO III  
DOS JUROS DE MORA**

**Art. 95.** Os débitos de qualquer natureza com a Fazenda Municipal estarão sujeitos, na esfera administrativa ou judicial, a incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês.

**Art. 96.** Os juros incidirão a partir do primeiro dia do mês subsequente ao do vencimento do débito, sobre o valor do principal atualizado.

**SEÇÃO IV  
DA MULTA POR INFRAÇÃO**

**Art. 97.** A multa de infração será aplicada quando for apurada ação ou omissão do contribuinte que importe em inobservância de dispositivo da legislação tributária.

Parágrafo único. Para efeito de enquadramento na Legislação Tributária do Município de SÃO MIGUEL DOS CAMPOS e aplicação das sanções previstas no artigo 98 desta Lei, entende-se:

I – Estabelecimentos Rudimentares – Aqueles em que seu titular, pessoa física, em sua própria residência e sem qualquer empregado, explora a atividade de comércio ou prestação de serviços;

II- Microempreendedor Individual (MEI), Micro Empresa, Empresa de Pequeno Porte, Empresa de Médio Porte e Empresa de Grande Porte - São aquelas definidas no termo da Lei nº 123 de 14 de Dezembro de 2006, suas alterações e as que lhe substituírem.

**Art. 98.** A multa por infração será aplicada conforme as seguintes hipóteses:

**I - Omissão ou inexatidão fraudulenta de declaração relativa a elementos que possam influir no cálculo do ITBI, sujeitará o contribuinte a multa equivalente a:**

a) 10% (dez por cento) do valor do imposto devido, na prática de qualquer ato de transmissão de bens e/ou direitos sem o pagamento do imposto nos prazos legais;

b) 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto, caso ocorra omissão ou inexatidão fraudulenta de declaração relativa a elementos que possam influir no cálculo do imposto ou que resultem na não incidência, isenção ou suspensão de pagamento;

c) 20% (vinte por cento) do imposto devido no caso da alínea anterior, quando não fique caracterizada a intenção fraudulenta.

**II - Pela falta de retenção do imposto na fonte, multa de 20% (vinte por cento) do valor do imposto não retido;**

**III - Pelo não recolhimento ou recolhimento parcial do imposto retido, no prazo e nas condições estabelecidas nesta Lei:**

a) Estabelecimentos Rudimentares/Microempreendedor Individual/Pessoa Física: Multa de 20% (vinte por cento) do valor do imposto devido;

b) Microempresa: Multa de 40% (quarenta por cento) do valor do imposto devido;



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

- c) Empresa de Pequeno Porte: Multa de 60% (sessenta por cento) do valor do imposto devido;
- d) Empresa de Médio Porte: Multa de 80% (oitenta por cento) do valor do imposto devido;
- e) Empresa de Grande Porte: Multa de 100% (cem por cento) do valor do imposto devido.

**IV - Iniciar atividades ou praticar ato sujeito à taxa de licença, antes da concessão desta:**

- a) Estabelecimentos Rudimentares/Microempreendedor Individual/Pessoa Física: Multa de R\$ 50,00;
- b) Microempresa: Multa de R\$ 100,00;
- c) Empresa de Pequeno Porte: Multa de R\$ 200,00;
- d) Empresa de Médio Porte: Multa de R\$ 500,00;
- e) Empresa de Grande Porte: Multa de R\$ 1.000,00.

**V - Deixar de comunicar, no prazo previsto, as alterações ou baixas que impliquem em modificação ou extinção de fatos anteriormente gravados:**

- a) Estabelecimentos Rudimentares/Microempreendedor Individual/Pessoa Física: Multa de R\$ 50,00;
- b) Microempresa: Multa de R\$ 100,00;
- c) Empresa de Pequeno Porte: Multa de R\$ 200,00;
- d) Empresa de Médio Porte: Multa de R\$ 500,00;
- e) Empresa de Grande Porte: Multa de R\$ 1.000,00.

**VI - Pela falta de escrituração ou escrituração irregular dos livros fiscais obrigatórios:**

- a) Estabelecimentos Rudimentares/Microempreendedor Individual/Pessoa Física: Multa de R\$ 50,00;
- b) Microempresa: Multa de R\$ 100,00;
- c) Empresa de Pequeno Porte: Multa de R\$ 200,00;
- d) Empresa de Médio Porte: Multa de R\$ 500,00;
- e) Empresa de Grande Porte: Multa de R\$ 1.000,00.

**VII - Deixar de entregar, enviar ou remeter, em sendo obrigado a fazê-lo, documento ou declaração exigida pela legislação tributária em vigor, por documento:**

- a) Estabelecimentos Rudimentares/Microempreendedor Individual/Pessoa Física: Multa de R\$ 50,00;
- b) Microempresa: Multa de R\$ 100,00;
- c) Empresa de Pequeno Porte: Multa de R\$ 200,00;
- d) Empresa de Médio Porte: Multa de R\$ 500,00;
- e) Empresa de Grande Porte: Multa de R\$ 1.000,00.

**VIII - Pela falta de livros fiscais obrigatórios, por livro:**

- a) Estabelecimentos Rudimentares/Microempreendedor Individual/Pessoa Física: Multa de R\$ 50,00;
- b) Microempresa: Multa de R\$ 100,00;
- c) Empresa de Pequeno Porte: Multa de R\$ 200,00;
- d) Empresa de Médio Porte: Multa de R\$ 500,00;
- e) Empresa de Grande Porte: Multa de R\$ 1.000,00.





Lei nº. 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

**IX - Por retirar os livros fiscais obrigatórios do estabelecimento, por livro:**

- a) Estabelecimentos Rudimentares/Microempreendedor Individual/Pessoa Física: Multa de R\$ 50,00;
- b) Microempresa: Multa de R\$ 100,00;
- c) Empresa de Pequeno Porte: Multa de R\$ 200,00;
- d) Empresa de Médio Porte: Multa de R\$ 500,00;
- e) Empresa de Grande Porte: Multa de R\$ 1.000,00.

**X - Pelo não pagamento do imposto, por prestação de serviço:**

- a) Estabelecimentos Rudimentares/Microempreendedor Individual/Pessoa Física: Multa de 5% (cinco por cento) do valor do imposto devido;
- b) Microempresa: Multa de 10% (dez por cento) do valor do imposto devido;
- b) Empresa de Pequeno Porte: Multa de 20% (vinte por cento) do valor do imposto devido;
- c) Empresa de Médio Porte: Multa de 30% (trinta por cento) do valor do imposto devido;
- d) Empresa de Grande Porte: Multa de 40% (quarenta por cento) do valor do imposto devido.

**XI - Deixar de apresentar, no prazo para tanto concedido, os elementos básicos à identificação ou caracterização de fatos geradores ou de base de cálculo de tributos municipais:**

- a) Estabelecimentos Rudimentares/Microempreendedor Individual/Pessoa Física: Multa de R\$ 50,00;
- b) Microempresa: Multa de R\$ 100,00;
- c) Empresa de Pequeno Porte: Multa de R\$ 200,00;
- d) Empresa de Médio Porte: Multa de R\$ 500,00;
- e) Empresa de Grande Porte: Multa de R\$ 1.000,00.

**XII - Apresentar ficha de inscrição cadastral, livros, documentos ou declarações relativas aos bens e atividades sujeitas a tributação, com omissões, ou dados inverídicos, com evidente intuito de evitar ou diferir imposição tributária:**

- a) Estabelecimentos Rudimentares/Microempreendedor Individual/Pessoa Física: Multa de R\$ 100,00;
- b) Microempresa: Multa de R\$ 200,00;
- c) Empresa de Pequeno Porte: Multa de R\$ 400,00;
- d) Empresa de Médio Porte: Multa de R\$ 1.000,00;
- e) Empresa de Grande Porte: Multa de R\$ 2.000,00.

**XIII - Recusar, independentemente de cargo, ofício ou função, ministério, atividade ou profissão, a exibição de livros ou documentos fiscais, embarçar, iludir, dificultar ou impedir a ação fiscal, sonegar livros ou documentos para a apuração do tributo ou da fixação da sua estimativa ou não apresentar escrituração contábil idônea, que permita diferenciar as receitas ou despesas específicas das atividades de prestação ou tomada de serviços se e quando estas existirem, e ainda que permita diferenciar os valores dos tributos recolhidos, a recolher, retidos e/ou substituídos:**

- a) R\$ 300,00 ocorrendo a infração na primeira notificação;
- b) R\$ 500,00 ocorrendo a infração na segunda notificação;
- c) R\$ 1.000,00, ocorrendo a infração na terceira notificação;
- d) R\$ 2.000,00, ocorrendo a infração na quarta notificação.



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

1 - A partir da quinta notificação, a multa será o valor disposto na alínea d, acrescido de 20% (vinte por cento), cumulado a cada nova infração.

**XIV - Pela prestação de informações falsas relativas a dados cadastrais mercantis:**

- a) Estabelecimentos Rudimentares/Microempreendedor Individual/Pessoa Física: Multa de R\$ 100,00;
- b) Microempresa: Multa de R\$ 200,00;
- c) Empresa de Pequeno Porte: Multa de R\$ 400,00;
- d) Empresa de Médio Porte: Multa de R\$ 1.000,00;
- e) Empresa de Grande Porte: Multa de R\$ 2.000,00.

**XV - Uso indevido ou em desacordo com as especificações, de livros, faturas, Notas Fiscais ou outros documentos, por mês de apuração:**

- a) Estabelecimentos Rudimentares/Microempreendedor Individual/Pessoa Física: Multa de R\$ 100,00;
- b) Microempresa : Multa de R\$ 200,00;
- c) Empresa de Pequeno Porte: Multa de R\$ 400,00;
- d) Empresa de Médio Porte: Multa de R\$ 1.000,00;
- e) Empresa de Grande Porte: Multa de R\$ 2.000,00.

**XVI - Falta de autenticação de livros fiscais obrigatórios (quando exigíveis) , por livro:**

- a) Estabelecimentos Rudimentares/Microempreendedor Individual/Pessoa Física: Multa de R\$ 100,00;
- b) Microempresa: Multa de R\$ 200,00;
- c) Empresa de Pequeno Porte: Multa de R\$ 400,00;
- d) Empresa de Médio Porte: Multa de R\$ 1.000,00;
- e) Empresa de Grande Porte: Multa de R\$ 2.000,00.

**XVII - Confecção de livros, notas fiscais e demais documentos obrigatórios, sem a autorização da repartição competente: multa de R\$: 2.000,00 para o estabelecimento gráfico responsável e para o sujeito passivo de:**

- a) Estabelecimentos Rudimentares/Microempreendedor Individual/Pessoa Física: Multa de R\$ 100,00;
- b) Microempresa: Multa de R\$ 200,00;
- c) Empresa de Pequeno Porte: Multa de R\$ 400,00;
- d) Empresa de Médio Porte: Multa de R\$ 1.000,00;
- e) Empresa de Grande Porte: Multa de R\$ 2.000,00.

**XVIII - Prestação de serviço sem a emissão da respectiva nota fiscal, quando obrigado, multa de 30% (trinta por cento) do imposto devido ou o disposto nas alíneas abaixo, o que for maior:**

- a) Estabelecimentos Rudimentares/Microempreendedor Individual/Pessoa Física: Multa de R\$ 100,00;
- b) Microempresa: Multa de R\$ 200,00
- c) Empresa de Pequeno Porte: Multa de R\$ 400,00;
- d) Empresa de Médio Porte: Multa de R\$ 1.000,00;
- e) Empresa de Grande Porte: Multa de R\$ 2.000,00.



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

**XIX - Inutilização, extravio, perda ou não conservação de livros ou documentos fiscais por 05 (cinco) anos, não comunicada ou não regularizada pelo sujeito passivo, conforme legislação tributária municipal, por documento:**

- a) Estabelecimentos Rudimentares/Microempreendedor Individual/Pessoa Física: Multa de R\$ 100,00;
- b) Microempresa: Multa de R\$ 200,00;
- c) Empresa de Pequeno Porte: Multa de R\$ 400,00;
- d) Empresa de Médio Porte: Multa de R\$ 1.000,00;
- e) Empresa de Grande Porte: Multa de R\$ 2.000,00.

**XX - Adulteração e outros vícios que influenciem a apuração do crédito fiscal, multa de 100 % (cem por cento) do imposto devido.**

**XXI - Não comparecimento do contribuinte à Prefeitura, para proceder à inscrição no Cadastro Imobiliário do Município ou anotações de alterações de qualquer natureza relativas ao imóvel, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do surgimento da nova unidade ou das alterações ocorridas:**

- a) Estabelecimentos Rudimentares/Microempreendedor Individual/Pessoa Física: Multa de R\$ 50,00;
- b) Microempresa: Multa de R\$ 100,00;
- c) Empresa de Pequeno Porte: Multa de R\$ 200,00;
- d) Empresa de Médio Porte: Multa de R\$ 500,00;
- e) Empresa de Grande Porte: Multa de R\$ 1.000,00.

1 - Consideram-se alterações relativas ao imóvel, na conformidade do que preceitua este item, as reformas externas ou internas; reparos estruturais ou estéticos (exceto pintura), construção de benfeitorias, demolição, reconstrução e quaisquer outras cuja natureza exija a elaboração de projeto e sua aprovação junto ao órgão competente da Administração Municipal e/ou qualquer outra esfera de governo.

**XXII - Erro ou omissão dolosa, bem como falsidade, pertinentes às informações fornecidas para a inscrição ou alteração de dados no Cadastro Imobiliário:**

- a) Estabelecimentos Rudimentares/Microempreendedor Individual/Pessoa Física: Multa de R\$ 100,00;
- b) Microempresa: Multa de R\$ 200,00;
- c) Empresa de Pequeno Porte: Multa de R\$ 400,00;
- d) Empresa de Médio Porte: Multa de R\$ 1.000,00;
- e) Empresa de Grande Porte: Multa de R\$ 2.000,00.

**XXIII - Utilização, na via pública, de placa indicativa de publicidade, sem a necessária autorização dos Órgãos Municipais, por placa:**

- a) Estabelecimentos Rudimentares/Microempreendedor Individual/Pessoa Física: Multa de R\$ 100,00;
- b) Microempresa: Multa de R\$ 200,00;
- c) Empresa de Pequeno Porte: Multa de R\$ 400,00;
- d) Empresa de Médio Porte: Multa de R\$ 1.000,00;
- e) Empresa de Grande Porte: Multa de R\$ 2.000,00.

**XXIV - Pagamento espontâneo de tributo sem o recolhimento concomitante da multa moratória:**



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

- a) Estabelecimentos Rudimentares/Microempreendedor Individual/Pessoa Física: Multa de R\$ 50,00;
- b) Microempresa: Multa de R\$ 100,00;
- c) Empresa de Pequeno Porte: Multa de R\$ 200,00;
- d) Empresa de Médio Porte: Multa de R\$ 500,00;
- e) Empresa de Grande Porte: Multa de R\$ 1.000,00.

**XXV - Demais infrações à presente Lei, relativa ao exercício de atividades ou prestação de serviços não especificados nos itens anteriores:**

- a) Estabelecimentos Rudimentares/Microempreendedor Individual/Pessoa Física: Multa de R\$ 50,00;
- b) Microempresa: Multa de R\$ 100,00;
- c) Empresa de Pequeno Porte: Multa de R\$ 200,00;
- d) Empresa de Médio Porte: Multa de R\$ 500,00;
- e) Empresa de Grande Porte: Multa de R\$ 1.000,00.

**XXVI - Pela instalação de equipamentos de infra-estrutura nas vias e logradouros públicos do Município, sem a necessária autorização dos Órgãos Municipais de Controle Urbano, (por equipamento): Multa de R\$ 300,00.**

**XXVII - Utilizar a via para depósito de mercadorias, materiais ou equipamentos, sem autorização do órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via: Infração - Grave - Penalidade - Multa de R\$ 127,69 - Medida administrativa - Remoção da mercadoria ou do material. A penalidade e a medida administrativa incidirão sobre a pessoa física ou jurídica responsável.**

Parágrafo único. As circunstâncias agravantes ou atenuantes, conforme dispostas nos artigos 101 e 102, servirão para gradação da multa, reduzindo ou agravando o valor passível de aplicação na razão de 10% (dez por cento) para cada inciso do referido artigo, justificadamente aplicável ao caso.

**TÍTULO V**  
**DAS REDUÇÕES CONCEDIDAS**  
**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 99.** Ao sujeito passivo da obrigação tributária que proceder ao recolhimento das importâncias efetivamente devidas será concedida redução do valor correspondente as multas, e juros de mora, observando-se os seguintes critérios:

- I - Para débito fiscal parcelado em conformidade com o disposto no artigo 59 desta Lei:
- a) Desconto de 30% (trinta por cento), se parcelado em até 3 (três) parcelas;
  - b) Desconto de 20% (vinte por cento), se parcelado em mais de 3 (três) e até 6 (seis) parcelas;

II - Para débito fiscal quitado de uma só vez em qualquer fase do processo administrativo tributário: 50% (cinquenta por cento) de desconto nas multas e juros de mora.



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

IV - qualquer outra atitude que faça presumir, inequivocamente, ter o infrator agido de boa fé.

**Art. 103.** Considera-se reincidência a repetição de falta idêntica cometida pela mesma pessoa natural ou jurídica dentro de 5 (cinco) anos da data em que passar em julgado, administrativamente, a decisão condenatória referente à infração anterior.

**Art. 104.** A sonegação se configura procedimento do contribuinte em:

I - prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente, informação que deva ser produzida a agentes das pessoas jurídicas de direito público interno, com a intenção de se eximir, total ou parcialmente, do pagamento de tributos e quaisquer adicionais devidos por lei;

II - inserir elementos inexatos ou omitir rendimentos ou operações de qualquer natureza de documentos ou livros exigidos pelas leis fiscais, com a intenção de se exonerar do pagamento de tributos devidos à Fazenda Pública Municipal;

III - alterar faturas e quaisquer documentos relativos a operações mercantis com o propósito de fraudar a Fazenda Pública Municipal;

IV - fornecer ou emitir documentos ou alterar despesas, com o objetivo de obter dedução de tributos à Fazenda Pública Municipal, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

**Art. 105.** O contribuinte ou responsável poderá apresentar denúncia espontânea de infração, ficando reduzida a respectiva penalidade, conforme previsão legal, desde que a falta seja corrigida imediatamente ou, se for o caso, efetuado o pagamento do tributo devido, atualizado e com os acréscimos legais cabíveis, ou depositada a importância determinada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

§1º. Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medidas de fiscalização relacionadas com a infração:

§2º. A apresentação de documentos obrigatórios à Administração não importa em denúncia espontânea, para os fins do disposto neste artigo.

**Art. 106.** Salvo quando expressamente autorizado por lei, nenhum departamento da Administração Pública, ou de suas autarquias, celebrará contrato ou aceitará proposta em licitação sem que o contratante ou proponente faça prova da quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Pública Municipal.

**CAPÍTULO II**  
**DAS PENALIDADES**

**Art. 107.** São penalidades tributárias previstas nesta lei, aplicáveis separadas ou cumulativamente, sem prejuízo das cominadas pelo mesmo fato por lei criminal:

I - a multa;

II - a perda de desconto, abatimento ou deduções;

III - a cassação do benefício da isenção;



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

- IV - a revogação dos benefícios de anistia ou moratória;
- V - a proibição de transacionar com qualquer órgão da Administração Municipal;
- VI - a sujeição a regime especial de fiscalização.

Parágrafo único. A aplicação de penalidades, de qualquer natureza, não dispensa o pagamento do tributo, dos juros de mora e atualização monetária, nem isenta o infrator do dano resultante da infração, na forma da lei civil.

**Art. 108.** Apurada a prática de crime de sonegação fiscal, a Fazenda Pública Municipal solicitará ao órgão de Segurança Pública as providências de caráter policial necessárias à apuração do ilícito penal, dando conhecimento dessa solicitação ao órgão do Ministério Público local, por meio de encaminhamento dos elementos comprobatórios da infração penal.

**TÍTULO VII**  
**DA INSCRIÇÃO E DO CADASTRO FISCAL**  
**CAPÍTULO ÚNICO**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 109.** Toda pessoa física ou jurídica, sujeita à obrigação tributária, antes de iniciar quaisquer atividades, deverá promover a inscrição no Cadastro Fiscal da Prefeitura, mesmo que isenta ou imune de tributos, de acordo com as formalidades exigidas nesta Lei ou em regulamento, ou ainda pelos atos administrativos de caráter normativo destinados a complementá-los.

**Art. 110.** O Cadastro Fiscal do Município de SÃO MIGUEL DOS CAMPOS é composto:

- I - do Cadastro Imobiliário de Contribuintes;
- II - do Cadastro Mercantil de Contribuintes;

III - de outros cadastros não compreendidos nos itens anteriores, necessários a atender às exigências da Prefeitura, com relação ao poder de polícia administrativa ou à organização dos seus serviços.

Parágrafo único. O Poder Executivo definirá, em regulamento, as normas relativas a inscrição, averbação e atualização cadastrais, assim como os respectivos procedimentos administrativos e fiscais.



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

**LIVRO II**  
**DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS**  
**TÍTULO I**  
**DOS TRIBUTOS**  
**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 111.** Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir que não constitua sanção de ato ilícito, instituído por lei, nos limites da competência constitucional e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

**Art. 112.** A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevante para qualificá-la:

- I - a denominação e demais características formais adotadas pela lei;
- II - a destinação legal do produto da sua arrecadação.

**Art. 113.** Os tributos são: impostos, taxas, contribuição de melhoria e contribuição para custeio do serviço de iluminação pública.

§1º. Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

§2º. Taxa é o tributo que tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização efetiva ou potencial de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

§3º. Contribuição de Melhoria é o tributo instituído para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária.

§4º. Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública é o tributo instituído para fazer face ao custeio do consumo de energia destinada à iluminação de vias, logradouros e demais bens públicos, e a instalação, manutenção, melhoramento e expansão da rede de iluminação pública, além de outras atividades a estas correlatas.

**CAPÍTULO II**  
**DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA**

**Art. 114.** O Município de SÃO MIGUEL DOS CAMPOS, ressalvadas as limitações de competência tributária de ordem constitucional, tem competência legislativa plena, quanto à incidência, arrecadação e fiscalização dos tributos municipais.

**Art. 115.** A competência tributária é indelegável, exceto através desta ou de lei específica, quanto à capacidade tributária ativa, compreendendo esta as atribuições de cobrar e arrecadar, ou executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária.



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

§1º. Podem ser revogadas a qualquer tempo, por ato unilateral da pessoa de direito público que as conferir, as atribuições delegadas nos termos do caput deste artigo.

§2º. Compreendem as atribuições referidas no caput e § 1º deste artigo as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que as conferir.

§3º. Não constitui delegação de competência o cometimento à pessoa jurídica de direito privado do encargo ou função de cobrar ou arrecadar tributos.

**CAPÍTULO III**  
**DAS LIMITAÇÕES DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA**

**Art. 116.** É vedado ao Município:

I - exigir ou majorar tributos sem lei que o estabeleça;

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III - cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

IV - utilizar tributo com efeito de confisco;

V - estabelecer limitações ao tráfego em seu território, de pessoas ou de mercadorias, por meio de tributos;

VI - cobrar imposto sobre:

a) o patrimônio ou serviços da União, dos Estados, do Distrito Federal e outros Municípios;

b) o patrimônio ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

c) templos de qualquer culto;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão;

VII - estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza em razão de sua procedência ou destino.

§1º. A vedação do inciso VI, "a", é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio e aos serviços, vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.





Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

§2º. As vedações do inciso VI, “a”, e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio e aos serviços relacionados com a exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preço ou tarifa pelo usuário, nem exoneram o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

§3º. A vedação expressa no inciso VI, alíneas “b” e “c”, compreendem somente o patrimônio e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

§4º. O disposto no inciso VI não exclui a atribuição por lei, às entidades nele referidas, da condição substituto tributário e não as dispensa da prática de atos previstos em lei, asseguratórias do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros.

§5º. O disposto na alínea “b” do inciso VI é subordinado à observância, pelas entidades nele referidas, dos requisitos seguintes:

I - não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;

II - aplicarem integralmente, no país, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

III - manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

§6º. Não se considera instituição sem fins lucrativos aquela que, desenvolver atividades não vinculadas à finalidade da instituição, ou que explore atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preço ou tarifa pelo usuário.

§7º. No reconhecimento da imunidade poderá o Município verificar os sinais exteriores de riqueza dos sócios e dos dirigentes das entidades, assim como as relações comerciais, se houverem, mantidas com empresas comerciais pertencentes aos mesmos sócios.

§8º. No caso do ITBI, quando reconhecida a imunidade do contribuinte, o tributo ficará suspenso até 12 (doze) meses, findos os quais, se não houver aproveitamento do imóvel nas finalidades estritas da instituição, caberá o pagamento total do tributo, acrescido das cominações legais.

§9º. Na falta do cumprimento do disposto nos §§ 1º, 3º, 4º e 5º deste artigo, a autoridade competente deve suspender a aplicação do benefício.

**Art. 117.** Cessa o privilégio da imunidade para as pessoas de direito privado ou público, quanto aos imóveis prometidos à venda, desde o momento em que se constituir o ato.

**Parágrafo único.** Nos casos de transferência de domínio ou de posse de imóvel, pertencentes a entidades referidas neste artigo, a imposição fiscal recairá sobre o promitente comprador, enfiteuta, fiduciário, usufrutuário, concessionário, comodatário, permissionário ou possuidor a qualquer título.



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

**ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS**

**Art. 118.** A imunidade não abrangerá em caso algum as taxas devidas a qualquer título.

**Art. 119.** A concessão de título de utilidade pública não importa em reconhecimento de imunidade.

**CAPÍTULO IV  
DOS IMPOSTOS**

**Art. 120.** Os impostos de competência privativa do Município são os seguintes:

- I - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN;
- II - Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU;
- III - Imposto Sobre Transmissão inter vivos de Bens Imóveis - ITBI.

**TÍTULO II  
DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN  
CAPÍTULO I  
DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR**

**Art. 121.** Constitui fato gerador do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza a prestação, por pessoa jurídica ou pessoa física, com ou sem estabelecimento fixo, de serviços constantes da lista abaixo:

**LISTA DE SERVIÇOS  
(Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003)**

**1 - Serviços de informática e congêneres.**

- 1.01 - Análise e desenvolvimento de sistemas.
- 1.02 - Programação.
- 1.03 - Processamento de dados e congêneres.
- 1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.
- 1.05 - Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.
- 1.06 - Assessoria e consultoria em informática.
- 1.07 - Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.
- 1.08 - Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.

**2 - Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.**

- 2.01 - Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

**3 - Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.**

- 3.01 - Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

3.02 - Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, **stands**, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.

3.03 - Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.

3.04 - Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.

**4 - Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.**

4.01 - Medicina e biomedicina.

4.02 - Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultrassonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.

4.03 - Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.

4.04 - Instrumentação cirúrgica.

4.05 - Acupuntura.

4.06 - Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.

4.07 - Serviços farmacêuticos.

4.08 - Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.

4.09 - Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.

4.10 - Nutrição.

4.11 - Obstetrícia.

4.12 - Odontologia.

4.13 - Ortóptica.

4.14 - Próteses sob encomenda.

4.15 - Psicanálise.

4.16 - Psicologia.

4.17 - Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.

4.18 - Inseminação artificial, fertilização **in vitro** e congêneres.

4.19 - Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.

4.20 - Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.

4.21 - Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.

4.22 - Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.

4.23 - Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.

**5 - Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.**

5.01 - Medicina veterinária e zootecnia.

5.02 - Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.

5.03 - Laboratórios de análise na área veterinária.

5.04 - Inseminação artificial, fertilização **in vitro** e congêneres.

5.05 - Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.

5.06 - Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.

5.07 - Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.

5.08 - Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.

5.09 - Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

**6 - Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.**

- 6.01 - Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.
- 6.02 - Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.
- 6.03 - Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.
- 6.04 - Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.
- 6.05 - Centros de emagrecimento, spa e congêneres.

**7 - Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.**

- 7.01 - Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.
- 7.02 - Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).
- 7.03 - Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.
- 7.04 - Demolição.
- 7.05 - Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).
- 7.06 - Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.
- 7.07 - Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.
- 7.08 - Calafetação.
- 7.09 - Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.
- 7.10 - Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.
- 7.11 - Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.
- 7.12 - Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.
- 7.13 - Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.
- 7.14 - Florestamento, reflorestamento, sementeira, adubação e congêneres.
- 7.15 - Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.
- 7.16 - Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.
- 7.17 - Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.
- 7.18 - Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

7.19 - Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.

7.20 - Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.

**8 - Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.**

8.01 - Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.

8.02 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

**9 - Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.**

9.01 - Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, **apart-service** condominiais, **flat**, **apart-hotéis**, hotéis residência, **residence-service**, **suíte-service**, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).

9.02 - Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.

9.03 - Guias de turismo.

**10 - Serviços de intermediação e congêneres.**

10.01 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.

10.02 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.

10.03 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.

10.04 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (**leasing**), de franquia (**franchising**) e de faturização (**factoring**).

10.05 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.

10.06 - Agenciamento marítimo.

10.07 - Agenciamento de notícias.

10.08 - Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.

10.09 - Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.

10.10 - Distribuição de bens de terceiros.

**11 - Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.**

11.01 - Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.

11.02 - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.

11.03 - Escolta, inclusive de veículos e cargas.

11.04 - Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.

**12 - Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.**

12.01 - Espetáculos teatrais.

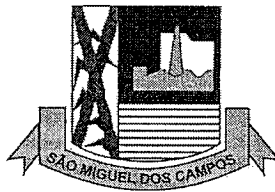
12.02 - Exibições cinematográficas.



Lei nº. 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

- 12.03 - Espetáculos circenses.
- 12.04 - Programas de auditório.
- 12.05 - Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.
- 12.06 - Boates, **taxi-dancing** e congêneres.
- 12.07 - **Shows, ballet**, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.
- 12.08 - Feiras, exposições, congressos e congêneres.
- 12.09 - Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.
- 12.10 - Corridas e competições de animais.
- 12.11 - Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.
- 12.12 - Execução de música.
- 12.13 - Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, **shows, ballet**, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.
- 12.14 - Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.
- 12.15 - Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.
- 12.16 - Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, **shows**, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.
- 12.17 - Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.
- 13 - Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.**
- 13.01 - Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.
- 13.02 - Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.
- 13.03 - Reprografia, microfilmagem e digitalização.
- 13.04 - Composição gráfica, fotocomposição, clichéria, zincografia, litografia, fotolitografia.
- 14 - Serviços relativos a bens de terceiros.**
- 14.01 - Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).
- 14.02 - Assistência técnica.
- 14.03 - Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).
- 14.04 - Recauchutagem ou regeneração de pneus.
- 14.05 - Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.
- 14.06 - Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.
- 14.07 - Colocação de molduras e congêneres.
- 14.08 - Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.
- 14.09 - Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.
- 14.10 - Tinturaria e lavanderia.
- 14.11 - Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.



Lei nº. 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

14.12 - Funilaria e lanternagem.

14.13 - Carpintaria e serralheria.

**15 - Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.**

15.01 - Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.

15.02 - Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.

15.03 - Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.

15.04 - Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.

15.05 - Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos - CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.

15.06 - Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.

15.07 - Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas sem geral, por qualquer meio ou processo.

15.08 - Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; missão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.

15.09 - Arrendamento mercantil (**leasing**) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (**leasing**).

15.10 - Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.

15.11 - Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.

15.12 - Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.

15.13 - Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

15.14 - Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.

15.15 - Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.

15.16 - Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.

15.17 - Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.

15.18 - Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.

**16 - Serviços de transporte de natureza municipal.**

16.01 - Serviços de transporte de natureza municipal.

**17 - Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.**

17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.

17.02 - Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.

17.03 - planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.

17.04 - Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.

17.05 - fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.

17.06 - Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.

17.07 - Franquia (**franchising**).

17.08 - Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.

17.09 - Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.

17.10 - animação de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).

17.11 - Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.

17.12 - Leilão e congêneres.

17.13 - Advocacia.

17.14 - Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.

17.15 - Auditoria.

17.16 - Análise de Organização e Métodos.

17.17 - Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.

17.18 - Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.

17.19 - Consultoria e assessoria econômica ou financeira.





Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

17.20 - Estatística.

17.21 - Cobrança em geral.

17.22- Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (**factoring**).

17.23 - Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.

**18 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.**

18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

**19 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.**

19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

**20 - Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.**

20.01 - Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.

20.02 - Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.

20.03 - Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.

**21 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.**

21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

**22 - Serviços de exploração de rodovia.**

22.01 - Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.

**23 - Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.**

23.01 - Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

**24 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.**

24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

**25 - Serviços funerários.**



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

- 25.01 - Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.
- 25.02 - Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.
- 25.03 - Planos ou convênio funerários.
- 25.04 - Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.
- 26 - Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.**
- 26.01 - Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.
- 27 - Serviços de assistência social.**
- 27.01 - Serviços de assistência social.
- 28 - Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.**
- 28.01 - Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.
- 29 - Serviços de biblioteconomia.**
- 29.01 - Serviços de biblioteconomia.
- 30 - Serviços de biologia, biotecnologia e química.**
- 30.01 - Serviços de biologia, biotecnologia e química.
- 31 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.**
- 31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.
- 32 - Serviços de desenhos técnicos.**
- 32.01 - Serviços de desenhos técnicos.
- 33 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.**
- 33.01 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.
- 34 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.**
- 34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.
- 35 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.**
- 35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.
- 36 - Serviços de meteorologia.**
- 36.01 - Serviços de meteorologia.
- 37 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.**
- 37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.
- 38 - Serviços de museologia.**
- 38.01 - Serviços de museologia.
- 39 - Serviços de ourivesaria e lapidação.**
- 39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).
- 40 - Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.**



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS**

§1º. O contribuinte que exercer em caráter permanente ou eventual mais de um dos serviços relacionados na lista a que se refere este artigo, ficará sujeito ao imposto que incidir sobre cada um deles.

§2º. O fato gerador do imposto ocorre ainda que os serviços não se constituam como atividade habitual ou preponderante do prestador.

§3º. O imposto incide sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

§4º. O imposto incide sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

§5º. Incluem-se entre os sorteios referidos no item 19 da lista constante do Artigo 121, desta Lei, aqueles efetuados mediante inscrição automática por qualquer meio, desde que a captação de inscrições alcance participantes no Município.

§6º. Ressalvadas as exceções expressas na lista anexa, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§7º. A incidência do imposto independe:

- I – da existência de estabelecimento fixo;
- II – do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas à atividade, sem prejuízo das cominações cabíveis;
- III – do resultado financeiro obtido;
- IV – da destinação dos serviços;

**Art. 122.** Para os efeitos de incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer natureza entende-se:

I - Por pessoa física, aquela que realiza trabalho pessoal, sem vínculo empregatício.

II - Por empresa, toda e qualquer pessoa jurídica que exercer a atividade de prestadora de serviços, assim como, para os efeitos desta lei, as sociedades não personalizadas, as sociedades de fato, aquelas sem personalidade jurídica ou ainda, aquelas pessoas físicas não enquadradas no inciso anterior.

**Art. 123.** Considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto ao Município de SÃO MIGUEL DOS CAMPOS:

I – quando o serviço for prestado em seu território.

II – quando o prestador do serviço, ainda que não estabelecido nem domiciliado no Município, exerça atividade no seu território em caráter habitual ou permanente;

III – quando estiver nele estabelecido ou, caso não estabelecido, nele domiciliado o tomador ou o intermediário do serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

IV – na prestação dos serviços a que se refere o subitem 3.03 da lista de serviços constante do artigo 121 desta Lei, relativamente à extensão localizada *em seu território*, de



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não;

V – na prestação dos serviços a que refere o subitem 22.01 da lista de serviços constante do artigo 121 desta Lei, relativamente à extensão de rodovia localizada em seu território;

VI – quando os serviços, excetuados os descritos no subitem 20.01 da lista de serviços constante do artigo 121 desta Lei, forem executados em águas marítimas por prestador estabelecido em seu território;

VII – quando em seu território ocorrerem **quaisquer atividades de prestação de serviços**, as hipóteses constantes da lista a seguir, ainda que os prestadores não estejam nele estabelecidos nem nele domiciliados:

- 1) instalação de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.04 da lista de serviços constante do artigo 121 desta Lei;
- 2) execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista de serviços constante do artigo 121 desta Lei;
- 3) demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista de serviços constante do artigo 121 desta Lei;
- 4) edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista de serviços constante do artigo 121 desta Lei;
- 5) execução de varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista de serviços constante do artigo 121 desta Lei;
- 6) execução de limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista de serviços constante do artigo 121 desta Lei;
- 7) execução de decoração e jardinagem, de corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista de serviços constante do artigo 121 desta Lei;
- 8) controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista de serviços constante do artigo 121 desta Lei;
- 9) florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.14 da lista de serviços constante do artigo 121 desta Lei;
- 10) execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.15 da lista de serviços constante do artigo 121 desta Lei;
- 11) limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista de serviços constante do artigo 121 desta Lei;
- 12) localização do bem objeto de guarda ou estacionamento, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista de serviços constante do artigo 121 desta Lei;
- 13) localização dos bens ou o domicílio das pessoas em relação aos quais forem prestados serviços descritos no subitem 11.02 da lista de serviços constante do artigo 121 desta Lei;
- 14) localização do bem objeto de armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista de serviços constante do artigo 121 desta Lei;



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

- 15) execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista de serviços constante do artigo 121 desta Lei;
- 16) execução de transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01 da lista de serviços constante do artigo 121 desta Lei;
- 17) localização do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, do domicílio, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista de serviços constante do artigo 121 desta Lei;
- 18) localização da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.09 da lista de serviços constante do artigo 121 desta Lei;
- 19) execução dos serviços portuários, aeroportuários, ferroviários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários descritos pelo item 20 da lista de serviços constante do artigo 121 desta Lei.

**Art.124.** Considera-se estabelecimento prestador o local onde são exercidas, de modo permanente ou temporário, as atividades de prestação de serviços, sendo irrelevante para sua caracterização as denominações de sede, filial, agência, sucursal, escritório de representação ou contato, ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

§1º. A existência de estabelecimento prestador é indicada pela conjugação parcial ou total dos seguintes elementos;

I - manutenção de pessoal, material, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários à execução dos serviços;

II - estrutura organizacional ou administrativa;

III - inscrição nos órgãos previdenciários;

IV - indicação como domicílio para efeito de tributos federais, estaduais ou municipais;

V - permanência ou ânimo de permanecer no local, para a exploração econômica de atividade de prestação de serviços, exteriorizada através de indicação do endereço em impressos, formulários ou correspondência, contrato de locação de imóvel, propaganda ou publicidade, ou em contas de telefone, de fornecimento de energia elétrica, água ou gás, em nome do prestador, seu representante ou preposto.

§2º. A circunstância de o serviço, por sua natureza, ser executado habitual ou eventualmente, fora do estabelecimento, não o descaracteriza como estabelecimento prestador, para os efeitos deste artigo.

§3º. São, também, considerados estabelecimento prestadores, os locais onde forem exercidas as atividades de prestação de serviços de diversões públicas de natureza itinerante.

**Art.125.** Salvo as exceções estabelecidas nesta Lei, cada estabelecimento do contribuinte é considerado autônomo para efeito de escrituração e manutenção de livros e documentos fiscais e para o recolhimento do imposto relativo aos serviços nele prestados, respondendo a empresa pelos débitos, inclusive multas e acréscimos, referentes a quaisquer deles.



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

Parágrafo único. O titular, sócio ou diretores de empresa são responsáveis pelo cumprimento de todas as obrigações, principal e acessórias, que esta Lei atribui a mesma.

**CAPÍTULO II**  
**DA NÃO INCIDÊNCIA**

**Art.126.** O imposto não incide sobre:

- I – as exportações de serviços para o exterior do País;
- II – a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;
- III – o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

Parágrafo único. Não se enquadram no disposto no inciso I os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

**CAPÍTULO III**  
**DO SUJEITO PASSIVO**

**Art. 127.** O Sujeito passivo da obrigação tributária principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou da penalidade pecuniária.

§1º. O sujeito passivo da obrigação principal diz-se:

- I - contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;
- II - responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposições expressas nesta Lei.

§2º. Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada à prática ou à abstenção de atos discriminados na legislação tributária do Município, que não configurem obrigação principal de tributo ou penalidade pecuniária, ou ainda, a pessoa, que esteja vinculada, de qualquer forma ao fato gerador de tributo da competência do Município.

I - o sujeito passivo, caso convocado, fica obrigado a prestar as declarações solicitadas pela autoridade administrativa que, quando julgá-las insuficiente ou imprecisa, poderá exigir que sejam completadas ou esclarecidas;

II - a convocação do sujeito passivo será feita por quaisquer dos meios previstos nesta Lei;

III - feita à convocação do sujeito passivo, terá ele o prazo de até 30 (trinta) dias, a cargo da administração, para prestar os esclarecimentos solicitados, sob pena de que se proceda ao



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

lançamento de ofício, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis, a contar da intimação.

**Art. 128** Independentemente da responsabilidade supletiva determinada no artigo 129, o tomador do serviço é responsável pelo Imposto Sobre Serviços, e deve reter e recolher o seu montante, quando o prestador:

- I – estabelecido ou não neste Município, deixar de emitir a correspondente Nota Fiscal de Serviços referente à operação;
- II – efetuando prestação dos serviços descritos no artigo 123, não comprovar a quitação do imposto devido a este Município, incidente sobre as operações;
- III – estabelecido ou domiciliado neste Município, não estiver inscrito no Cadastro Mercantil de Contribuintes.

**Art. 129.** A critério do Chefe do Executivo Municipal, poderão ser responsáveis em caráter supletivo pelo pagamento do imposto devido ao Município de SÃO MIGUEL DOS CAMPOS:

I - os titulares dos estabelecimentos onde se instalarem máquinas aparelhos e equipamentos, pelo imposto devido pelos respectivos proprietários não estabelecidos no Município, e relativo à exploração desses bens;

II - os que permitirem em seus estabelecimentos ou domicílios exploração de atividade tributável sem estar o prestador do serviço inscrito no órgão fiscal competente, pelo imposto devido sobre esta atividade;

III - os que efetuarem pagamento de serviços a terceiros não identificados, pelo imposto cabível nas operações;

IV - os que utilizarem serviços, pelo imposto incidente sobre as operações, se não exigirem dos prestadores documento fiscal regulamentado pela legislação tributária do Município, salvo quando estes estiverem expressamente desobrigados, pela Secretaria municipal de Finanças, do cumprimento desta obrigação acessória;

V - as empresas que explorem planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres e as empresas de seguro saúde, todas em relação aos serviços previstos no item 4, exceto os subitens 4.22 e 4.23, e no subitem 10.01 da lista de serviços do art. 121, desta Lei;

VI - os hospitais e clínicas públicas, privados ou entidades sem fins lucrativos, pelo imposto devido sobre os serviços a eles prestados:

- a) por empresas de guarda e vigilância e de conservação e limpeza de imóveis;
- b) por laboratórios de análises, de patologia e de eletricidade médica e assemelhados;
- c) por bancos de sangue, de pele, de olhos, de sêmen e congêneres, bem como por empresas que executem remoção de pacientes.

VII - os bancos e demais entidades financeiras, pelo imposto devido sobre os serviços a eles prestados pelas empresas de guarda e vigilância, de transporte de valores e de conservação e



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

limpeza de imóveis; e também vendas de prognósticos lotéricos autorizados ou não pelos governos.

VIII - as incorporadoras, construtoras e imobiliárias, em relação aos serviços tomados ou intermediados;

IX - a Administração Direta e Indireta da União, Estados e Municípios, como Secretarias, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, e os Serviços Sociais Autônomos, localizados no Município, em relação ao imposto incidente sobre os serviços tomados ou intermediados;

X - as empresas Autorizadas, Permissionárias e Concessionárias de Serviços Públicos de qualquer natureza, em relação ao imposto incidente sobre os serviços a elas prestados;

XI - os Estaleiros, Siderúrgicas, Mineradoras e as Indústrias em Geral estabelecidas no Município, em relação ao imposto incidente sobre os serviços a elas prestados;

XII - a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.04, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.14, 7.15, 7.17, 11.02, 17.05 e 17.09 da lista de serviços constantes do art. 121 desta Lei;

XIII - a Secretaria do Tesouro Nacional, pelos serviços prestados para empresas e órgãos públicos federais, integrantes do SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira, ou o que possa lhe substituir;

§1º. O responsável tributário que tome serviços de sujeito passivo alcançado por isenção, por estimativa da base de cálculo ou imunidade é obrigado a exigir e anexar a nota fiscal da operação, cópia do documento, válido, exarado pela autoridade municipal competente, que reconhece ou concede o benefício fiscal, a fim de eximi-lo da obrigatoriedade de retenção.

§2º. A responsabilidade pelo crédito tributário será satisfeita mediante o pagamento do imposto, com base no preço do serviço, aplicada a alíquota correspondente a atividade exercida.

§3º. Os responsáveis a que se refere este artigo estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte.

§4º. O responsável tributário, ao efetuar a retenção do imposto, é obrigado a fornecer, ao contribuinte, comprovante da retenção individualizado, na forma prevista na legislação tributária municipal.

§5º. Com a finalidade de disciplinar a aplicação da responsabilidade supletiva instituída neste artigo, caberá ao Executivo Municipal, por meio de Decreto, nominar, em ato específico, dentre os responsáveis elencados nos itens I a XIII, aqueles que estarão submetidos ao regime.





Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

**CAPÍTULO IV**  
**DA BASE DE CÁLCULO**  
**SEÇÃO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 130.** A base de cálculo é o preço do serviço.

**Art. 131.** Para os efeitos do artigo 130 considera-se preço tudo que for cobrado em virtude da prestação do serviço, em dinheiro, bens, serviços ou direitos, seja na conta ou não, inclusive a título de reembolso, reajustamento ou dispêndio de qualquer natureza, sem prejuízo do disposto nesta Seção e os parágrafos seguintes:

§1º. As parcelas relativas a fretes, carretos, além do próprio imposto, são consideradas partes integrantes do preço referido neste artigo, constituindo o respectivo destaque nos documentos fiscais, mera indicação de controle.

§2º. Incluem-se na base de cálculo as vantagens financeiras decorrentes da prestação de serviços, inclusive as relacionadas com a retenção periódica dos valores recebidos.

§3º. Os descontos ou abatimento sob condição integram o preço do serviço.

§4º. Nos serviços contratados em moeda estrangeira, o preço será o valor resultante da sua conversão em moeda nacional, ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador.

§5º. Na falta de preço, será tomado como base de cálculo o valor cobrado dos usuários ou contratantes de serviços similares.

**Art.132.** A base de cálculo do imposto será diferenciada, nos casos e formas a seguir:

§1º. Quando os serviços descritos pelos subitens 3.03 e 22.01 da lista de serviços constante do Art. 121 forem prestados no território deste Município e também no de um ou mais outros Municípios, a base de cálculo será a proporção do preço do serviço que corresponder à proporção, em relação ao total, conforme o caso, da extensão da ferrovia, da rodovia, das pontes, dos túneis, dos dutos e dos condutos de qualquer natureza, dos cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes neste Município.

§2º. Quando na prestação dos serviços referentes ao item 8.01 da lista constante do art. 121, o imposto será calculado considerando um abatimento padrão de 50% (cinquenta por cento) sobre o preço do serviço.

**Art. 133.** Quando a atividade de médico, enfermeiro, obstetra, ortóptico, fonoaudiólogo, protético, médico veterinário, contador, contabilista, agente de propriedade industrial, advogado, engenheiro, arquiteto, urbanista, agrônomo, dentista, economista e psicólogo for prestada por sociedades profissionais, o ISS devido será exigido semestralmente, podendo ser lançado em conta única anual, com a soma dos semestres e calculado, em valor fixo, à razão de **R\$ 300,00 (trezentos reais) semestrais**, em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal nos termos da lei aplicável.



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica à sociedade que apresente qualquer uma das seguintes características:

- I - natureza comercial;
- II - sócio pessoa jurídica;
- III - atividade diversa da habilitação profissional dos sócios;
- IV - sócio não habilitado para o exercício de atividade correspondente ao serviço prestado pela sociedade;
- V - sócio que não preste serviço em nome da sociedade, nela figurando apenas com aporte de capital;
- VI - caráter empresarial;
- VII - existência de filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato, ou qualquer outro estabelecimento descentralizado.

**Art. 134.** Quando o serviço for prestado sob a forma de trabalho pessoal, pelo profissional autônomo, o imposto será devido semestralmente de acordo com as situações abaixo previstas:

I - **R\$ 300,00 (trezentos reais) semestrais**, podendo ser lançado em conta única anual, com a soma dos semestres, em relação aos profissionais autônomos liberais;

II - **R\$ 200,00 (duzentos reais) semestrais**, podendo ser lançado em conta única anual, com a soma dos semestres, em relação aos profissionais de nível médio;

III - **R\$ 100,00 (cem reais) semestrais**, podendo ser lançado em conta única anual, com a soma dos semestres, em relação aos demais profissionais.

**Art.135.** Sem prejuízo das penalidades cabíveis, o preço dos serviços e as deduções autorizadas por lei poderão ser arbitradas sempre que:

- I - exercendo atividade sujeita à tributação pelo imposto, o contribuinte não estiver inscrito no Cadastro Mercantil de Contribuintes - CMC;
- II - o sujeito passivo não possuir documentos ou livros fiscais obrigatórios;
- III - observadas as disposições desta Lei, houver atraso ou irregularidade na escrituração dos livros fiscais;
- IV - regularmente intimado, o sujeito passivo recusar-se a exibição de livros e documentos fiscais obrigatórios;
- V - sujeito ao lançamento por homologação, o sujeito passivo não houver recolhido o imposto nos prazos legais ou regulamentares;

§ 1º. Fica igualmente autorizado o arbitramento quando:

- a) o sujeito passivo fraudar ou sonegar dados indispensáveis ao lançamento do imposto;
- b) os elementos constantes dos documentos fiscais ou contábeis não refletirem o preço real do serviço;



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

c) as declarações, os esclarecimentos prestados pelo sujeito passivo, bem como os documentos por ele exibidos, sejam omissos, não mereçam fé ou não possibilitem a apuração da receita;

d) a prestação dos serviços seja referente aos itens 7.02 e 7.05 da lista do art. 121.

§ 2º. Para proceder ao arbitramento a autoridade fiscal poderá basear-se em quaisquer elementos de receita tributável pelo imposto, desde que anexe aos autos cópia dos documentos que deram suporte ao feito e, especialmente, com base nos seguintes elementos:

- I - preços correntes na praça, para o mesmo serviço ou similares;
- II - receita auferida em anos anteriores, atualizada monetariamente;
- III - receita de outros contribuintes do mesmo porte, que exerçam a mesma atividade ou assemelhada;
- IV - informações adquiridas através de convênios firmados com órgãos estaduais e federais;
- V - gastos com material necessário à execução dos serviços e com combustíveis;
- VI - despesas com salários, pagos ou creditados no período, acrescidos de encargos sociais trabalhistas, além daquelas referentes a honorários de diretores e retiradas do proprietário, sócio ou gerentes;
- VII - até 2%(dois por cento) do valor do imóvel e dos equipamentos, ou o valor dos respectivos aluguéis, quando maior;
- VIII - gastos com água, energia, telefone e demais encargos do contribuinte.

§ 3º. No caso da prestação dos serviços referentes aos itens 7.02 e 7.05 da lista anexa, a autoridade fiscal, poderá tomar como base, além de qualquer outro elemento permitido na legislação tributária, índices nacionais ou regionais de construção civil, que indiquem custo de mão de obra e de materiais.

**Art.136.** Na prestação dos serviços referentes aos itens 7.02 e 7.05 da lista anexa, o imposto será calculado sobre o preço do serviço, deduzidas as parcelas correspondentes:

I - ao valor dos materiais adquiridos de terceiros, efetivamente empregados, que tenham se incorporado definitivamente a obra ou imóvel, quando fornecidos pelo prestador dos serviços;

II - ao valor das subempreitadas já tributadas, no município, pelo imposto.

§ 1º. A dedução dos valores de que trata este artigo será feita mediante a apresentação, pelo prestador de serviços, à administração municipal, dos documentos fiscais correspondentes aos materiais empregados e das subempreitadas executadas, onde conste expressamente em cada documento fiscal as seguintes informações:



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

- a) a obra ou imóvel para onde se destina o material fornecido e o valor dedutível para o ISS;
- b) a obra ou imóvel objeto da subempreitada e o valor dedutível para o ISS;
- c) o número da matrícula da obra no INSS.

§ 2º. Para efeito do disposto no “caput” deste artigo, não são dedutíveis do preço dos serviços os materiais:

I - utilizados pelo construtor e passíveis de remoção da obra, tais como: barracões, alojamentos de empregados e respectivos utensílios, madeiras, ferragens, pregos, instalações elétricas, usados na confecção de tapumes, andaimes, escoras, torres, similares, equipamentos como: formas de concreto, ferramentas, máquinas, motores, veículos, bombas, guindastes, balancins, equipamentos de segurança e quaisquer outros materiais ou equipamentos utilizados na construção e que não se integrem a mesma;

II - Adquiridos:

- a) através de recibos, nota fiscal de venda ao consumidor ou, ainda, aqueles cuja aquisição não esteja comprovada pela primeira via da nota fiscal emitida pelo vendedor;
- b) através de nota fiscal em que não conste a perfeita identificação do emitente e do destinatário;
- c) e/ou utilizados após a emissão da nota fiscal de serviços da qual foi efetuado o abatimento.

§ 3º. A apresentação dos documentos de que trata o § 1º desse artigo deverá ser feita de forma antecipada a emissão da nota fiscal que incluirá a dedução da base de cálculo pretendida.

§ 4º. O contribuinte ou responsável pelo imposto devido na prestação dos serviços referentes aos itens 7.02 e 7.05 da lista anexa poderá optar pela dedução de materiais e subempreitada, sem a necessidade do cumprimento dos requisitos dos § 1º, § 2º e § 3º deste artigo, através da utilização de percentual fixo de dedução, englobando material e subempreitada na seguinte conformidade:

I - Item 7.02 da lista de serviços, exceto recapeamento asfáltico e pavimentação – 50% (cinquenta por cento) de dedução total, englobando subempreitada e material, sobre o preço do serviço.

II - Item 7.05 da lista anexa, exceto recapeamento asfáltico e pavimentação – 40% (quarenta por cento) de dedução total, englobando subempreitada e material, sobre o preço do serviço.

III - Recapeamento Asfáltico – 30% (trinta por cento) de dedução total, englobando subempreitada e material, sobre o preço do serviço.

IV - Terraplenagem – 10% (dez por cento) de dedução total, englobando subempreitada e material, sobre o preço do serviço.



Lei nº. 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

**SEÇÃO II**  
**DAS ALÍQUOTAS**

**Art. 137.** As alíquotas para cálculo do imposto são as constantes do quadro a seguir, aplicáveis aos serviços previstos na lista a que se refere o artigo 121, de conformidade com as respectivas atividades:

ATIVIDADES	Alíquota
<b>O IMPOSTO SERÁ CALCULADO APLICANDO-SE A ALÍQUOTA SOBRE A BASE DE CÁLCULO</b>	
Serviços constantes na listagem de serviços.	. 5%

Parágrafo único. Nas contratações de serviços em que for obrigatória a substituição tributária, aplicar-se-á as alíquotas conforme determinado neste artigo, observando-se seu enquadramento específico

**SEÇÃO III**  
**ESTIMATIVA**

**Art. 138.** O valor do imposto poderá ser fixado, pela autoridade fiscal, a partir de uma base de cálculo estimada, nos seguintes casos:

- I - quando se tratar de atividade exercida em caráter provisório;
- II - quando se tratar de contribuinte de rudimentar organização, independente das penalidades cabíveis;
- III - quando o contribuinte não tiver condições de emitir documentos fiscais ou deixar de cumprir com regularidade as obrigações acessórias previstas na legislação, independente das penalidades cabíveis;
- IV - quando se tratar de contribuinte ou grupo de contribuinte cuja espécie, modalidade ou volume de negócios ou atividades aconselhem a exclusivo critério da autoridade competente, tratamento fiscal específico;
- V - quando se tratar de contribuinte pessoa física.
- VI - quando se tratar de prestadores de serviços de diversões públicas, não estabelecidos neste Município ou que não possuam inscrição no Cadastro Mercantil de Contribuintes - C.M.C, deste Município.

Parágrafo único. No caso do inciso I deste artigo, considera-se de caráter provisório as atividades cujo exercício seja de natureza temporária e estejam vinculadas a fatores ou acontecimentos ocasionais ou excepcionais.

**Art. 139.** A autoridade competente para fixar a estimativa poderá levar em consideração, conforme o caso:



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS**

- a) dados fornecidos pelo próprio contribuinte, além de quaisquer outros elementos informativos da receita provável deste, inclusive estudos dos órgãos e entidades de classe vinculados diretamente à atividade desenvolvida;
- b) o valor dos materiais e combustíveis consumidos;
- c) o total dos salários pagos;
- d) o total da remuneração dos diretores, proprietários, sócios ou gerentes;
- e) 2% (dois por cento) do valor do imóvel e das máquinas e equipamentos utilizados para a prestação dos serviços ou, na hipótese de não serem próprios os referidos bens, o valor dos respectivos alugueis;
- f) as despesas com fornecimento de água, energia e telefone;
- g) índices nacionais ou regionais de construção civil, que indiquem custo de mão de obra e de materiais;
- h) Índices nacionais referentes ao salário base de cada categoria profissional;
- i) outros elementos devidamente identificados.

§1º. O valor do imposto, estimado na forma do artigo anterior, será recolhido na conformidade do disposto no artigo 150 desta Lei.

§2º. Os contribuintes submetidos ao regime de estimativa serão regulamente notificados do período de duração do regime, bem como das importâncias a serem recolhidas.

**Art. 140.** Os valores estimados, para determinado exercício ou período, poderão ser revistos pela autoridade fiscal e, se for o caso, reajustadas as prestações subseqüentes à revisão, notificando-se o contribuinte, na forma do artigo anterior.

**Art. 141.** O contribuinte poderá contestar os valores estimados, mediante reclamação e sucessivamente, recurso, dirigidos à autoridade fiscal competente, na forma desta Lei..

§1º. O prazo para reclamação referida neste artigo é de 20 (vinte) dias, contados da data do recebimento das notificações de que trata o art. 139.

§2º. Julgada procedente a impugnação, a diferença a maior recolhida na pendência da decisão, será compensada nos recolhimentos futuros relativos ao período ou, se for o caso, restituída ao contribuinte mediante requerimento.

§3º. Se a decisão proferida agravar o valor da estimativa, deve o contribuinte promover o recolhimento da diferença correspondente a cada mês, nas condições estabelecidas pela Secretaria Municipal de Finanças.

**Art. 142.** Ao fim do período para o qual se fez a estimativa, ou ainda, por qualquer motivo, suspensão a aplicação do regime, a autoridade fiscal procederá à apuração da receita auferida e do imposto efetivamente devido, notificando-se o contribuinte dos resultados obtidos.

**Parágrafo único.** As diferenças verificadas entre o total do imposto estimado e o montante efetivamente devido serão:

I - caso favoráveis ao Fisco, recolhidas no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da notificação referida no “caput” deste artigo;



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

II - devolvidas ao contribuinte, mediante requerimento a ser apresentado no prazo de 30 (trinta) dias, contados do último dia do período abrangido pela estimativa.

**Art. 143.** O enquadramento no regime de estimativa poderá ser feito, a critério da Secretaria de Finanças, individualmente, por categorias de estabelecimentos, ou por grupos de atividade, independentemente, a aplicação do regime, do fato de se encontrar o contribuinte sujeito a manter escrita fiscal.

Parágrafo único. Sendo insatisfatórios os meios normais de controle, a Secretaria de Finanças poderá exigir, do contribuinte, a adoção de máquinas, equipamentos ou documentos especiais, necessários à apuração dos serviços prestados, da receita auferida e do imposto devido.

**SEÇÃO IV  
INSCRIÇÃO**

**Art. 144.** Os sujeitos passivos do imposto devem promover sua inscrição no Cadastro Mercantil de Contribuintes - C.M.C, uma para cada local de atividade, na forma estabelecida pela Secretaria Municipal de Finanças e no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de início da atividade, ainda que se trate de sujeito passivo beneficiado por imunidade ou isenção.

§1º. Caso o contribuinte não possua estabelecimento fixo, a inscrição será feita pelo local do seu domicílio.

§2º. O recebimento da inscrição prevista neste artigo não faz presumir a aceitação dos dados declarados pelo contribuinte.

**Art. 145.** Sempre que os dados declarados no momento da inscrição sofrerem alterações, fica o contribuinte obrigado a informá-las ao Cadastro Mercantil de Contribuintes - CMC, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data das respectivas ocorrências.

Parágrafo único. Também no prazo referido neste artigo devem ser comunicados o encerramento das atividades, a venda e a transferência do estabelecimento.

**Art. 146.** Compete à Secretaria Municipal de Finanças, em caso de omissão do contribuinte e sempre que julgado necessário, promover, de ofício, inscrições, alterações de dados cadastrais e cancelamento de inscrições.

**Art. 147.** A inscrição, a atualização de dados cadastrais e o cancelamento das inscrições serão efetuados em formulários próprios, segundo modelos instituídos pela Secretaria Municipal de Finanças, através dos quais serão declarados os dados e informações exigidas no interesse da fiscalização do tributo.

Parágrafo único. Como complemento dos dados da inscrição, fica o contribuinte obrigado a anexar, ao formulário mencionado neste artigo, quaisquer documentos exigidos pela Fazenda Municipal.



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

SEÇÃO V  
LANÇAMENTO E RECOLHIMENTO

**Art. 148.** O lançamento será feito a todos os contribuintes sujeitos ao ISSQN, na forma e nos prazos estabelecidos em regulamento, tendo como base os dados constantes no Cadastro Mercantil de Contribuintes.

**Art. 149.** O lançamento do ISS será feito:

I - por homologação;

II - de ofício, quando calculado em função da natureza do serviço ou de outros fatores pertinentes que independam do preço do serviço, a critério da autoridade administrativa e, em consequência do levantamento fiscal, ficar constatada a falta de recolhimento total ou parcial do imposto, podendo ser lançado, a critério da autoridade administrativa, através de Notificação e Auto de Infração.

**Art. 150.** Ressalvadas as exceções previstas nesta Lei, os sujeitos passivos devem, independentemente de qualquer notificação, calcular o imposto incidente sobre os serviços prestados ou tomados (retidos ou substituídos), em cada mês, recolhendo-o até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao faturamento ou no prazo estabelecido em portaria baixada pela Secretaria Municipal de Finanças.

§1º. Quando os serviços tenham como base de cálculo faturamentos resultantes de convênios celebrados com o S.U.S., o recolhimento do imposto deverá ocorrer até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao recebimento das respectivas faturas.

§2º. O recolhimento do imposto será feito através de convênio bancário ou por outro meio determinado pela Secretaria Municipal de Finanças.

**Art. 151.** O imposto relativo aos serviços de diversões públicas, prestados nas condições descritas pelo inciso VI do artigo 138 desta Lei, será recolhido antecipadamente, na forma estabelecida pela Secretaria Municipal de Finanças.

**Art. 152.** O lançamento do imposto poderá ser procedido de ofício, cumprindo à autoridade que o realizar, a obrigatoriedade de notificar o sujeito passivo.

**Art. 153.** O contribuinte deverá promover recolhimentos distintos do imposto incidente sobre os serviços prestados em cada estabelecimento ou local de exercício da atividade.

Parágrafo único. É facultado o recolhimento unificado do imposto, relativamente a todos os estabelecimentos ou locais de exercício da atividade desde que:

I - o contribuinte esteja obrigado à manutenção de escrita contábil e adote a centralização desta em um dos seus estabelecimentos ou locais de exercício da atividade;

II - o estabelecimento ou local de centralização da escrita esteja localizado no território do Município;





Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS**

III - o recolhimento unificado do imposto previsto no parágrafo único deste artigo seja requerido à Secretaria Municipal de Finanças que, em caso de deferimento do pedido, expedirá documento atestando a decisão favorável e, ainda, o local ou estabelecimento onde será centralizada a escrita e por via da qual serão realizados os recolhimentos do imposto.

**Art. 154.** Os contribuintes do imposto ficam obrigados à declaração das operações tributáveis ou sua ausência, nas hipóteses de isenção ou remissão.

§1º. A declaração poderá ser feita através da escrituração dos livros fiscais prevista nesta Lei ou por outra forma estabelecida pela Secretaria Municipal de Finanças.

§2º. O Secretário Municipal de Finanças poderá dispensar a seu critério, é mediante Portaria, a declaração de que trata este artigo, inclusive nos casos de contribuintes sujeitos ao regime de estimativa.

**SEÇÃO VI**  
**ISENÇÕES**

**Art. 155.** São isentos do imposto:

I - concertos, recitais, “shows”, exibições cinematográficas, quermesses e espetáculos similares, quando realizados para fins assistenciais e educacionais, por entidades regularmente constituídas;

II - os pequenos artistas, assim considerados os que, em seu próprio domicílio, sem porta aberta para a via pública e sem propaganda de qualquer espécie, prestem serviços por conta própria, sem empregados, não se entendendo como tais cônjuge ou filhos do contribuinte.

§1º. Os contribuintes isentos do imposto, na forma deste artigo, não ficam dispensados da emissão de Notas Fiscais ou Faturas de Serviços e respectiva escrituração.

§2º. A isenção prevista no inciso I deste artigo, deve ser requerida antecipadamente, não dispensando os responsáveis pelo evento da emissão de bilhete de ingresso.

**SEÇÃO VII**  
**DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS**

**Art. 156.** Todas as pessoas físicas ou jurídicas, contribuintes ou não do imposto, ou dele isentas ou imunes, que de qualquer modo participem direta ou indiretamente de operações relacionadas com a prestação de serviços, estão obrigadas, salvo norma em contrário, ao cumprimento das obrigações deste título e das previstas em regulamento.

§1º. As obrigações acessórias constantes deste título e regulamento não excluem outras de caráter geral e comum a vários tributos previstos na legislação própria.

§2º. O contribuinte poderá ser autorizado a utilizar regime especial para emissão e escrituração de documentos e livros fiscais, inclusive através de processamento eletrônico de dados, observado o disposto em regulamento.



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

**SEÇÃO VIII**  
**DA INSCRIÇÃO NO CADASTRO MERCANTIL DE CONTRIBUINTES**

**Art. 157.** A inscrição no Cadastro Mercantil de Contribuintes a que se refere este artigo será promovida de ofício ou pelo contribuinte ou responsável, na forma estipulada em regulamento.

§1º. As declarações prestadas pelo contribuinte ou responsáveis no ato da inscrição ou da atualização dos dados cadastrais, não implicam sua aceitação pela Fazenda Pública Municipal, que as poderá rever a qualquer época, independentemente de prévia ressalva ou comunicação.

§2º. A inscrição, alteração ou retificação de ofício não exime o infrator das multas cabíveis.

**Art. 158.** O contribuinte é obrigado comunicar o encerramento ou a paralisação da atividade no prazo e na forma do regulamento.

§1º. Sempre que os dados declarados no momento da inscrição sofrerem alterações, fica o contribuinte obrigado a informá-las, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data das respectivas ocorrências.

§2º. Também no prazo referido neste artigo devem ser comunicados o encerramento das atividades, a venda e a transferência do estabelecimento.

§3º. Em caso de deixar o contribuinte de recolher o imposto por mais de 2 (dois) anos consecutivos e não ser encontrado no domicílio tributário fornecido, a inscrição e o cadastro poderão ser baixados de ofício, na forma que dispuser o regulamento.

§4º. A anotação de encerramento ou paralisação de atividade não extingue débitos existentes, ainda que venham a ser apurados posteriormente à declaração do contribuinte ou à baixa de ofício.

**Art. 159.** É facultado à Fazenda Pública Municipal promover, periodicamente, a atualização dos dados cadastrais, mediante notificação, fiscalização e convocação por edital dos contribuintes.

**SEÇÃO IX**  
**DAS DECLARAÇÕES E DOCUMENTOS FISCAIS**

**Art. 160.** Obrigam-se os sujeitos passivos do imposto, contribuintes, responsáveis ou substitutos tributários a manter, em cada um dos seus estabelecimentos sujeitos a inscrição no Cadastro Mercantil de Contribuintes, escrita fiscal destinada ao registro dos serviços prestados ou tomados, ainda que não tributados.

§1º. Regulamento poderá estabelecer os modelos de livros fiscais, a forma e os prazos para sua escrituração, podendo ainda, dispor sobre a dispensa ou a obrigatoriedade de



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

manutenção de determinados livros, tendo em vista a natureza dos serviços ou a atividade econômica explorada nos respectivos estabelecimentos.

§2º. Toda e qualquer pessoa jurídica, sociedade empresária ou sociedade simples, sujeito passivo da obrigação tributária, que mantenha filiais no território do Município, é obrigada a manter contabilidade descentralizada para cada unidade ou centro de custo, localizado no Município, que permita diferenciar as receitas ou despesas específicas das atividades de prestação ou tomada de serviços se e quando estas existirem; e ainda que permita diferenciar os valores dos tributos recolhidos, a recolher, retidos e/ou substituídos.

§3º. Os sujeitos passivos do imposto, que forem autorizados, pela legislação tributária do Município, a utilizar para efeitos de tributação, o regime contábil de caixa em substituição ao regime contábil de competência, e que não estejam sob o regime de estimativa, estão obrigadas, também, a manter relatórios analíticos detalhados, atualizados, do total dos serviços prestados, contratados, cancelados, não efetivados, não pagos, e dos efetivamente recebidos, sob pena de serem consideradas não autorizadas ao regime contábil de caixa, independente de outras penalidades previstas nesta lei.

I - os relatórios, de que trata este parágrafo devem informar, no mínimo: o CNPJ do tomador do serviço, o tipo de serviço, o valor do serviço, a data da contratação ou prestação e a data do pagamento ou cancelamento.

**Art. 161.** Os livros fiscais, notas fiscais e os documentos representativos ou indicativos de fatos geradores de obrigação tributária não poderão ser retirados do estabelecimento, sob nenhum pretexto, excetuados os casos em que estejam sob responsabilidade de profissional encarregado da contabilidade ou hajam sido solicitados, apreendidos pelo Fisco de qualquer nível de Governo, presumindo-se fora do estabelecimento, o livro que não for exibido, quando solicitado pelo Agente Fazendário Municipal, em prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas.

§1º. Os Agentes do Fisco Municipal apreenderão, mediante expedição do respectivo termo, todos os livros fiscais, notas fiscais e os documentos representativos ou indicativos de fatos geradores de obrigação tributária, encontrados fora do estabelecimento, e os devolverão ao contribuinte, após a lavratura do Auto de Infração cabível.

§2º. Os livros fiscais e comerciais, de qualquer natureza, assim como notas fiscais ou qualquer documento que de algum modo se refira ou esteja relacionado a fato(s) gerador(es) de obrigação tributária são de exibição obrigatória ao fisco, devendo ser conservados, pelo prazo de 05(cinco) anos, por quem tiver feito uso, contados da comunicação oficial do encerramento da atividade econômica.

§3º. Para os efeitos deste artigo, não têm aplicação quaisquer disposições legais, excludentes ou limitativas dos direitos do Fisco, de examinar livros, arquivos, documentos, papéis e feitos comerciais e fiscais.

§4º. Os livros fiscais e comerciais, notas fiscais e documentos descritos neste artigo poderão ser examinados, pelos agentes do fisco municipal, fora do estabelecimento do sujeito passivo, desde que lavrado termo escrito de retenção pela autoridade fiscal, em que se especifiquem a quantidade, espécie, natureza e condições dos livros e documentos retidos.



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

§5º. Constituindo os livros fiscais, notas fiscais ou documentos supra mencionados prova da prática de ilícito tributário, os originais retidos não serão devolvidos, extraindo-se cópia para entrega ao sujeito passivo.

§6º. Excetuada o disposto no parágrafo anterior, devem ser devolvidos os originais dos documentos retidos para exame, mediante recibo.

§7º. O sujeito passivo usuário de sistema de processamento de dados para escrituração contábil deverá manter documentação técnica completa e atualizada do sistema, suficiente para possibilitar a sua auditoria, facultada a manutenção em meio magnético, sem prejuízo da sua emissão gráfica, quando solicitada.

**SEÇÃO X**  
**DO SISTEMA ELETRÔNICO DE GESTÃO DE IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS**  
**DE QUALQUER NATUREZA, E DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS.**

**Art. 162.** São instituídos, no Município, o Sistema Eletrônico de Gestão de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, e a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços.

Parágrafo único. O Sistema Eletrônico de Gestão de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços referidos no “caput” serão disponibilizados em endereço eletrônico, de acesso geral, determinado pela Secretaria Municipal de Finanças.

**Art. 163.** Todas as Pessoas Jurídicas de direito público e privado, estabelecidas ou sediadas no Município, ficam obrigadas a prestar mensalmente declarações dos dados econômico-fiscais de todas as operações, que envolvam a prestação de serviços, tributáveis ou não, bem como da inexistência destas, em sendo o caso, através do Sistema Eletrônico de Gestão de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, e da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços.

**Art. 164.** Incluem-se nas obrigações do Art. 163:

- I - os estabelecimentos equiparados à pessoa jurídica;
- II - os contribuintes prestadores de serviço sob regime por homologação, inclusive aqueles enquadrados no Regime de Estimativa;
- III- os contribuintes por substituição tributária e os responsáveis tributários por serviços tomados;
- IV- os órgãos da administração pública direta da União, dos Estados e do Município, bem como suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mistas, concessionárias e permissionárias de serviços públicos e demais entidades controladas direta e indiretamente pela União, pelos Estados ou por este Município;
- V - os partidos políticos;
- VI- as entidades religiosas, filantrópicas, filosóficas e outras;
- VII - as fundações de direito privado;



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS**

VIII- as associações, inclusive entidades sindicais, federações, confederações, centrais sindicais e serviços sociais autônomos;

IX - os condomínios edilícios;

X - os cartórios notariais e de registro;

XI – as Instituições Financeiras.

**Art. 165.** A Nota Fiscal Eletrônica de Serviços, autorizada pelo município, deverá ser emitida para toda prestação de serviços, tributável ou não, bem como para toda a locação de bens móveis, que ocorra no âmbito territorial do município.

**Art. 166.** O Poder Executivo Municipal poderá disciplinar, por Portaria, o Sistema Eletrônico de Gestão de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, e a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços, e no interesse da administração pública desobrigar determinados Contribuintes/Responsáveis ou atividades, das obrigações previstas no Sistema Eletrônico de Gestão de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, e da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços.

**TÍTULO III**  
**DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA -**  
**IPTU**  
**CAPÍTULO I**  
**DO IMPOSTO PREDIAL URBANO**

**Art. 167.** Constitui fato gerador do Imposto Predial Urbano a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel construído, localizado na zona urbana do Município.

**Art. 168.** Para os efeitos deste imposto, considera-se zona urbana toda a área em que existam melhoramentos executados ou mantidos pelo Poder Público, indicados em pelo menos 2 (dois) dos incisos seguintes:

I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II - abastecimento de água;

III - sistema de esgotos sanitários;

IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;

V - escola primária ou posto de saúde, a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

**Art. 169.** Ainda que localizadas fora da zona urbana do Município, segundo definida pelo artigo anterior, considerar-se-ão urbanas, para os efeitos deste imposto, as áreas urbanizáveis e as de expansão urbana, destinadas à habitação, inclusive residências de recreio, à indústria ou ao comércio, a seguir enumeradas:

I - as áreas pertencentes a parcelamentos de solo regularizados pela Administração Municipal;



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

- II - as áreas pertencentes a loteamentos aprovados, nos termos da legislação pertinente;
- III - as áreas dos conjuntos habitacionais, aprovados e executados nos termos da legislação pertinente;
- IV - as áreas com uso ou edificação aprovada de acordo com a legislação urbanística de parcelamento, uso e ocupação do solo e de edificações;
- V - as áreas parceladas irregularmente, cadastradas de Ofício pela Administração Fazendária.

Parágrafo único. As áreas referidas nos incisos deste artigo terão seu perímetro delimitado por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

**Art. 170.** Para os efeitos deste imposto, considera-se construído todo imóvel no qual exista edificação que possa servir para habitação ou para o exercício de quaisquer atividades.

**CAPÍTULO II**  
**DO IMPOSTO TERRITORIAL URBANO**

**Art. 171.** Constitui fato gerador do Imposto Territorial Urbano a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel não construído, localizado na zona urbana do Município, observando as disposições contidas nos artigos 168 e 169.

**Art. 172.** Para os efeitos deste imposto, consideram-se não construídos os terrenos:

- I - em que não existir edificação;
- II - em que houver obra paralisada ou em andamento, edificações condenadas ou em ruínas, ou construções de natureza temporária;
- III - cuja área exceder de 5 (cinco) vezes a ocupada pelas edificações, exceto as chácaras de recreio;
- IV - ocupados por construção de qualquer espécie, inadequada à sua situação, dimensões, destino ou utilidade, conforme regulamento.

Parágrafo único. No cálculo do excesso de área de que trata o inciso III, toma-se por base a do terreno ocupado pela edificação principal, edículas e dependências.



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

**CAPÍTULO III**  
**DISPOSIÇÕES COMUNS RELATIVAS AO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL**  
**URBANO**  
**SEÇÃO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 173.** A incidência, sem prejuízo das cominações cabíveis, independe do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas.

**Art. 174.** O imposto não incide:

I - nas hipóteses de imunidade previstas na Constituição Federal e no disposto neste Código;

II - no caso do Imposto Predial Urbano, sobre os imóveis, ou parte destes, considerados como não construídos, para os efeitos da incidência do Imposto Territorial Urbano.

**Art. 175.** Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título.

**Art. 176.** O imposto é devido, a critério da repartição competente:

I - por quem exerça a posse direta do imóvel, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos possuidores indiretos;

II - por qualquer dos possuidores indiretos, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais e do possuidor direto.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se ao espólio das pessoas nele referidas.

**Art. 177.** O lançamento do imposto é anual e feito um para cada unidade imobiliária, em nome do sujeito passivo, na conformidade do disposto no artigo anterior.

§1º. No caso de condomínio, figurará o lançamento em nome de cada um dos condôminos, na proporção de sua parte e, em sendo esses desconhecidos, em nome do condomínio.

§2º. Quando se tratar de loteamento figurará o lançamento em nome do seu proprietário, até que seja outorgada a escritura definitiva da unidade vendida.

§3º. Verificando-se a outorga de que trata o parágrafo anterior, os lotes vendidos serão lançados em nome do comprador, no exercício subsequente ao que se verificar a modificação do Cadastro Imobiliário.

§4º. Quando o imóvel estiver sujeito a inventário, figurará o lançamento em nome do espólio e, feita a partilha, será transferido para os nomes dos sucessores, os quais se obrigam a promover a transferência perante o órgão da Prefeitura, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da partilha ou da adjudicação, transitado em julgado.



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

§5º. Os imóveis pertencentes a espólio, cujo inventário esteja sobrestado, serão lançados em nome do mesmo, o qual responderá pelo tributo até que, julgado o inventário, se lancem as necessárias modificações.

§6º. O lançamento dos imóveis pertencentes à massa falida ou sociedade em liquidação será feito em nome das mesmas, mas a notificação será endereçada aos seus representantes legais, anotando-se os nomes e endereços nos registros.

**Art. 178.** Considera-se ocorrido o fato gerador em 1º de janeiro do ano a que corresponda o lançamento, ressalvadas as edificações construídas durante o exercício, cujo fato gerador ocorrerá, inicialmente, na data da concessão do “habite-se”, ou quando do cadastramento “ex-offício”, sendo o imposto referente a edificação calculado de modo proporcional a quantidade de meses restantes para o término do ano fiscal, não se considerando fração de mês e incluindo-se o mês da concessão do “habite-se” ou cadastramento “ex-offício”.

**Art. 179.** O lançamento considera-se regularmente notificado ao sujeito passivo, na hipótese do imposto predial ou territorial urbano, com a publicação do Edital de Lançamento ou, a critério da administração municipal, com a entrega do carnê de pagamento, no local do imóvel ou no local por ele indicado, observadas as disposições contidas neste Capítulo.

§1º. A notificação deverá ser precedida de divulgação, a cargo do Executivo, das datas de entrega dos carnês de pagamento e das suas correspondentes datas de vencimento.

§2º. Para todos os efeitos de direito, no caso do parágrafo anterior e respeitadas as suas disposições, presume-se feita a notificação do lançamento, e regularmente constituído o crédito tributário correspondente, decorridos 05 (cinco) dias contados após a entrega dos carnês de pagamento.

§3º. Comprovada a impossibilidade de entrega da notificação, ou no caso de recusa de seu recebimento, a notificação far-se-á exclusivamente por edital.

§4º. O edital poderá ser feito globalmente para todos os imóveis que se encontrarem em situação prevista no parágrafo anterior.

§5º. Considera-se feita a notificação por edital 05 (cinco) dias após a sua publicação em jornal de circulação na Capital ou em Diário Oficial do Município ou em mural afixado na Secretaria de Finanças, se for o caso.

**Art. 180.** O pagamento do imposto poderá ser efetuado de uma só vez ou em prestações, mensais e sucessivas, na forma e prazo regulamentares.

Parágrafo único. O recolhimento do imposto não importa em presunção, por parte da Prefeitura, para quaisquer fins, da legitimidade da propriedade, do domínio útil ou da posse do imóvel.

**Art. 181.** A notificação do lançamento do imposto territorial urbano far-se-á por meio de edital, observado o disposto no § 5º do artigo 179.





Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

**CAPÍTULO IV  
DAS ISENÇÕES**

**Art.182.** São isentos do pagamento do IPTU, observando o disposto em regulamento:

I – A única propriedade de imóvel e que sirva exclusivamente como residência e que não ultrapasse a 150 m<sup>2</sup> (cento e cinco metros quadrados) de área de terreno, como também a área construída totalize no máximo 70,00 m<sup>2</sup> (setenta metros quadrados).

II – Imóvel cedido gratuitamente para instalação e funcionamento de estabelecimento que ministre ensino gratuito e para uso em sua totalidade do Município de SÃO MIGUEL DOS CAMPOS;

III – Os imóveis de Propriedades de Associação de Bairros, Esportivas, Recreativas e de Assistência Social sem fins lucrativos destinados a prática de suas finalidades essenciais estatutárias reconhecidas como de utilidade pública por Lei Municipal e as entidades religiosas de qualquer culto;

Parágrafo Único – As concessões de Isenções Fiscais serão feitas mediante requerimento ao Chefe do Executivo Municipal, em formulário próprio distribuídos gratuitamente pelo órgão competente do Município, inclusive elencando os documentos necessários, a serem anexados.

**CAPÍTULO V  
DA BASE DE CÁLCULO**

**Art. 183.** A base de cálculo do IPTU é o valor venal do imóvel, que será determinado por avaliação por Comissão de Avaliação de Imóveis, instituída pela administração municipal ou poderá ser apurado com base na Planta de Valores Genéricos e Tabela de Preços de Construção, aprovada anualmente pela Câmara Municipal, até 31 de dezembro do ano que anteceder ao lançamento.

§1º A Planta e Tabela de que trata o caput deste artigo serão elaboradas e revistas anualmente pela Comissão de Avaliação de Imóveis composta de no mínimo 3 (três) e no máximo 07 (sete) membros, a ser constituída pelo Chefe do Poder Executivo.

§2º. Caso não seja promulgada a Lei da Planta de Valores Genéricos e Tabela de Preços de Construção, os valores venais poderão ser os mesmos utilizados para cálculo do imposto do exercício imediatamente anterior, devidamente corrigidos pela variação do IPCA.

**Art. 184.** Na apuração do valor venal do imóvel, para os fins de lançamento do IPTU, os valores unitários de metro quadrado de construção e de terreno poderão ser determinados em função dos seguintes elementos, tomados em conjunto ou separadamente:

I - Quanto ao prédio:

- a) o padrão ou tipo de construção;
- b) a área construída;
- c) o valor unitário do metro quadrado;



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

**CAPÍTULO IV  
DAS ISENÇÕES**

**Art.182.** São isentos do pagamento do IPTU, observando o disposto em regulamento:

I – A única propriedade de imóvel e que sirva exclusivamente como residência e que não ultrapasse a 150 m<sup>2</sup> (cento e cinco metros quadrados) de área de terreno, como também a área construída totalize no máximo 70,00 m<sup>2</sup> (setenta metros quadrados).

II – Imóvel cedido gratuitamente para instalação e funcionamento de estabelecimento que ministre ensino gratuito e para uso em sua totalidade do Município de SÃO MIGUEL DOS CAMPOS;

III – Os imóveis de Propriedades de Associação de Bairros, Esportivas, Recreativas e de Assistência Social sem fins lucrativos destinados a prática de suas finalidades essenciais estatutárias reconhecidas como de utilidade pública por Lei Municipal e as entidades religiosas de qualquer culto;

Parágrafo Único – As concessões de Isenções Fiscais serão feitas mediante requerimento ao Chefe do Executivo Municipal, em formulário próprio distribuídos gratuitamente pelo órgão competente do Município, inclusive elencando os documentos necessários, a serem anexados.

**CAPÍTULO V  
DA BASE DE CÁLCULO**

**Art. 183.** A base de cálculo do IPTU é o valor venal do imóvel, que será determinado por avaliação por Comissão de Avaliação de Imóveis, instituída pela administração municipal ou poderá ser apurado com base na Planta de Valores Genéricos e Tabela de Preços de Construção, aprovada anualmente pela Câmara Municipal, até 31 de dezembro do ano que anteceder ao lançamento.

§1º A Planta e Tabela de que trata o caput deste artigo serão elaboradas e revistas anualmente pela Comissão de Avaliação de Imóveis composta de no mínimo 3 (três) e no máximo 07 (sete) membros, a ser constituída pelo Chefe do Poder Executivo.

§2º. Caso não seja promulgada a Lei da Planta de Valores Genéricos e Tabela de Preços de Construção, os valores venais poderão ser os mesmos utilizados para cálculo do imposto do exercício imediatamente anterior, devidamente corrigidos pela variação do IPCA.

**Art. 184.** Na apuração do valor venal do imóvel, para os fins de lançamento do IPTU, os valores unitários de metro quadrado de construção e de terreno poderão ser determinados em função dos seguintes elementos, tomados em conjunto ou separadamente:

I - Quanto ao prédio:

- a) o padrão ou tipo de construção;
- b) a área construída;
- c) o valor unitário do metro quadrado;



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

- d) o estado de conservação;
- e) os serviços públicos ou de utilidade existentes na via ou logradouro;
- f) o índice de valorização do logradouro, quadra ou zona em que estiver situado o imóvel;
- g) o preço nas últimas transações de compra e venda realizadas nas zonas respectivas, segundo o mercado imobiliário local;
- h) quaisquer outros dados informativos obtidos pela repartição competente;

II - Quanto ao terreno:

- a) a área, a forma, as dimensões, a localização, os acidentes geográficos e outras características;
- b) os fatores indicados nas alíneas “e”, “f” e “g” do item anterior e quaisquer outros dados informativos.

**Art. 185.** Observado o disposto no artigo anterior, ficam definidos, como valores unitários, para os locais e construções no território do Município:

I - relativamente aos terrenos, os determinados por avaliação por Comissão de Avaliação de Imóveis ou aqueles constantes da Planta de Valores Genéricos;

II - relativamente às construções, os determinados por avaliação por Comissão de Avaliação de Imóveis ou aqueles valores indicados na Tabela de Preços de Construção.

**Art. 186.** Na determinação do valor venal não serão considerados:

I - o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade;

II - as vinculações restritivas do direito de propriedade e o estado de comunhão.

**Art. 187.** No cálculo da área construída das unidades autônomas de prédios em condomínio, será acrescentada, à área privativa de cada unidade, a parte correspondente nas áreas comuns em função de sua cota-parte.

**Art. 188.** O valor unitário de metro quadrado de construção será obtido por avaliação por Comissão de Avaliação de Imóveis ou pelo enquadramento da construção num dos tipos da Tabela de Preços de Construção, em função da sua área predominante, e no padrão de construção cujas características mais se assemelhem às suas.

Parágrafo único. Nos casos em que a área predominante não corresponder à destinação principal da edificação, ou conjunto de edificações, poderá ser adotado critério diverso, a juízo da Administração.

**Art. 189.** O valor venal de imóvel construído será apurado por avaliação por Comissão de Avaliação de Imóveis ou pela soma do valor do terreno com o valor da construção, calculados na forma da Lei que vier a instituir a Planta de Valores Genéricos e a Tabela de Preços de Construção.



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

**CAPÍTULO VI**  
**DAS ALÍQUOTAS RELATIVAS AO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO**

**Art. 190.** O imposto será calculado aplicando-se as seguintes alíquotas:

- I – Imóveis prediais – 1% (um por cento);
- II – Imóveis territoriais murados – 2% (dois por cento);
- III – Imóveis territoriais não murados – 5% (cinco por cento);

**CAPÍTULO VII**  
**DO PAGAMENTO DO IPTU**

**Art. 191.** O imposto será pago na forma, local e prazos definidos em regulamento, observando-se que:

I - terá o desconto, a critério da Secretaria Municipal de Finanças, de até 30% (trinta por cento), se for pago em uma única parcela;

II - poderá ser dividido em até 06 (seis) parcelas iguais, desde que o valor de cada parcela não seja inferior a R\$ 25,00 (vinte e cinco) reais.

§1º. Todas as expedições de alvarás de desmembramento, loteamentos, remembramentos e bem assim atestados de “habite-se” para edifícios somente serão liberados quando:

a) alvarás de desmembramentos e loteamentos - quando da quitação plena do IPTU da área a ser fracionada;

b) remembramento - quando da quitação plena do IPTU incidente sobre as unidades imobiliárias a serem remembradas;

c) habite-se de edifícios ou edificações - quando da quitação plena das parcelas do IPTU do imóvel territorial onde foi construído o edifício ou edificação, e assim como da quitação do imposto devido pela prestação dos serviços na sua construção;

d) no processo de expedição do “habite-se”, constatando-se a falta de recolhimento do ISS relativo à execução das atividades prestacionais, o proprietário da obra será responsável pelo pagamento de referido imposto.

§2º. Isenta-se do disposto na alínea “d”, do parágrafo 1º, deste artigo, a obrigação com respeito ao ISS no caso de imóveis nos quais pessoa física seja titular da propriedade, do domínio útil, da posse por natureza ou acesso física.



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

**CAPÍTULO VIII**  
**DA REVISÃO DO LANÇAMENTO**

**Art. 192.** O lançamento, regularmente efetuado e após notificado o sujeito passivo, só será alterado em virtude de:

I - iniciativa de ofício da autoridade lançadora, quando se comprove que no lançamento ocorreu erro na apreciação dos fatos, omissão ou falta da autoridade que efetuou ou quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não aprovado por ocasião do lançamento;

II - deferimento pela autoridade administrativa, de reclamação ou impugnação do sujeito passivo, em processo regular, obedecidas as normas processuais previstas neste Código.

**Art. 193.** Far-se-á ainda revisão de lançamento sempre que se verificar erro na fixação do valor venal ou da base tributária, ainda que os elementos indutivos dessa fixação hajam sido apurados diretamente pelo Fisco.

**Art. 194.** Uma vez revisto o lançamento com obediência às normas e exigências nos artigos anteriores, será reaberto o prazo de 10 (dez) dias ao contribuinte, para efeito de pagamento do tributo ou da diferença deste, sem acréscimo de qualquer penalidade.

**CAPÍTULO IX**  
**DA RECLAMAÇÃO CONTRA O LANÇAMENTO**

**Art. 195.** A reclamação será dirigida ao órgão competente da Fazenda Pública Municipal em requerimento, devidamente protocolado, obedecidas as formalidades regulamentares e assinado pelo contribuinte ou por seu representante legal, observando-se o prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência na notificação.

**Art. 196.** A reclamação apresentada dentro do prazo previsto no artigo anterior terá efeito suspensivo quando:

- I - houver engano quanto ao contribuinte ou aplicação de alíquota;
- II - existir erro quanto à base de cálculo ou do próprio cálculo;
- III - os prazos para pagamento divergirem dos previstos em regulamento.

Parágrafo único. O contribuinte que tiver sua reclamação indeferida, responderá pelo pagamento de multas e de outras penalidades já incidentes sobre o tributo.

**Art. 197.** O requerimento reclamatório será julgado nas instâncias administrativas, na forma prevista neste Código, sujeitando-se à mesma processualística, exceto aos prazos, que serão os que constarem deste Capítulo.



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

**CAPÍTULO X  
DAS PENALIDADES**

**Art. 198.** Aplica-se ao IPTU os acréscimos legais previstos no artigo 92.

Parágrafo único. Aos que deixarem de proceder ao cadastramento previsto no artigo 200, bem como à comunicação exigida no artigo 203, aplicar-se-á a multa por infração prevista no item XXII do artigo 98, que será cobrada no ato ou juntamente com o IPTU do exercício seguinte ao que ocorreu a infração, quando a correção for efetuada por iniciativa da repartição competente.

**CAPÍTULO XI  
DO CADASTRO IMOBILIÁRIO**

**Art. 199.** Todos os imóveis, inclusive os que gozarem de imunidade ou isenção, situados na zona urbana, de expansão e dos Distritos do Município, como definidas neste Código, deverão ser inscritos pelo contribuinte ou responsável no Cadastro Imobiliário.

**Art. 200.** A fim de efetivar a inscrição no Cadastro Imobiliário, é o responsável obrigado a comparecer aos órgãos competentes do Município, munido do título de propriedade ou do compromisso de compra e venda, para a necessária anotação.

§1º. A inscrição deverá ser efetuada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da escritura definitiva ou da promessa de compra e venda do imóvel.

§2º. As obrigações a que se refere este artigo serão extensivas aos casos de aquisição de imóveis pertencentes a loteamentos, após a outorga da escritura definitiva ou promessa de compra e venda.

§3º. A inscrição e os efeitos tributários dela decorrentes não criam direitos ao proprietário, ao titular do domínio útil ou ao detentor da posse a qualquer título, bem como não excluem o direito do Município de promover a adequação da edificação às normas legais, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

§4º. Para a caracterização da área do imóvel será considerada a situação de fato do imóvel, coincidindo ou não com a descrição contida no respectivo título de propriedade, domínio ou posse.

**Art. 201.** Em caso de litígio sobre o domínio do imóvel, a ficha de inscrição mencionará tal observação, bem como a qualificação dos litigantes e dos detentores do imóvel, a natureza do feito, o juízo e cartório por onde correr a ação.

Parágrafo único. Inclui-se, também, na situação prevista neste artigo, o espólio, a massa falida e as sociedades em liquidação.

**Art. 202.** Em se tratando de área loteada ou remanejada, cujo loteamento tenha sido licenciado pela Prefeitura, fica o responsável obrigado, além da apresentação do título de propriedade, a entrega ao órgão cadastrador, uma planta completa em escala que permita a anotação



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

dos desdobramentos, logradouros, das quadras, dos lotes, área total, as áreas cedidas ao patrimônio municipal, as áreas compromissadas e áreas alienadas.

**Art. 203.** Deverão ser obrigatoriamente comunicadas ao órgão cadastrador, no prazo de 30 (trinta) dias, todas as ocorrências verificadas com relação ao imóvel que possam afetar a base de cálculo e a identificação do contribuinte, da obrigação tributária.

**Art. 204.** Será exigida certidão de cadastramento em todos os casos de:

- I - Habite-se, licença para construção ou reconstrução, reforma, demolição ou ampliação;
- II - remanejamento de área;
- III - aprovação de plantas.

**Art. 205.** É obrigatória a informação do Cadastro Imobiliário nos seguintes casos:

- I - expedição de certidão relacionada com o IPTU;
- II - reclamação contra lançamento;
- III - restituição de tributos imobiliários e taxas que a eles acompanham;
- IV - anistia parcial ou total de tributos imobiliários.

**TÍTULO IV**  
**DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS - ITBI**  
**CAPÍTULO I**  
**DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR**

**Art. 206.** O Imposto Sobre a Transmissão por ato oneroso inter vivos, de Bens Imóveis, bem como cessão de direitos a eles relativos, ITBI, tem como fato gerador:

I - a transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis, por natureza ou por acessão física, conforme definido no Código Civil;

II - a transmissão inter vivos, por ato oneroso, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia;

III - a cessão de direitos relativos às transmissões referidas nos incisos anteriores.

Parágrafo único. Para efeitos desta Lei é adotado o conceito de imóvel e de cessão constantes da Lei Civil.

**Art. 207.** A incidência do ITBI alcança as seguintes mutações patrimoniais:

- I - compra e venda pura ou condicional e atos equivalentes;
- II - dação em pagamento;



Lei nº. 1.399 de 16/12/2014.

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

- III - permuta;
- IV - arrematação ou adjudicação em leilão, hasta pública ou praça;
- V - incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica, ressalvados os casos de imunidade e não incidência;
- VI - transferência do patrimônio de pessoa jurídica para o de qualquer um de seus sócios, acionistas ou respectivos sucessores;
- VII - tornas ou reposições que ocorram:
  - a) nas partilhas efetuadas em virtude de dissolução da sociedade conjugal ou morte quando o cônjuge ou herdeiro receber, dos imóveis situados no Município, cota-parte de valor maior do que o da parcela que lhe caberia na totalidade desses imóveis;
  - b) nas divisões para extinção de condomínio de imóvel, quando for recebida por qualquer condômino cota-parte material, cujo valor seja maior do que o de sua cota-parte ideal;
- VIII - mandato em causa própria e seus substabelecimentos, quando o instrumento contiver os requisitos essenciais à compra e à venda;
- IX - instituição de fideicomisso;
- X - enfiteuse e subenfiteuse;
- XI - rendas expressamente constituídas sobre imóvel;
- XII - concessão real de uso;
- XIII - cessão de direitos de usufruto;
- XIV - cessão de direitos ao usucapião;
- XV - cessão de direitos do arrematante ou adjudicante, depois de assinado o auto de arrematação ou adjudicação;
- XVI - acessão física quando houver pagamento de indenização;
- XVII - cessão de direitos sobre permuta de bens imóveis;
- XVIII - qualquer ato judicial ou extrajudicial inter vivos não especificado neste artigo que importe ou se resolva em transmissão, a título oneroso, de bens imóveis por natureza ou acessão física, ou de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia;
- XIX - cessão de direitos relativos aos atos mencionados no inciso anterior;
- XX - incorporação de imóvel ou de direitos reais sobre imóveis ao patrimônio de pessoa jurídica, em realização de capital, quando a atividade preponderante da adquirente for a compra e venda, locação ou arrendamento mercantil de imóveis, ou a cessão de direitos relativos à sua aquisição;
- XXI - transmissão desses bens ou direitos, decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, quando a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;





Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS**

XXII - cessão de promessa de venda ou transferência de promessa de cessão, relativa a imóveis, quando se tenha atribuído ao promitente comprador ou ao promitente cessionário o direito de indicar terceiro para receber a escritura decorrente da promessa.

§1º. Equipara-se à compra e venda, para efeitos tributários:

I - a permuta de bens imóveis por bens e direitos de outra natureza;

II - a permuta de bens imóveis situados no território do Município por outros quaisquer bens situados fora do território do Município.

§2º. Considera-se caracterizada a atividade preponderante referida nos incisos XX e XXI deste artigo, quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos anos anteriores e nos dois anos subseqüentes à aquisição, decorrer de transações mencionadas nesta Lei.

§3º. Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de 2 (dois) anos antes dela, apurar-se-á a preponderância referida no parágrafo anterior, levando em conta os 2 (dois) primeiros anos seguintes à data da aquisição.

§4º. Verificada a preponderância referida no §2º deste artigo, tornar-se-á devido o imposto, nos termos da lei vigente à data da aquisição, sobre o valor do bem ou direito nessa data.

**CAPÍTULO II**  
**DA NÃO INCIDÊNCIA**

**Art. 208.** O imposto não incide sobre a transmissão dos bens ou direitos referidos nos artigos anteriores:

I - quando efetuada para sua incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em pagamento de capital nela subscrito;

II - quando decorrente da incorporação ou da fusão de uma pessoa jurídica por outra ou com outra.

Parágrafo único. O imposto não incide sobre a transmissão aos mesmos alienantes, dos bens e direitos adquiridos na forma do inciso I deste artigo, em decorrência da sua desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a que foram conferidos.

**CAPÍTULO III**  
**DO SUJEITO PASSIVO**

**Art. 209.** O sujeito passivo da obrigação tributária é:

I - o adquirente dos bens ou direitos;

II - nas permutas, cada uma das partes pelo valor tributável do bem ou direito que recebe.

**Art. 210.** Respondem solidariamente pelo pagamento do imposto:



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

I - o transmitente;

II - o cedente;

III - os tabeliões, escrivãos e demais serventuários de ofício, relativamente aos atos por eles praticados ou que por eles tenham sido coniventes, em razão do seu ofício, ou pelas omissões de que foram responsáveis.

**CAPÍTULO IV**  
**DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA**

**Art. 211.** A base de cálculo do imposto é o valor pactuado no negócio jurídico ou o valor venal atribuído ao imóvel ou ao direito transmitido, periodicamente atualizado pelo município, se este for maior.

§1º. Na arrematação ou leilão, na remissão, na adjudicação de bens imóveis ou direitos a eles relativos, a base de cálculo será o valor estabelecido pela avaliação judicial ou administrativa, ou o preço pago, se este for maior.

§2º. Nas tomas ou reposições, a base de cálculo, será o valor venal da fração ideal excedente inter vivos, o imposto será pago pelo fiduciário, com redução de 50% (cinquenta por cento) e pelo fideicomissário, quando entrar na posse dos bens de direitos, também com a mesma redução.

§3º. Na transmissão de fideicomisso inter vivos o imposto será pago pelo fiduciário, com redução de 50% (cinquenta por cento), e pelo fideicomissário, quando entrar na posse dos bens ou direitos, também com a mesma redução.

§4º. Extinto o fideicomisso por qualquer motivo e consolidada a propriedade, o imposto deve ser recolhido no prazo de 30 (trinta) dias do ato extinto.

§5º. O fiduciário que puder dispor dos bens e direitos, quando assim proceder, pagará o imposto de forma integral.

§6º. Para efeito de fixação do valor tributável, será utilizada a Planta de Valores Genéricos e Tabela de Preços de Construção, devidamente atualizada, exigindo-se a aprovação do titular da Fazenda Pública Municipal as avaliações que indicarem quantitativos inferiores aos estabelecidos, sem prejuízo da consideração de outros fatores relevantes.

§7º. Sendo o valor venal determinado pela Planta de Valores Genéricos e Tabela de Preços de Construção inferior ao valor declarado pelos sujeitos da transação, ou inferior ao valor da última transcrição em Cartório, a base de cálculo do imposto será o valor declarado ou o valor da última transcrição.

**Art. 212.** O imposto será calculado, aplicando-se sobre o valor estabelecido como base de cálculo a alíquota de 3% (tres por cento).



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

**CAPÍTULO V  
DO PAGAMENTO**

**Art. 213.** O imposto será pago antes da realização do ato ou da lavratura do instrumento público ou particular que configurar a obrigação de pagá-lo, exceto:

I - nas tornas ou reposições em que sejam interessados incapazes, dentro de 30 (trinta) dias, contados da data em que se der a concordância do Ministério Público;

II - na arrematação ou adjudicação, dentro de 30 (trinta) dias contados da data em que tiver sido assinado o ato ou deferida a adjudicação, ainda que haja recurso pendente;

III - na transmissão objeto de instrumento lavrado em outro Município, dentro de 30 (trinta) dias contados da data da sua lavratura.

Parágrafo único. Considerar-se-á ocorrido o fato gerador na lavratura de contrato ou promessa de compra e venda, exceto se deles constar expressamente que a emissão na posse do imóvel somente ocorrerá após a quitação final.

**CAPÍTULO VI  
DA FISCALIZAÇÃO E OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS**

**Art. 214.** A fiscalização de regularidade do recolhimento do imposto compete a todas as autoridades e funcionários do fisco municipal, às autoridades judiciárias, serventuários da justiça, membros do Ministério Público, na forma da legislação vigente.

**Art. 215.** Nas transmissões e cessões por instrumento público, serão consideradas todas as informações constantes do documento de arrecadação municipal comprobatório do recolhimento do imposto devido.

§1º. Para os fins deste artigo, entende-se por instrumento público o lavrado por Tabelião, Oficial de Registro de Imóveis ou Escrivão, qualquer que seja a natureza do ato.

§2º. Uma via da Guia de Informações para Apuração de ITBI, devidamente autenticada pelo agente arrecadador, deverá ser arquivada pelo tabelião, oficial de registro de imóveis, ou escrivão, de forma que possa ser facilmente apresentada à fiscalização municipal, quando solicitada.

**Art. 216.** Os serventuários da justiça facilitarão aos funcionários do Fisco Municipal o exame, em cartório, dos livros, autos e papéis que interessarem à verificação de regularidade da arrecadação do imposto.

**Art. 217.** O sujeito passivo é obrigado a apresentar ao órgão fazendário municipal os documentos e informações necessárias ao lançamento do imposto, inclusive os comprovantes de quitação do IPTU, incidentes sobre o imóvel até a data de quitação do Imposto de Transmissão Onerosa de Bens Imóveis, objeto do fato translativo.



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

**Art. 218.** Não serão lavrados, registrados, inscritos ou averbados pelos Notários, Oficiais de Registro de Imóveis ou seus prepostos, os atos e termos relacionados com a transmissão de bens imóveis ou de direitos a eles relativos, sem que se faça prova do pagamento do imposto ou do reconhecimento administrativo da não incidência, da imunidade ou da concessão de isenção.

**TÍTULO V**  
**DAS TAXAS**  
**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 219.** As taxas cobradas pelo Município têm como fato gerador o exercício do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.

§1º. Integram-se ao elenco das taxas as de:

- I - licença;
- II - expediente e serviços diversos;
- III - serviços urbanos.

§2º. As taxas serão arrecadadas mediante documento próprio, emitido, preferencialmente, pelo órgão responsável pela concessão da licença ou pela execução do serviço solicitado, conforme o caso.

**Art. 220.** As taxas classificam-se:

- I - pelo exercício regular do poder de polícia;
- II - pela utilização de serviços públicos.

§1º. Considera-se poder de polícia a atividade da administração pública municipal que, limitando ou disciplinando direito, interesses ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão do interesse público, inerente à segurança, à higiene, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão do poder público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos, no território do Município.

§2º. São taxas pelo exercício regular do poder de polícia as de:

- a) licença e fiscalização para localização, instalação e funcionamento;
- b) licença para exploração de meios de publicidade;
- c) licença para abate de animais;
- d) licença para execução de obras, loteamentos e “habite-se”;
- e) licença para ocupação de áreas em praças, vias e logradouros públicos;

§3º. São taxas pela utilização de serviços públicos as de:



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

- a) serviços urbanos;
- b) expediente e serviços diversos;
- c) transporte e trânsito.

**CAPÍTULO II**  
**DAS TAXAS DE LICENÇA**  
**SEÇÃO I**  
**DA TAXA DE LICENÇA E FISCALIZAÇÃO PARA LOCALIZAÇÃO, INSTALAÇÃO E**  
**FUNCIONAMENTO**

**Art. 221.** A Taxa de Licença e Fiscalização para Localização, Instalação e Funcionamento é devida pela atividade municipal de fiscalização do cumprimento da legislação disciplinadora do uso e ocupação do solo urbano, segurança, ordem ou tranqüilidade públicas, a que se submete qualquer pessoa, física ou jurídica, em razão da localização, instalação e funcionamento de quaisquer atividades no Município.

§1º. Inclui-se entre as atividades sujeitas à fiscalização as de comércio, indústria, agropecuária, de prestação de serviços em geral e, ainda, as exercidas por entidades, sociedades ou associações civis, desportivas, religiosas ou decorrentes de profissão, arte ou ofício.

§2º. A incidência e o pagamento da Taxa independem:

- I – da existência de outro estabelecimento, no local onde é exercida a atividade;
- II - da finalidade ou do resultado econômico da atividade, ou da exploração dos locais;
- III - do efetivo funcionamento da atividade ou da efetiva utilização dos locais;
- IV - do caráter permanente, eventual ou transitório da atividade;
- V - do pagamento de preços, emolumentos e quaisquer importâncias eventualmente exigidas, inclusive para expedição de alvarás ou vistorias;
- VI – da concessão do Alvará de licença para localização e para funcionamento.

**Art. 222.** O Sujeito passivo da taxa é a pessoa física ou empresa sujeita à fiscalização municipal em razão da localização, instalação e funcionamento de atividades previstas no artigo 221.

**Art. 223.** A taxa será calculada de acordo com a tabela constante do Anexo I desta Lei.

**Art. 224.** A taxa, que independe de lançamento de ofício, será devida e arrecadada nos seguintes prazos:

- a) no ato do licenciamento, ou antes, do início da atividade;
- b) cada vez que se verificar mudança de local do estabelecimento, ou mudança na razão social, a taxa será paga até 30 (trinta) dias contados a partir da data da alteração;
- c) anualmente de acordo com o regulamento, quando se referir a empresa ou estabelecimentos já licenciados pela municipalidade;



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

d) até 30 (trinta) dias, contados da alteração quando ocorrer mudanças de atividades ou ramo de atividades.

**Art. 225.** A taxa de licença para localização, quando devidas no decorrer do exercício financeiro, será calculada a partir do trimestre civil em que ocorrer o início ou alteração da atividade.

**SUBSEÇÃO I**  
**DO ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E PARA FUNCIONAMENTO**

**Art. 226.** A licença para localização e para funcionamento do estabelecimento será concedida pelo órgão competente, mediante expedição do respectivo Alvará, por ocasião da abertura, instalação ou prosseguimento de suas atividades.

§1º. Nenhum Alvará de Licença para Localização e para Funcionamento será expedido sem que o local de exercício da atividade esteja de acordo com as exigências mínimas de funcionamento, constante das posturas municipais, através de setores competentes, ou ainda que o local ou o estabelecimento (pessoa física ou jurídica) esteja inadimplente com qualquer obrigação devida ao Município.

§2º. Funcionamento de estabelecimento sem o Alvará, fica sujeito a lacração, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

§3º. No Alvará deve constar, entre outros, os seguintes elementos:

- I - nome da pessoa física ou jurídica a quem for concedido;
- II - local do estabelecimento;
- III - ramo de negócio ou atividade;
- IV - número de inscrição municipal;
- V - horário de funcionamento, quando houver;
- VI - data de emissão e assinatura do responsável;
- VII - prazo de validade, se for o caso;
- VIII - código de atividade principal.

§4º. É obrigatório o pedido de nova vistoria e expedição de novo Alvará, sempre que houver mudança do local do estabelecimento, da atividade ou ramo de atividade, concomitantemente com aqueles já permitidos.

§5º. É indispensável o pedido de vistoria de que trata o parágrafo anterior, quando a mudança se referir ao nome da pessoa física ou jurídica.

§6º. A modificação da licença, na forma dos §§ 4º e 5º deste artigo, deverá ser requerida no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data em que se verificou a alteração.

§7º. O Alvará de Licença para Localização e para Funcionamento poderá ser cassado a qualquer tempo quando:



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

a) o local não atenda mais às exigências para o qual fora expedido, inclusive quando ao estabelecimento seja dada destinação diversa.

b) a atividade exercida violar normas de segurança, sossego público, higiene, costumes, moralidade, silêncio e outras previstas na legislação pertinente;

c) O Local ou Estabelecimento (pessoa física ou jurídica) esteja inadimplente com qualquer obrigação municipal.

**SUBSEÇÃO II**  
**DO ESTABELECIMENTO**

**Art. 227.** Considera-se estabelecimento o local do exercício de qualquer atividade comercial, industrial, prestacional, profissional e similar, ainda que exercida no interior de residência.

**Art. 228.** Para efeito da Taxa de Licença e Fiscalização para Localização, Instalação e Funcionamento, considerar-se-ão estabelecimentos distintos:

I - os que, embora no mesmo local, ainda que idêntico ramo de negócio, pertença a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II - os que, embora idêntico o ramo de negócio e sob a mesma responsabilidade, estejam situados em prédios distintos ou locais diversos.

**SUBSEÇÃO III**  
**DA INSCRIÇÃO CADASTRAL E OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS**

**Art. 229.** Os comerciantes e industriais são obrigados a inscreverem cada um de seus estabelecimentos no cadastro próprio da Prefeitura, na forma e nos prazos fixados em regulamento.

**Art. 230.** A inscrição é intransferível e será obrigatoriamente renovada sempre que ocorrerem modificações nas declarações constantes do formulário de inscrição, dentro de 30 (trinta) dias contados da data da modificação.

**Art. 231.** Para efeito de cancelamento da inscrição, fica o contribuinte obrigado a comunicar à repartição no prazo de 15 (quinze) dias contados da ocorrência, a transferência ou venda do estabelecimento ou encerramento da atividade.

**Art. 232.** Comprovado o não recolhimento da taxa e depois de passado em julgado na esfera administrativa a ação fiscal que determinar a infração, a Fazenda Pública Municipal tomará as providências necessárias para interdição do estabelecimento.

**Art. 233..** Aplica-se a esta Seção os acréscimos legais previstos no artigo 92.



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

**SUBSEÇÃO IV  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 234..** O Alvará de Licença para Localização e para Funcionamento deve ser colocado em lugar visível para o público e à fiscalização municipal.

**Art. 235.** A transferência ou venda do estabelecimento ou o encerramento da atividade deverão ser comunicados à repartição competente, mediante requerimento protocolado no prazo de 30 (trinta) dias, contados daquele fato.

**Art. 236.** Nenhum estabelecimento comercial, industrial, profissional, prestacional ou similar, poderá iniciar suas atividades no município sem prévia licença de localização concedida pela Prefeitura.

**Art. 237.** As atividades cujo exercício dependem de autorização de competência exclusiva do Estado ou da União, não estão isentas das taxas de localização e de funcionamento.

**Art. 238.** As taxas incidem ainda, sobre o comércio exercido em bancas, boxes ou guichês, instalados nos mercados e rodoviárias.

**SEÇÃO II  
DA TAXA DE LICENÇA PARA EXPLORAÇÃO DOS MEIOS DE PUBLICIDADE**

**Art. 239.** O sujeito passivo da taxa é a pessoa física ou jurídica que explore publicidade na forma e nos locais mencionados no artigo 245.

**Art. 240.** A taxa será calculada em função do tipo e da localização da propaganda, de conformidade com o Anexo II desta Lei, e será devida pelo período inteiro nela previsto, ainda que o anúncio seja explorado ou utilizado em parte do período considerado.

§1º. As licenças anuais serão válidas para o exercício financeiro em que forem concedidos, desprezados os períodos já transcorridos.

§2º. O período de validade das licenças constará do documento de pagamento da taxa, feito por antecipação.

§3º. Os cartazes ou anúncios destinados a fixação, exposição ou distribuição por quantidade, conterão em cada unidade, mediante carimbo ou qualquer processo mecânico adotado pela Prefeitura, a declaração do pagamento da taxa e o número da inscrição municipal do contribuinte.

**Art. 241.** O lançamento da taxa far-se-á em nome:

I - de quem requerer a licença;

II - de qualquer dos sujeitos passivos, a juízo da Prefeitura nos casos de lançamento de ofício, sem prejuízo das cominações legais, regulamentares ou administrativas.





Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

**Art. 242.** Quando, no mesmo meio de propaganda, houver anúncio de mais de uma pessoa sujeita à tributação, deverão ser efetuados tantos pagamentos distintos quantas forem essas pessoas, físicas ou jurídicas.

**Art. 243.** Não havendo, na tabela, especificação própria para a publicidade, a taxa deverá ser paga pelo valor estipulado no item que guardar maior identidade de características, a juízo da repartição municipal competente.

**Art. 244.** A taxa será arrecadada por antecipação, considerando-se:

- I - as iniciais, no ato da concessão da licença;
- II - as posteriores:
  - a) quando anuais, até 31 de janeiro de cada ano;
  - b) quando mensais, até o dia 15 de cada mês.

**Art. 245.** É devida a taxa em todos os casos de exploração ou utilização de meios de publicidade tais como:

I - cartazes, letreiros, faixas, programas, quadros, painéis, pôsteres, placas, anúncios e mostruários, fixos ou volantes, distribuídos, pintados ou fixados em paredes, muros, veículos, vias públicas e quaisquer outros meios;

II - propaganda falada em lugares públicos, por meio de amplificadores de voz, alto-falantes e propagandistas.

§1º. Compreende-se na disposição deste artigo os anúncios colocados em lugares de acesso ao público, ainda que mediante cobrança de ingresso, assim como os que forem visíveis da via pública.

§2º. Considera-se também, publicidade externa, para efeito de tributação, aquela que estiver na parte interna de estabelecimento e seja visível da via pública.

**Art. 246.** Respondem solidariamente com o sujeito passivo da taxa, todas as pessoas naturais ou jurídicas, as quais a publicidade venha a beneficiar, uma vez que as tenha autorizado.

**Art. 247.** É expressamente proibida a fixação de cartazes e pôsteres no interior de qualquer estabelecimento sem a declaração de que trata o §3º do artigo 240.

**Art. 248.** Nenhuma publicidade poderá ser feita sem a prévia licença da Prefeitura.

**Art. 249.** A transferência de anúncios para local diferente do licenciado deverá ser procedida a prévia comunicação à repartição municipal competente, sob pena de serem considerados como novos.



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

**SEÇÃO III**  
**DA TAXA DE LICENÇA PARA ABATE DE ANIMAIS**

**Art. 250.** São fatos geradores da taxa os abates de animais, em matadouros deste Município.

**Art. 251.** O sujeito passivo da taxa é toda pessoa, física ou jurídica, proprietária de animais que se classificam no artigo anterior.

**Art. 252.** A taxa será calculada de acordo com a tabela constante do Anexo III desta Lei, mediante inspeção sanitária executada pelo setor competente.

**Art. 253.** O lançamento da taxa far-se-á em nome do sujeito passivo da obrigação tributária.

**Art. 254.** A taxa será arrecadada por antecipação

**SEÇÃO IV**  
**DA TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, LOTEAMENTOS E HABITE-SE**

**Art. 255.** A Taxa de Licença para execução de obras particulares, arruamentos, loteamentos e "habite-se" é devida em todos os casos de construção, reconstrução, reforma, acréscimo, reparação, demolição de prédios, muros, calçadas e quaisquer tapumes.

**Art. 256.** A taxa será devida pela análise, aprovação do projeto e fiscalização de execução de obras, loteamentos e demais atos e atividades constantes da tabela a que se refere o artigo 265, dentro do território do município.

**Art. 257.** Entende-se como obras e loteamento, para efeito de incidência da taxa:

I - a construção, reconstrução, reforma, ampliação ou demolição de edificações ou quaisquer outras obras de construção civil;

II - o loteamento em terrenos particulares, segundo critérios fixados pela Administração Municipal;

III - condomínios particulares em glebas não microparceladas.

**Art. 258.** Nenhuma obra ou loteamento poderá ser iniciada sem prévio pedido de licença à Prefeitura e pagamento da taxa devida, sob pena de notificação e não sendo atendida, o embargo.

**Art. 259.** Nenhum plano ou projeto para execução de obras particulares, arruamento ou loteamento poderá ser executado sem análise prévia e, bem assim nenhum alvará de reforma e ampliação poderá ser liberado para imóveis que não possuam atestado de habitabilidade - "habite-se".



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS**

**Art. 260.** A licença concedida constará de Alvará no qual se mencionarão:

- I - nome do contribuinte;
- II - área do terreno e área a ser construída, observadas as disposições regulamentares;
- III - área reservada aos equipamentos urbanos em se tratando de loteamentos;
- IV - obrigações do loteador ou arruador com referência a obras de terraplanagem e urbanização.

**Art. 261.** As novas edificações só poderão ser ocupadas após a expedição do respectivo "Habite-se", mediante vistoria procedida por técnicos da Prefeitura.

**Art. 262.** Nenhum atestado de "habite-se" será fornecido para imóveis construídos em terrenos que não estejam devidamente legalizados com matrícula próprias no ofício de registro de imóveis.

**Art. 263.** A ocupação do prédio antes da concessão do "habite-se" sujeitará o contribuinte a multa equivalente a 100 % (cem por cento) do valor da taxa.

**Art. 264.** São isentos da Taxa de licença para execução de obras particulares:

- I - a limpeza ou pintura externa de prédios, muros ou grades;
- II - a construção de passeios quando do tipo aprovado pela Prefeitura;
- III - a construção de barracões destinados a guarda de material para obras já devidamente licenciadas;
- IV - a construção de casa operária e popular com área coberta de até 50m<sup>2</sup>.

**Art. 265.** A taxa de que trata esta Seção será cobrada consoante o estabelecido no Anexo IV, desta Lei.

**SEÇÃO V**  
**DA TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DE ÁREAS EM PRAÇAS, VIAS E**  
**LOGRADOUROS PÚBLICOS**

**Art. 266.** Sujeito passivo da taxa é a pessoa física ou jurídica que ocupar área em praça, via ou logradouro público, mediante licença prévia da repartição municipal competente.

**Art. 267.** A taxa, que independe de lançamento de ofício, será calculada e arrecadada conforme as tabelas constantes do Anexo V desta Lei.



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

**Art. 268.** No cálculo da taxa, considera-se como mínimo de ocupação o espaço de um metro quadrado.

**Art. 269.** Entende-se por ocupação de área aquela de caráter particular feita mediante instalação provisória de balcão, barraca, banca, mesa, tabuleiro, quiosque, aparelhos e qualquer outro móvel ou utensílio, depósitos de materiais para fins comerciais ou prestação de serviços e estacionamento de veículos, em locais permitidos.

**CAPÍTULO III**  
**TAXAS PELA UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS**  
**SEÇÃO I**  
**DAS TAXAS DE SERVIÇOS URBANOS**

**Art. 270.** As taxas decorrentes da utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição, compreendem:

- I - Taxa de Coleta, Transporte e/ou Destinação Final de Resíduos Sólidos Urbanos;
- II - Taxa de Reparação de Vias Públicas;
- III - Taxa de Expediente;
- IV - Taxa de Serviços Diversos;
- V - Taxa de Transporte e Transito.

**SUBSEÇÃO I**  
**TAXA DE COLETA, TRANSPORTE E/OU DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS**

**Art. 271.** Os serviços decorrentes da utilização da Coleta, Transporte e/ou Destinação Final de Resíduos Sólidos Urbanos, específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte, ou postos à sua disposição compreendem:

- I - a varrição, lavagem e a capinação de vias e logradouros;
- II - a limpeza de córregos, galerias pluviais, bocas de lobo, bueiros e irrigação;
- III - a coleta, transporte e/ou destinação de resíduos sólidos urbanos.

**Art. 272.** O contribuinte da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de imóveis situados em logradouros públicos ou particulares onde a Prefeitura mantenha com regularidade quaisquer serviços a que alude o artigo antecedente.

**Art. 273.** Os serviços compreendidos nos incisos I, II, e III do Art. 271, serão calculados para efeito de cobrança da respectiva taxa conforme o determinado pelo Anexo VI a esta Lei.



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS**

**Art. 274.** A Taxa de Coleta, Transporte e/ou Destinação Final de Resíduos Sólidos Urbanos, pode ser lançada isoladamente ou em conjunto com outros tributos, mas, das notificações deverão constar obrigatoriamente as indicações dos elementos distintos de cada tributo e os valores correspondentes.

**Art. 275.** Aplicam-se no que couber, a Taxa de Coleta, Transporte e/ou Destinação Final de Resíduos Sólidos Urbanos, as disposições relativas ao Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, sem que prevaleçam, porém, quanto à taxa, as hipóteses de dispensa do pagamento do imposto mencionado.

**Art. 276.** O tributo de que trata esta Seção será lançado com base no Cadastro Imobiliário Municipal - CIM e incidirá sobre cada uma das propriedades imobiliárias urbanas alcançadas pelos Serviços.

**Art. 277.** São isentos da taxa de que se trata esta Seção os imóveis pertencentes aos órgãos municipais da administração direta e suas respectivas autarquias.

**SUBSEÇÃO II**  
**TAXA DE REPARAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS**

**Art. 278.** Os serviços decorrentes da Reparação de Vias Públicas compreendem:

- a) reparação de asfalto;
- b) reparação de calçamento.

**Art. 279.** Contribuinte da Taxa Reparação de Vias Públicas é o proprietário; o titular do domínio útil ou possuidor, a qualquer título, de imóveis edificadas ou não, situados em logradouros públicos, solicitante dos serviços descritos nas alíneas "a" e "b" do artigo 278.

**Art. 280.** Os serviços de reparação, descritos nas alíneas "a" e "b" do artigo 278, serão devidos no momento da solicitação de autorização para execução de serviços que venham a danificar os logradouros públicos, e calculados em função da área a ser reparada, de acordo com o determinado no Anexo VII desta Lei.

**SEÇÃO II**  
**DA TAXA DE EXPEDIENTE E SERVIÇOS DIVERSOS**  
**SUBSEÇÃO I**  
**TAXA DE EXPEDIENTE**

**Art. 281.** A Taxa de Expediente é devida pelos atos emanados da Administração Municipal e pela apresentação de papéis e documentos às repartições do Município.



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

**Art. 282.** É contribuinte da taxa de que trata esta Seção, quem figurar no Ato Administrativo, nele tiver interesse ou dele obtiver qualquer vantagem, ou o houver requerido.

**Art. 283.** A cobrança da taxa será feita por meio de conhecimento ou guia na ocasião em que o ato for praticado, assinado ou visado, ou que o instrumento for protocolado, expedido ou anexado, desentranhado ou devolvido.

**Art. 284** Fica suspenso o encaminhamento de papéis e documentos apresentados às repartições municipais, se não for comprovado o pagamento da taxa de que trata esta Seção.

**Art. 285.** A Taxa de Expediente será calculada de acordo com o Anexo VIII desta Lei.

**SUBSEÇÃO II**  
**TAXA DE SERVIÇOS DIVERSOS**

**Art. 286.** A Taxa de Serviços Diversos tem como fato gerador a prestação de serviços pelo Município referente a:

- I - numeração e renumeração de prédios;
- II - apreensão e remoção aos depósitos de bens móveis e semoventes e de mercadorias;
- III - alinhamento e nivelamento;
- IV - cemitérios;

Parágrafo único. Os serviços de que trata este artigo anterior são devidos por quem tem interesse direto no ato da Administração Municipal e serão cobrados de acordo com o Anexo VIII desta Lei.

**Art. 287.** A Taxa de Transporte e Trânsito tem como fato gerador a prestação de serviços pelo Município referente aos atos emanados da Administração Municipal para regular as atividades de transporte e trânsito municipais.

Parágrafo único. Os serviços de que trata este artigo são devidos por quem tem interesse direto no ato da Administração Municipal ou se sujeita a estes, e serão cobrados de acordo com o Anexo IX desta Lei.

**TÍTULO VI**  
**DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**  
**CAPÍTULO I**  
**DA INCIDÊNCIA**

**Art. 288.** A Contribuição de Melhoria cobrada pelo Município é instituída para custear obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

**Art. 289.** Será devida a Contribuição de Melhoria sempre que o imóvel, situado na zona de influência da obra, for beneficiado por quaisquer das seguintes obras públicas, realizadas pela Administração Direta ou Indireta do Município, inclusive quando resultante de convênio com a União, o Estado ou entidade estadual ou federal:

I - abertura, alargamento, pavimentação, iluminação, arborização, esgotos pluviais de praças e vias públicas;

II - construção e ampliação de parques, campos de desportos, pontes, túneis e viadutos;

III - construção ou ampliação de sistemas de trânsito rápido, inclusive todas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema;

IV - serviços e obras de abastecimento de água potável, esgotos, instalações de redes elétricas, telefônicas, de transportes e comunicações em geral ou de suprimento de gás;

V - proteção contra secas, inundações, erosões e de saneamento e drenagem em geral, retificação e regularização de cursos d'água e irrigação;

VI - construção, pavimentação e melhoramento de estradas de rodagem;

VII - aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriações em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico.

**CAPÍTULO II  
DO CÁLCULO**

**Art. 290.** O cálculo da Contribuição de Melhoria terá como limite total o custo da obra, no qual serão incluídas as despesas com estudos, projetos, desapropriações, serviços preparatórios e investimentos necessários para que os benefícios sejam alcançados pelos imóveis situados na zona de influência, execução, administração, fiscalização e financiamento, inclusive os encargos respectivos.

**Art. 291.** O Executivo decidirá que proporção do valor da obra será recuperada através da cobrança da Contribuição de Melhoria.

**Art. 292.** A percentagem do custo da obra a ser cobrada como contribuição será fixada pelo Executivo, tendo em vista a natureza da obra, os benefícios para os usuários, as atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região.

**Art. 293.** A determinação da Contribuição de Melhoria de cada contribuinte far-se-á rateando, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra entre todos os imóveis incluídos na zona de influência, levando em conta a localização do imóvel, seu valor venal, sua área e o fim a que se destina, analisados esses elementos em conjunto ou isoladamente.



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

Parágrafo único. Os imóveis edificadas em condomínio participarão do rateio de recuperação do custo da obra na proporção do número de unidades cadastradas, em razão de suas respectivas áreas de construção.

**CAPÍTULO III**  
**DO SUJEITO PASSIVO**

**Art. 294.** Contribuinte da Contribuição de Melhoria é o proprietário do imóvel beneficiado por obra pública.

**Art. 295.** Responde pelo pagamento do tributo, em relação a imóvel objeto de enfiteuse, o titular do domínio útil.

**CAPÍTULO IV**  
**DO LANÇAMENTO E DA COBRANÇA**

**Art. 296.** Para a cobrança da Contribuição de Melhoria, a Administração Pública deverá publicar, antes do lançamento do tributo, edital contendo, no mínimo, os seguintes elementos:

- I - memorial descritivo do projeto;
- II - orçamento total ou parcial do custo da obra;
- III - determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados;
- IV - delimitação da zona diretamente beneficiada e a relação dos imóveis nela compreendidos.

**Art. 297.** O disposto neste artigo se aplica também aos casos de cobrança de Contribuição de Melhoria por obras públicas em execução, constantes de projetos ainda não concluídos.

**Art. 298.** Os proprietários dos imóveis situados nas zonas beneficiadas pelas obras públicas têm o prazo de 30 (trinta) dias, da data da publicação do edital a que se refere o artigo anterior, para a impugnação de qualquer dos elementos nele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

**Art. 299.** A impugnação deverá ser dirigida à autoridade administrativa, através de petição fundamentada, que servirá para o início do processo administrativo fiscal e não terá efeito suspensivo na cobrança da Contribuição de Melhoria.

**Art. 300.** Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis.





Lei nº. 1.399 de 16/12/2014

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS**

**Art. 301.** Os requerimentos de impugnação, de reclamação, como também quaisquer recursos administrativos, não suspendem o início ou o prosseguimento da obra, nem terão efeito de obstar a Administração da prática dos atos necessários ao lançamento e à cobrança da Contribuição de Melhoria.

**Art. 302.** O prazo e o local para pagamento da Contribuição serão fixados, em cada caso, pelo Poder Executivo.

**Art. 303.** As prestações serão corrigidas pelo índice utilizado na atualização monetária dos demais tributos.

**Art. 304.** Será atualizada, a partir do mês subsequente ao do lançamento, nos casos em que a obra que deu origem à Contribuição de Melhoria tenha sido executada com recursos de financiamentos, sujeitos à atualização a partir da sua liberação.

**Art. 305.** O montante anual da Contribuição de Melhoria, atualizado à época do pagamento, ficará limitado a 10% (dez por cento) do valor venal do imóvel, apurado administrativamente.

**Art. 306.** O lançamento será procedido em nome do contribuinte, sendo que, no caso de condomínio:

a) quando pro-indiviso, em nome de qualquer um dos co-proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores;

b) quando pro-diviso, em nome do proprietário titular do domínio útil ou possuidor da unidade autônoma.

**CAPÍTULO V**  
**DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES**

**Art. 307.** O atraso na quitação das prestações da Contribuição de Melhoria sujeitará o contribuinte ao pagamento de atualização monetária, multa de mora e juros de mora, conforme previsto nos artigos 92 a 96 desta Lei.

**CAPÍTULO VI**  
**DOS CONVÊNIOS PARA EXECUÇÃO DE OBRAS**  
**FEDERAIS E ESTADUAIS**

**Art. 308.** Fica o Chefe do Poder Executivo expressamente autorizado, em nome do Município, a firmar convênios com a União e o Estado para efetuar o lançamento e a arrecadação da Contribuição de Melhoria devida por obra pública federal ou estadual, cabendo ao Município percentagem na receita arrecadada.



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

**LIVRO III**  
**DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**  
**TÍTULO I**  
**DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA**  
**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 309.** Constitui Dívida Ativa Tributária do Município a proveniente de impostos, taxas, contribuição de melhoria e multas de qualquer natureza, decorrentes de quaisquer infrações à legislação, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento pela legislação tributária ou por decisão final prolatada em processo regular.

**Art. 310.** A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.

**Art. 311.** A presunção a que se refere o artigo 310 é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.

**Art. 312.** A fluência de juros de mora e a aplicação de índices de atualização monetária não excluem a liquidez do crédito.

**CAPÍTULO II**  
**DA INSCRIÇÃO**

**Art. 313.** A inscrição na Dívida Ativa Municipal e a expedição das certidões poderão ser feitas, manualmente, mecanicamente ou através de meios eletrônicos, com a utilização de fichas e relações em folhas soltas, a critério e controle da Administração, desde que atendam aos requisitos para inscrição.

**Art. 314.** Os débitos de qualquer natureza para com a Fazenda Pública Municipal, sem prejuízo da respectiva liquidez e certeza, serão inscritos em Dívida Ativa, pelos valores expressos em moeda corrente e estarão passíveis de atualização monetária quando na época de sua quitação.

**Art. 315.** O termo de inscrição na Dívida Ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará:

- I - a inscrição fiscal do contribuinte;
- II - o nome e o endereço do devedor e, sendo o caso, os dos co-responsáveis;
- III - o valor do principal devido e os respectivos acréscimos legais;
- IV - a origem e a natureza do crédito, especificando sua fundamentação legal;
- V - a data de inscrição na Dívida Ativa;



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

VI - o exercício ou o período de referência do crédito;

VII - o número do processo administrativo do qual se origina o crédito, se for o caso.

**Art. 316.** A cobrança da Dívida Ativa do Município será procedida:

I - por via amigável;

II - por via judicial.

**Art. 317.** Os lançamentos de ofício, aditivos e substantivos serão inscritos em Dívida Ativa 30 (trinta) dias após a notificação.

**Art. 318.** No caso de falência, considerar-se-ão vencidos todos os prazos, providenciando-se, imediatamente, a cobrança judicial do débito.

**Art. 319.** No interesse da Administração e verificada qualquer insuficiência operacional quanto à cobrança da Dívida Ativa, poderá o Poder Executivo Municipal, mediante processo licitatório específico, contratar pessoa jurídica para tal fim.

**TÍTULO II**  
**DA FISCALIZAÇÃO**

**Art. 320.** Todas as funções referentes à cobrança e à fiscalização dos tributos municipais, à aplicação de sanções por infração à legislação tributária do Município, bem como as medidas de prevenção e repressão às fraudes, serão exercidas pelos órgãos fazendários, repartições a elas hierárquicas ou funcionalmente subordinadas e demais entidades, segundo as atribuições constantes da legislação que dispuser sobre a organização administrativa do Município e dos respectivos regimentos internos daquelas entidades.

**Art. 321.** Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos comerciantes, industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibí-los.

**Art. 322.** Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.

**Art. 323.** A Fazenda Pública Municipal poderá, para obter elementos que lhe permitam verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e responsáveis, e determinar, com precisão, a natureza e o montante dos créditos tributários, ou outras obrigações previstas:

I - exigir, a qualquer tempo, a exibição dos livros e comprovantes dos atos e operações que constituam e possam vir a constituir fato gerador de obrigação tributária;



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

II - fazer inspeções, vistorias, levantamentos e avaliações nos locais e estabelecimentos onde exerçam atividades passíveis de tributação ou nos bens que constituam matéria tributável;

III - exigir informações escritas e verbais;

IV - notificar o contribuinte ou responsável para comparecer à repartição fazendária;

V - requisitar o auxílio da força pública ou requerer ordem judicial, quando indispensáveis à realização de diligências, inclusive inspeções necessárias ao registro dos locais e estabelecimentos, assim como dos bens e documentos dos contribuintes e responsáveis;

VI - notificar o contribuinte ou responsável para dar cumprimento a quaisquer das obrigações previstas na legislação tributária.

VII - ter livre acesso aos locais onde se promovam eventos sujeitos aos tributos municipais.

**Art. 324.** Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

I - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício;

II - os bancos, casas bancárias, caixas econômicas e demais instituições financeiras;

III - as empresas de administração de bens;

IV - os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;

V - os inventariantes;

VI - os síndicos, comissários e liquidatários;

VII - quaisquer outras entidades ou pessoas em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão que detenham informações necessárias ao fisco.

**Art. 325.** A obrigação prevista no artigo anterior não abrange a prestação de informações quanto aos fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

**Art. 326.** A fiscalização poderá requisitar, para exame na repartição fiscal, ou ainda apreender, para fins de prova, livros, documentos e quaisquer outros elementos vinculados à obrigação tributária.

**Art. 327.** Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, para qualquer fim, por parte da Fazenda Pública ou de seus funcionários, de qualquer informação, obtida em razão de ofício, sobre a situação econômica ou financeira dos sujeitos passivos ou de terceiros e sobre a natureza e o estado dos seus negócios ou atividades.

§1º. Excetuam-se do disposto neste artigo, unicamente:



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

I - a prestação de mútua assistência para a fiscalização dos tributos respectivos e a permuta de informações, na forma estabelecida, em caráter geral ou específico, por lei ou convênio;

II - nos casos de requisição regular da autoridade judiciária no interesse da justiça.

III - solicitações de autoridade administrativa no interesse da Administração Pública, desde que seja comprovada a instauração regular de processo administrativo, no órgão ou na entidade respectiva, com o objetivo de investigar o sujeito passivo a que se refere a informação, por prática de infração administrativa.

§2º. O intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da Administração Pública, será realizado mediante processo regularmente instaurado, e a entrega será feita pessoalmente à autoridade solicitante, mediante recibo, que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo.

§3º Não é vedada a divulgação de informações relativas a:

I - representações fiscais para fins penais;

II - inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública;

III - parcelamento ou moratória.

**Art. 328.** A autoridade administrativa poderá determinar sistema especial de fiscalização sempre que forem considerados insatisfatórios os elementos constantes dos documentos e dos livros fiscais e comerciais do sujeito passivo.

**TÍTULO III  
DAS CERTIDÕES**

**Art. 329.** À vista do requerimento do interessado, serão expedidas pela repartição competente certidões que venham a precisar a situação do sujeito passivo perante a Fazenda Municipal.

§1º. Os modelos das certidões serão estabelecidos por ato do dirigente da Fazenda Pública Municipal.

§2º. As certidões serão expedidas pela Secretaria Municipal de Finanças, individualmente para cada imóvel, ou para cada pessoa física ou empresa, consoante o número sob o qual estiver cadastrado o imóvel ou o interessado, conforme o caso.

§3º. O Secretário Municipal de Finanças poderá delegar a competência para expedição de certidões a outras unidades do respectivo setor, assim como autorizar a expedição via internet, asseguradas as condições indispensáveis de segurança.



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

§4º. O prazo para expedição de certidões, por parte da Fazenda Pública Municipal, é de até 5 (cinco) dias da data de protocolização do pedido.

**Art. 330.** Os prazos de validade das certidões expedidas pela Fazenda Municipal, de que trata este Título, são os seguintes:

- I - de cadastramento ou não inscrição cadastral, 30 (trinta) dias;
- II - de lançamento, não incidência, imunidade ou isenção, o exercício financeiro a que se referir;
- III - de baixa, por tempo indeterminado;
- IV - de suspensão de atividade, pelo tempo da suspensão, comunicado e comprovado pela repartição;
- V - negativa de débitos, 60 (sessenta) dias;
- VI - narrativa, 30 (trinta) dias;
- VII - demais certidões, 30 (trinta) dias.

**Art. 331.** A prova de quitação dos tributos municipais será feita, quando exigida, por Certidão Negativa de Débitos - CND, cujo requerimento deverá conter todas as informações necessárias à identificação do interessado, domicílio tributário, ramo de negócio ou atividade, localização do imóvel, inscrição municipal, quando for o caso, e o fim a que esta se destina.

Parágrafo único. A CND será expedida em relação ao contribuinte que estiver em situação de regularidade fiscal.

**Art. 332.** A expedição de CND não exclui o direito de exigir a Fazenda Pública Municipal, a qualquer tempo, os créditos a vencer e os que venham a ser apurados.

**Art. 333.** Terá os mesmos efeitos da CND aquela em que constar a existência:

- I - de créditos não vencidos, inclusive na hipótese de parcelamento, desde que não haja atraso no pagamento das respectivas parcelas;
- II - de créditos em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetuada a penhora;
- III - de crédito cuja exigibilidade esteja suspensa, ou cujo vencimento tenha sido adiado, o que deverá ser comprovado pelo interessado.

§1º. Os casos enumerados nos incisos deste artigo não elidem a expedição da CND, que far-se-á sob a denominação de Certidão Positiva de Débitos com Efeito de Negativa.

§2º. O não cumprimento do parcelamento da dívida, por qualquer motivo, acarreta o seu cancelamento e a imediata invalidação da certidão expedida na forma do parágrafo anterior.

**Art. 334.** Será exigida a CND nos seguintes casos:



Lei nº. 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

- I - participação em licitação promovida pelo Município, suas autarquias e empresas públicas;
- II - pedido de incentivos fiscais, sempre que o ato concessivo a exija;
- III - aprovação de projetos de loteamentos;
- IV - concessão de serviços públicos;
- V - demais situações definidas pela Fazenda Pública Municipal, em ato próprio.

**Art. 335.** Será dispensada a prova de quitação de tributos, ou o seu suprimento, quando se tratar de ato imprescindível para evitar a caducidade de direito, respondendo, porém, todos os participantes no ato pelo tributo porventura devido, acréscimos tributários e penalidades cabíveis, exceto as relativas a infrações cuja responsabilidade seja pessoal do infrator.

**Art. 336.** A expedição de qualquer certidão com dolo ou fraude ou, que contenha erro contra a Fazenda Pública, responsabilizará pessoalmente pelo crédito tributário o funcionário que a expedir, acrescido das cominações legais, não excluindo as responsabilidades criminais e funcionais que couberem ao caso.

**Art. 337.** É assegurado a qualquer pessoa o direito de requerer às repartições públicas municipais outras certidões para defesa de direitos e esclarecimentos de situações, observadas as formalidades legais.

**Parágrafo único.** O pedido será indeferido se o interessado recusar-se a apresentar provas e documentos necessários à apuração dos fatos relacionados com a legitimidade do pedido.

**TÍTULO IV**  
**DO PROCEDIMENTO TRIBUTÁRIO**  
**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 338.** Na instauração, condução e decisão do processo administrativo, atender-se-á aos princípios da oficialidade, da legalidade objetiva, da verdade material, do informalismo, da garantia de ampla defesa e do contraditório, sem prejuízo de outros princípios de direito público.

§1º. No encaminhamento e na instrução do processo, ter-se-á sempre em vista a conveniência da rápida solução do pedido ou litígio, restringindo-se as exigências ao estritamente necessário à elucidação do processo e à formação do convencimento da autoridade requerida ou do órgão julgador.

§2º. Quando por mais de um modo se puder praticar o ato ou cumprir a exigência, preferir-se-á o menos oneroso para o requerente.

**Art. 339.** Tem legitimidade para postular todo aquele a quem a lei atribua responsabilidade pelo pagamento de crédito tributário ou cumprimento de obrigação acessória, ou que esteja submetido a exigência ou medida fiscal de qualquer espécie.



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

§1º. A postulação de pessoa manifestamente ilegítima será arquivada pela Fazenda Pública Municipal, mediante despacho do seu titular, ressalvado ao interessado o direito de impugnar o arquivamento, no prazo de 10 (dez) dias, contado da ciência, perante o órgão competente para conhecer o mérito do pedido.

§2º. Para efeito deste artigo, entende-se como Fazenda Pública Municipal a Prefeitura Municipal de SÃO MIGUEL DOS CAMPOS, os órgãos da administração descentralizada e as autarquias municipais.

**Art. 340.** A empresa sem personalidade jurídica será representada por quem estiver na administração de seus bens.

Parágrafo único. A irregularidade de constituição de pessoa jurídica não poderá ser alegada em proveito dos sócios ou da sociedade.

**Art. 341.** Ocorrendo a decretação da falência jurídica do requerente, será cientificado o síndico da massa falida para que ingresse no processo, no estado em que se encontrar, no momento da sua nomeação.

**Art. 342.** As petições do sujeito passivo e suas intervenções no processo serão feitas:

I - pessoalmente, através do titular, gerente, diretor ou equivalente, na forma como forem designados em declaração de firma individual, contrato social, estatuto ou ata de constituição da sociedade, conforme o caso;

II - através do mandatário, que poderá ser advogado ou preposto que tenha notório conhecimento dos fatos controvertidos, devendo ser feita à juntada do instrumento de mandato correspondente;

III - através do administrador dos bens ou do síndico da massa falida.

§1º. Para os efeitos desta Lei, entende-se por preposto a pessoa que mantenha com o sujeito passivo vínculo empregatício ou contrato de prestação de serviço profissional continuado.

§2º. É assegurado ao interessado intervir no processo para defesa de seus direitos ainda que a impugnação tenha sido apresentada por outrem.

**Art. 343.** O processo administrativo tributário e os demais procedimentos administrativos escritos serão organizados à semelhança dos autos forenses, com folhas devidamente numeradas e rubricadas, observada a ordem cronológica de juntada.

**Art. 344.** Os documentos juntados aos autos, inclusive os documentos apreendidos pelo fisco, poderão ser restituídos, em qualquer fase, a requerimento do interessado, desde que não haja prejuízo à instrução do processo e deles fiquem cópias autenticadas ou conferidas nos autos, lavrando-se o devido termo para documentar o fato.

**Art. 345.** Os atos e termos processuais deverão conter somente o indispensável à sua finalidade, sem espaços em branco e sem entrelinhas, rasuras ou emendas não ressalvadas.





Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS**

**Art. 346.** Na lavratura dos atos e termos processuais e na sua prestação de informações de qualquer natureza, observar-se-á o seguinte:

I - os atos, termos, informações e papéis de trabalho serão lavrados ou elaborados, sempre que possível, por meio eletrônico de processamento de dados, mediante carimbo ou processo mecanizado ou, ainda, datilograficamente;

II - no final dos atos e termos deverá constar:

- a) a localidade e a denominação, ou sigla da repartição;
- b) a data;
- c) assinatura do servidor, seguindo-se o seu nome por extenso;
- d) o cargo ou função do servidor responsável pela emissão ou elaboração do instrumento e o número do cadastro funcional.

Parágrafo único. Os papéis gerados ou preenchidos de forma impessoal, pelo sistema eletrônico de processamento de dados da repartição fiscal, prescindem da assinatura da autoridade fiscal, para todos os efeitos legais.

**Art. 347.** As petições deverão ser dirigidas à autoridade ou órgão competente para apreciar a matéria, e serão entregues preferencialmente na repartição tributária vinculada ao requerente.

Parágrafo único. O erro na indicação da autoridade ou órgão a que seja dirigida a petição não prejudicará o requerente, devendo o processo ser encaminhado, por quem o detiver, à autoridade ou órgão competente.

**Art. 348.** A repartição a que, por equívoco, for indevidamente remetido o processo deverá promover o seu imediato e direto encaminhamento ao órgão competente.

**Art. 349.** Os prazos processuais serão contínuos, excluindo na sua contagem o dia do início e incluindo-se o dia do vencimento.

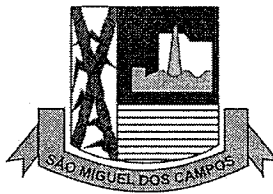
§1º. Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição em que corra o processo ou onde deva ser praticado o ato.

§2º. Nos casos em que o processo seja baixado em diligência pela autoridade ou órgão que deva praticar determinado ato em prazo prefixado, a contagem desse prazo recomeça no retorno do processo.

**Art. 350.** O prazo para que o contribuinte ou interessado atenda a regularização do processo ou de juntada de documento é de 10 (dez) dias, salvo disposições expressas em contrário na legislação tributária.

**Art. 351.** As petições deverão conter:

- I - a função ou cargo da autoridade do órgão a quem sejam dirigidas;



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS**

II - o nome, a razão ou a denominação social do requerente, o seu endereço, a atividade profissional ou econômica e o número de inscrição nos cadastros municipal e federal, tratando-se de pessoa inscrita;

III - o pedido e seus fundamentos expostos com clareza e precisão;

IV - os meios de prova com que o interessado pretenda demonstrar as suas alegações;

V - a assinatura, seguida do nome completo do signatário, com indicação do número de sua carteira de identidade e do nome do órgão expedidor, ou no caso de advogado, os dados previstos na legislação processual.

§1º. Os documentos, salvo disposição expressa em contrário, poderão ser apresentados em cópia autenticada.

§2º. É vedado reunir numa só petição, defesas, recursos ou pedidos relativos a matérias de naturezas diversas.

**Art. 352.** Ocorrendo mudança de endereço do requerente no curso do processo, o interessado deverá comunicá-la à repartição fazendária municipal a que estiver vinculado, sob pena de serem consideradas válidas as intimações feitas com base na indicação constante nos autos.

**Art. 353.** A petição será indeferida de plano, pela autoridade ou órgão a que se dirigir, ou pelo órgão preparador, conforme o caso, se intempestiva, se assinada por pessoa sem legitimidade ou se inepta ou ineficaz, vedada a recusa de recebimento ou protocolização.

§1º. A petição será considerada:

I - intempestiva, quando apresentada fora do prazo legal;

II - viciada de ilegitimidade de parte, quando assinado por pessoa sem capacidade ou competência legal para fazê-lo, inclusive em caso de ausência de legítimo interesse ou da ilegalidade da representação;

III - inepta, quando:

a) não conter pedido ou seus fundamentos;

b) conter incompatibilidade entre o pedido e seus fundamentos;

c) conter pedido relativo à matéria não contemplada na legislação tributária;

d) não conter elementos essenciais à identificação do sujeito passivo, inclusive sua assinatura, após devidamente intimado o requerente para supri-los.

IV - ineficaz, quando insuscetível de surtir os efeitos legais pretendidos, por falta de requisitos fundamentais.

§2º. É assegurado ao interessado o direito de impugnar o indeferimento ou arquivamento da petição declarada intempestiva, viciada de ilegalidade, inepta ou ineficaz, no prazo de 10 (dez) dias, perante a autoridade ou órgão competente.

**Art. 354.** São nulos:



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

- I - os atos praticados por autoridade, órgão ou servidor incompetentes ou impedidos;
- II - os atos praticados e as decisões proferidas como preterição do direito de defesa;
- III - as decisões não fundamentadas;
- IV - o lançamento de ofício que não contiver elementos suficientes para se determinar a infração e o infrator, ou que deixar de observar exigências formais contidas na legislação.

§1º. As eventuais incorreções ou omissões da Notificação e Auto de Infração não acarretam sua nulidade, desde que seja possível determinar a natureza da infração, o autuado e o montante do débito tributário, devendo as incorreções e omissões serem corrigidas e suprimidas pela autoridade competente, reabrindo-se o prazo de defesa.

§2º. A nulidade de qualquer ato só prejudica os posteriores que dele sejam diretamente dependentes ou conseqüentes.

**Art. 355.** A nulidade será proferida, de ofício ou a requerimento do interessado, pela autoridade competente para apreciar o ato, devendo ser alegada na primeira oportunidade que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão.

**Art. 356.** A autoridade que determinar a nulidade deverá mencionar os atos atingidos, determinando ou recomendando, se for o caso, a repetição dos atos necessários à regularização do processo.

**Art. 357.** Não implica nulidade o erro na identificação de dispositivo legal, desde que, pela descrição dos fatos, fique evidente o seu enquadramento em outro dispositivo.

**Art. 358.** A autoridade fazendária do órgão onde se encontrar ou por onde tramitar o processo, sob pena de responsabilidade funcional, adotará as medidas cabíveis no sentido de que sejam fielmente observados os prazos processuais para interposição de defesa ou recurso, réplica ou informação fiscal, cumprimento de diligências ou perícias, tramitação e demais providências.

**CAPÍTULO II**  
**DOS PROCEDIMENTOS FISCAIS**  
**SEÇÃO I**  
**DO INÍCIO E DO ENCERRAMENTO DA AÇÃO FISCAL**

**Art. 359.** Considera-se iniciado o procedimento fiscal pela:

- I - apreensão de bem, livro ou documento;
- II - lavratura do Termo de Início de Fiscalização;
- III - notificação, por escrito, ao contribuinte, seu preposto ou responsável, para prestar esclarecimento, exibir elementos solicitados pela fiscalização ou efetuar o recolhimento de tributos;



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS**

IV - lavratura da Notificação e Auto de Infração.

§1º. A autoridade administrativa que efetuar ou presidir tarefas de fiscalização para verificação do cumprimento de obrigação tributária lavrará, conforme o caso:

I - termo de apreensão ou termo de liberação para documentar a apreensão de bens, livros ou documentos que constituam prova material de infração, bem como sua liberação;

II - termo de início de fiscalização, destinado a documentar o início do procedimento fiscal, com indicação do dia e hora da lavratura, com a assinatura do intimado no instrumento, a menos que seja lavrado diretamente em livro fiscal municipal;

III - notificação para apresentação de documentos fiscais, para intimar o sujeito passivo, seu representante legal ou preposto, no sentido de exhibir elementos ou prestar esclarecimentos solicitados pela fiscalização;

IV - notificação para pagamento de tributos;

V - notificação e auto de infração, para exigência do crédito tributário, atendidas as disposições pertinentes desta Lei.

§2º. O início de procedimento fiscal exclui a espontaneidade do contribuinte em relação a atos anteriores e independentemente de intimação, a dos demais envolvidos nas infrações verificadas.

**Art. 360.** Encerra-se o procedimento administrativo fiscal, contencioso ou não, com:

I - o esgotamento do prazo para apresentação de defesa ou para interposição de recurso;

II - a decisão irrecorrível da autoridade competente;

III - o reconhecimento do débito pelo sujeito passivo;

IV - a desistência da defesa ou do recurso, inclusive em decorrência da escolha da via judicial.

**Art. 361.** Na conclusão do procedimento fiscal no estabelecimento, a autoridade fiscalizadora lavrará Termo de Encerramento de Fiscalização, que registrará de forma circunstanciada os fatos relacionados com a ação fiscal, devendo conter, no mínimo, as seguintes indicações:

I - a denominação do termo;

II - o dia, o mês e o ano da lavratura;

III - o número da ordem de serviço, quando for o caso;

IV - o período fiscalizado;

V - a identificação do estabelecimento: nome comercial (firma, razão social ou denominação), endereço e número de inscrição nos cadastros municipal e federal, se houver;

VI - a reprodução fiel do teor dos fatos verificados, com declaração expressa, quando for o caso, de que não foi apurada nenhuma irregularidade no tocante à legislação ou se foi lavrada Notificação e Auto de Infração;



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

VII - a declaração, com efeito de recibo, quanto à devolução dos livros e documentos anteriormente arrecadados, se for o caso;

VIII - o número da matrícula e assinatura do Fiscal de Tributos Municipais;

IX - o nome do Fiscal de Tributos Municipais, em letra de forma ou carimbo.

**Art. 362.** O Termo de Início de Fiscalização será lavrado em formulário esparso, devendo ser entregue cópia ao sujeito passivo, mediante recibo.

**Art. 363.** É dispensada a lavratura do Termo de Início de Fiscalização quando a Notificação e Auto de Infração for lavrada em decorrência de descumprimento de obrigação acessória.

**Art. 364.** Observar-se-ão as disposições da legislação tributária municipal no tocante aos seguintes atos ou procedimentos:

I - apreensão de bens, livros e documentos e lavratura dos termos de apreensão, liberação e depósito dos bens, livros e documentos apreendidos;

II - arbitramento da base de cálculo do tributo;

III - lavratura do termo de embargo à ação fiscal;

IV - aplicação das penas de:

a) sujeição a regime especial de fiscalização e pagamento;

b) cancelamento de benefícios fiscais;

c) cassação de regime especial para pagamento, emissão de documentos fiscais ou escrituração de livros fiscais;

d) proibição de transacionar com as repartições municipais.

**SEÇÃO II**  
**DA NOTIFICAÇÃO E AUTO DE INFRAÇÃO**

**Art. 365.** Notificação e Auto de Infração será lavrada para exigência de tributos, acréscimos tributários e multas, sempre que, mediante ação fiscal, for constatada infração à legislação tributária, quer se trate de descumprimento de obrigação principal, quer de obrigação acessória.

**Art. 366.** A Notificação e Auto de Infração conterá:

I - a identificação, o endereço e a qualificação fiscal do autuado;

II - o dia, a hora e o local da autuação;

III - a descrição dos fatos considerados infrações de obrigações principal e acessórias, de forma clara, precisa e resumida, indicando-se as datas de ocorrências;



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

IV - demonstrativo do débito tributário, discriminando:

- a) a data da ocorrência do cometimento;
- b) a base de cálculo;
- c) a alíquota, ou, quando for o caso, o percentual de cálculo do imposto;
- d) o percentual da multa cabível ou valor da multa fixa;
- e) as parcelas do tributo, por período, relativamente a cada fato;
- f) o valor histórico do tributo e o valor atualizado até a data da autuação;

V - a indicação do dispositivo da legislação tributária em que se fundamente a exigência fiscal, relativamente à ocorrência do fato gerador da obrigação principal ou acessória, tido como infringido e que esteja tipificada a infração ou multa correspondente, relativamente a cada situação;

VI - a intimação para pagamento ou impugnação administrativa no prazo de 30 (trinta) dias, com indicação das situações em que o débito poderá ser pago com multa reduzida;

VII - o nome, o cargo, a matrícula e a assinatura do autuante;

VIII - a assinatura do autuado ou de seu representante ou preposto, com a data da ciência, ou a declaração de sua recusa.

§1º. A Notificação e Auto de Infração será lavrada no estabelecimento do infrator, na repartição fazendária municipal ou no local onde se verificar ou apurar a infração.

§2º. Na lavratura da Notificação e Auto de Infração, não sendo possível discriminar o débito por períodos, considerar-se-á o tributo devido no último mês do período fiscalizado.

§3º. A Notificação e Auto de Infração poderá ser lavrada contra o contribuinte, contra o substituto tributário ou contra o responsável legal.

**Art. 367.** A Notificação e Auto de Infração far-se-á acompanhar dos demonstrativos e dos levantamentos realizados pela autoridade autuante, que sejam indispensáveis ao esclarecimento dos fatos.

**Art. 368.** A lavratura da Notificação e Auto de Infração é de competência exclusiva do Fiscal de Tributos Municipais.

**Art. 369.** É vedada a lavratura de Notificação e Auto de Infração relativa a tributos diversos.

**Art. 370.** A Notificação e Auto de Infração será lavrada no mínimo em 3 (três) vias, que terão a seguinte destinação:

- I - 1ª via, processo;
- II - 2ª via, autuado;
- III - 3ª via, autuante;



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

**Art. 371.** A Notificação e Auto de Infração será registrada na repartição fiscal responsável pelo preparo do processo.

**Art. 372.** Uma vez intimado da lavratura da Notificação e Auto de Infração, o autuado terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da intimação, para efetuar o pagamento do débito ou apresentar defesa.

Parágrafo único. Na intimação do sujeito passivo, ser-lhe-ão fornecidas cópias de todos os termos, demonstrativos e levantamentos elaborados pelo Fiscal de Tributos Municipais, que acompanham a respectiva Notificação e Auto de Infração.

**Art. 373.** Na lavratura da Notificação e Auto de Infração, ocorrendo erro não passível de correção, deverá a mesma ser cancelada pelo Coordenador Tributário, por proposta do autuante até antes do seu registro, com o objetivo de renovar o procedimento fiscal sem falhas ou incorreções.

**CAPÍTULO III**  
**DOS DEMAIS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS**  
**SEÇÃO I**  
**DA CONSULTA**

**Art. 374.** Aos contribuintes dos tributos municipais é assegurado o direito de consulta para esclarecimento de dúvidas relativas ao entendimento e aplicação da legislação tributária.

**Art. 375.** O direito de consulta é facultado a qualquer pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, desde que mantenha relação ou interesse com a legislação ou tributo e será dirigida ao Procurador Geral do Município ou seu representante legal.

**Art. 376.** A petição de consulta indicará:

- I - a autoridade a quem é dirigida;
- II - os fatos, contendo descrição de modo concreto e sem qualquer reserva da matéria objeto de dúvida, esclarecendo se já houve fatos ou atos praticados passíveis de gerar tributos;
- III - a data do fato gerador da obrigação principal ou acessória, se já ocorridos;
- IV - a declaração de existência ou não de início de procedimento fiscal contra o consulente;
- V - assinatura, seguido de nome completo do signatário, com indicação do número da carteira de identidade e do nome do órgão expedidor, ou, no caso de advogado, os dados previstos na legislação processual.

**Art. 377.** Nenhum procedimento fiscal será instaurado contra o contribuinte relativamente à espécie consultada, a partir da apresentação da consulta até o décimo dia subsequente à data da ciência da decisão administrativa.



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

**Art. 378.** A consulta não suspende o prazo para o pagamento do tributo, antes ou depois de sua apresentação.

**Art. 379.** Não produzirá efeito a consulta formulada:

I - por quem estiver sob procedimento fiscal instaurado para apurar fatos que se relacionam com a matéria consultada;

II - por quem tiver sido intimado a cumprir obrigações relativas ao fato objeto da consulta;

III - quando o fato já tiver sido objeto de decisão anterior, ainda não modificada, proferida em consulta ou litígio em que tenha sido parte o consulente;

IV - quando o fato estiver disciplinado em ato normativo ou resolução publicados antes da sua apresentação;

V - quando o fato estiver definido ou declarado em disposição literal da Lei Tributária;

VI - quando não descrever, completa e exatamente, a hipótese a que se referir, ou não contiver elementos necessários à solução, salvo se a inexatidão ou omissão for escusável pela autoridade julgadora.

**Art. 380.** Quando a resposta à consulta já tiver ocorrido, a autoridade julgadora, ao intimar o consulente para ciência da decisão, determinará o cumprimento da mesma, fixando o prazo de 30 (trinta) dias.

**Art. 381.** É facultado ao consulente que não se conformar com a exigência, dentro do prazo de 10 (dez) dias da intimação, recorrer ao Chefe do Executivo Municipal, que julgará, se for o caso, a atribuição de ineficiência feita à consulta e os efeitos dela decorrentes.

**Art. 382.** O Procurador Geral do Município recorrerá de ofício da decisão favorável ao consulente, sempre que:

I - a hipótese sobre o qual versar a consulta envolver questões doutrinárias;

II - a solução dada à consulta contrariar, no todo ou em parte, a interpretação que vem sendo dada pelo órgão encarregado do tributo ou normas de arrecadação já adotadas;

III - contrariar soluções anteriores transitadas em julgado.

**Art. 383.** Não cabe pedido de reconsideração da decisão proferida em processo de consulta.

**Art. 384.** Nos termos do Art. 2º, Parágrafo único, inciso I desta Lei, a solução dada à consulta terá efeito normativo, quando adotada em normas expedidas pela autoridade fiscal competente.





Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

SEÇÃO II  
RESTITUIÇÃO DE TRIBUTOS

**Art. 385.** Serão restituídas, no todo ou em parte, as quantias pagas indevidamente relativas a tributos ou penalidades, e também assegurado ao contribuinte substituído o direito à restituição do valor do imposto pago por força da substituição tributária.

**Art. 386.** A restituição de tributo municipal, seus acréscimos ou multa, em razão de recolhimento a mais ou indevido, dependerá de petição dirigida à Fazenda Pública Municipal, contendo os seguintes requisitos:

- I - qualificação do requerente e seu endereço;
- II - indicação do valor da restituição pleiteada, sempre que for possível conhecê-lo de antemão;
- III - indicação do dispositivo legal em que se funde o requerimento, e prova de nele estar enquadrado;
- IV - prova inequívoca do recolhimento a mais ou indevido;
- V - outras indicações e informações necessárias ao esclarecimento do pedido.

**Art. 387.** A restituição do tributo somente será feita a quem provar haver assumido o encargo financeiro do imposto, ou estiver expressamente autorizado pelos terceiros que suportaram o ônus financeiro do tributo.

**Art. 388.** A restituição do indébito será feita:

- I - mediante devolução em moeda corrente ou autorização do uso do imposto, como crédito, tratando-se de devolução de ISSQN a contribuinte inscrito;
- II - em moeda corrente, no caso de devolução de outros tributos.

Parágrafo único. Nas situações em que a restituição do indébito deva ser feita em moeda corrente, o processo, após a decisão final, será encaminhado ao dirigente da Fazenda Pública Municipal, para os devidos fins.

**Art. 389.** O tributo indevidamente recolhido será restituído atualizado monetariamente, utilizando-se os mesmos critérios de atualização dos débitos tributários vigentes à época do recolhimento indevido.

**Art. 390.** Tratando-se de valores relativos ao ISSQN, uma vez formulado o pedido de restituição e não havendo deliberação no prazo de 90 (noventa) dias, contado da protocolização do pedido, o contribuinte poderá utilizar o valor pedido, como crédito, em sua escrita fiscal, devidamente atualizado segundo os mesmos critérios aplicáveis ao tributo.



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

**Art. 391.** Na hipótese do artigo anterior, sobrevindo decisão contrária irrecorrível, o contribuinte, no prazo de 30 (trinta) dias da respectiva notificação, procederá ao estorno dos valores lançados, também devidamente atualizados, com o pagamento dos acréscimos legais cabíveis.

**SEÇÃO III**  
**PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE BENEFÍCIO FISCAL**

**Art. 392.** O benefício fiscal, quando não concedido em caráter geral, dependerá de prévio reconhecimento.

**Art. 393.** O pedido de reconhecimento de benefício fiscal, quando não dispuser de outro modo, conterà:

I - a qualificação do requerente;

II - a indicação do dispositivo legal em que se ampare o pedido e prova de nele estar enquadrado.

**Art. 394.** Quando a legislação não contiver indicação expressa da autoridade competente, o pedido de reconhecimento do benefício fiscal será dirigido ao setor competente da Fazenda Pública Municipal.

**SEÇÃO IV**  
**DA DENÚNCIA ESPONTÂNEA**

**Art. 395.** No caso de o contribuinte, antes do início de qualquer procedimento fiscal, procurar espontaneamente a repartição fiscal para comunicar irregularidade ou recolher tributo não pago na época própria, observar-se-á o seguinte:

I - a repartição fazendária municipal providenciará o preenchimento do instrumento de denúncia espontânea, que será devidamente protocolizado;

II - a denúncia espontânea será instruída, quando for o caso, com:

a) relação discriminada do débito;

b) o comprovante do recolhimento do tributo, acrescido da atualização monetária e dos acréscimos moratórios cabíveis;

c) o requerimento de parcelamento com os elementos relacionados nesta Lei, se o débito for parcelado; ou

d) a prova do cumprimento da obrigação acessória a que se referir.



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

§1º. O contribuinte que denunciar espontaneamente o seu débito terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da sua protocolização, para quitá-lo ou providenciar o pedido de parcelamento e efetuar o pagamento da parcela inicial.

§2º. Não caberá incidência de multa por infração aos contribuintes que efetuarem denúncia espontânea.

**CAPÍTULO IV**  
**DA INTIMAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO**

**Art. 396.** A intimação do sujeito passivo ou da pessoa interessada acerca de qualquer ato, fato ou exigência fiscal, será feita:

I - pessoalmente, mediante aposição de data e assinatura do sujeito passivo ou interessado, seu representante ou preposto, no próprio instrumento que se deseja comunicar ou em expediente, com entrega, quando for o caso, de cópia do documento, ou através da lavratura de termo no livro próprio, se houver;

II - mediante remessa, por via postal ou por qualquer outro meio ou via, com aviso de recebimento (AR) ou com prova de entrega no domicílio tributário do sujeito passivo ou interessado, de cópia do instrumento ou de comunicação de decisão ou circunstância constante de expediente;

III - por edital publicado em jornal de circulação na Capital ou em Diário Oficial do Município ou, se for o caso, mediante afixação no mural geral da Secretaria Municipal de Finanças.

Parágrafo único. As intimações serão feitas:

I - pelo autor do procedimento;

II - pelo órgão encarregado do preparo do processo, podendo ser designado nesse sentido o próprio autor do procedimento ou fiscal estranho ao feito;

III - pela secretaria do órgão de julgamento, quando a intimação se referir a decisões ou recursos, exceto no caso de decisões interlocutórias que impliquem reabertura de prazo ou "vista" dos autos ao sujeito passivo ou interessado.

**Art. 397.** Considera-se efetivada a intimação nos mesmos prazos previstos nos incisos do § 5º do artigo 42.

**Art. 398.** Sempre que for dada ciência ao contribuinte ou responsável tributário acerca de qualquer fato ou exigência fiscal, a assinatura do sujeito passivo, seu representante ou preposto no instrumento correspondente valerá apenas como "recibo" ou "ciente", visando a documentar sua ciência acerca do fato ou do procedimento fiscal, não implicando concordância ou confissão quanto ao teor do fato comunicado ou da exigência feita, e sua recusa em receber a intimação não importa prejuízo de seus direitos nem agravamento da infração, se for o caso.



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

**CAPÍTULO V  
DA REVELIA**

**Art. 399.** Não sendo efetuado o pagamento do Auto de Infração e nem apresentada defesa no prazo legal, o sujeito passivo será considerado revel e confesso, ficando definitivamente constituído o crédito tributário, ressalvado o controle da legalidade da inscrição em Dívida Ativa.

Parágrafo único. Verificada a situação de que cuida este artigo, a autoridade preparadora certificará o fato, lavrando o termo de revelia e encaminhando o processo para ser inscrito na Dívida Ativa.

**Art. 400.** A defesa intempestiva será arquivada pelo órgão preparador, mediante despacho do seu titular, ressalvado o direito do sujeito passivo de impugnar o arquivamento, no prazo de 10 (dez) dias, contado da ciência, perante o Chefe do Executivo Municipal, para conhecer a defesa.

**CAPÍTULO VI  
DO CONTROLE DA LEGALIDADE DA DÍVIDA ATIVA**

**Art. 401.** Compete a Procuradoria Municipal ou órgão da Secretaria Municipal de Finanças, determinado pelo Chefe do Executivo, o controle da legalidade e da execução da inscrição dos créditos tributários na Dívida Ativa do Município.

Parágrafo único. Antes da inscrição do débito revel, o setor competente poderá solicitar diligências no sentido de sanar irregularidades na constituição do crédito.

**Art. 402.** No caso de existência de vício insanável ou de ilegalidade flagrante, fica o setor competente autorizado a não efetivar ou a cancelar, mediante despacho fundamentado, a inscrição do débito tributário em Dívida Ativa, remetendo em seguida o processo administrativo ao Coordenador de Tributos, para conhecimento do fato.

**Art. 403.** Após a apreciação das situações de que cuida o artigo anterior, esgota-se o controle da legalidade do setor administrativo referido no caput do artigo 401, qualquer que seja a decisão daquele órgão.

**Art. 404.** Escolhida a via judicial pelo sujeito passivo, ficam prejudicados sua defesa ou recurso, importando tal escolha a desistência da defesa ou do recurso interposto, considerando-se esgotada a instância administrativa.

Parágrafo único. Proposta a ação judicial, os autos ou peça fiscal serão imediatamente remetidos à Procuradoria Municipal para adoção das medidas cabíveis.



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

**Art. 405.** A ação judicial proposta pelo sujeito passivo não suspende a execução do crédito tributário, salvo quando:

- I - acompanhada do depósito do seu montante integral;
- II - concedido mandado de segurança ou medida liminar, determinando a suspensão.

Parágrafo único. A suspensão da exigibilidade do crédito nos casos de depósito do valor ou de concessão de mandado de segurança ou medida liminar, não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela consequentes.

**Art. 406.** Quando o contribuinte ou responsável, antecipando-se a procedimento administrativo ou medida de fiscalização, promover contra a Fazenda Pública Municipal ação de consignação de pagamento de crédito tributário, a repartição fazendária municipal competente deverá providenciar e fornecer à Procuradoria Municipal todos os elementos de informação que possam facilitar a defesa judicial e a completa apuração do crédito tributário.

Parágrafo único. Se a matéria discutida envolver procedimentos futuros, serão realizadas verificações periódicas para controle das atividades tributáveis.

**CAPÍTULO VII**  
**DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO**  
**SEÇÃO I**  
**DO CONTRADITÓRIO**

**Art. 407.** Instaura-se o processo administrativo tributário para solução de litígios entre o fisco e os sujeitos passivos tributários:

- I - quando da apresentação da defesa, por escrito, impugnando o lançamento de crédito tributário efetuado mediante Notificação e Auto de Infração.
- II - quando da apresentação de petição escrita, pelo contribuinte ou responsável, impugnando qualquer medida ou exigência fiscal imposta.

**Art. 408.** Extingue-se o processo administrativo tributário:

- I - com a extinção do crédito tributário exigido;
- II - em face de decisão judicial transitada em julgado contrária à exigência fiscal;
- III - pela transação;
- IV - com a desistência da defesa ou do recurso, inclusive em decorrência de ingresso em juízo, sobre a matéria objeto da lide, antes de proferida ou de tornada irrecorrível a decisão administrativa;
- V - com a decisão administrativa irrecorrível;



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

VI - por outros meios prescritos em Lei.

**Art. 409.** É assegurado ao sujeito passivo tributário o direito de fazer a impugnação do lançamento, medida ou exigência fiscal na esfera administrativa, aduzida por escrito e acompanhada das provas que tiver, inclusive documentos, levantamentos e demonstrativos referentes às suas alegações, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da intimação.

§1º. A matéria relacionada com a situação que constitua o objeto da discórdia deverá ser alegada de uma só vez.

§2º. A defesa poderá referir-se apenas a parte da exigência fiscal, assegurando-se ao sujeito passivo, quanto à parte não impugnada, o direito de recolher o crédito tributário com as reduções de penalidades previstas em Lei.

§3º. A impugnação será entregue na repartição fazendária municipal juntamente com o comprovante do depósito destinado à garantia de instância.

**Art. 410.** Durante o prazo de defesa, o processo permanecerá na repartição local, onde o sujeito passivo ou seu representante dele poderá ter vista.

**Art. 411.** Apresentada defesa relativa a Notificação e Auto de Infração, a autoridade preparadora juntará a petição ao processo administrativo tributário, mediante lavratura de termo próprio, acusando a data do recebimento, e encaminhará os autos ao funcionário autuante que apresentará réplica às razões da impugnação.

**Art. 412.** O autuante terá o prazo de 30 (trinta) dias para a apresentação da réplica.

§1º. Não mais estando o autuante em exercício na repartição fazendária do preparo do processo, a autoridade preparadora designará outro funcionário para produzir a réplica, observado o disposto neste artigo.

§2º. A réplica deverá ser prestada com clareza e precisão, abrangendo todos os aspectos da defesa com fundamentação.

§3º. Se a réplica aduzir fatos novos, o órgão preparador reabrirá o prazo de defesa, fornecendo ao sujeito passivo cópias dos novos elementos.

**Art. 413.** A inobservância do prazo para a apresentação da réplica ou cumprimento de diligências, levantamentos ou perícias constitui falta disciplinar, porém, não prejudica o mérito da lide.

SEÇÃO II  
DO PREPARO DO PROCESSO

**Art. 414.** O preparo do processo administrativo tributário compete à Procuradoria Geral do Município.



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

**Art. 415.** O preparo do processo compreende as seguintes providências:

- I - saneamento do procedimento fiscal;
- II - recebimento e registro da peça inicial;
- III - intimação para pagamento do débito ou apresentação de defesa, se ainda não efetivada pelo autuante;
- IV - vista do processo ao sujeito passivo ou a seu representante legal, no recinto da repartição, quando solicitada;
- V - encaminhamento ou entrega do processo ao autuante ou a outro funcionário designado pela repartição competente para:
  - a) produzir réplica;
  - b) realizar diligência ou perícia requeridas e autorizadas;
- VI - prestação de informações econômico-fiscais acerca do sujeito passivo;
- VII - controle dos prazos para impugnação, recolhimento do débito e outras diligências que devam ser feitas, comunicando imediatamente ao órgão julgador o descumprimento dos prazos fixados pela legislação ou pela autoridade competente;
- VIII - recebimento de peças de defesa, réplica, recurso e outras petições, bem como das provas documentais, laudos ou levantamentos, e sua anexação aos autos.
- IX - cumprimento de exames, diligências, perícias e outras determinações, encaminhando os autos ao funcionário encarregado de sua execução.
- X - informação sobre a inexistência de impugnação ou de recurso, quando for o caso;
- XI - organização dos autos do processo com todas as folhas numeradas e rubricadas, dispostas segundo a ordem cronológica, à medida que forem sendo juntadas;
- XII - julgamento do processo, inscrição em Dívida Ativa ou qualquer outro procedimento, conforme o caso;
- XIII - ciência, ao sujeito passivo, das decisões proferidas, e intimação para o seu cumprimento ou interposição de recurso, quando cabível;
- XIV - demais atos ou procedimentos que se façam necessários ao andamento regular do processo.

**Art. 416.** O órgão preparador dará vista do processo aos interessados e seus representantes legais, no recinto da repartição fazendária municipal, durante a fluência dos prazos de impugnação ou recurso, podendo, mediante pedido por escrito, os solicitantes interessados extraírem cópia de qualquer de suas peças.

Parágrafo único. O processo somente poderá sair da repartição fiscal para cumprimento de diligência ou perícia.



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

SEÇÃO III  
DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO

**Art. 417.** Compete ao Procurador Geral do Município ou a seu representante legal, avaliar se o processo se encontra em condições de ser levado a julgamento a salvo de dúvidas ou incorreções, devendo nesse sentido:

I - deferir ou indeferir as provas requeridas e os pedidos de diligência ou de perícia fiscal, mediante despacho fundamentado, levando em consideração sua necessidade e possibilidade;

II - determinar de ofício a realização de diligência ou perícia fiscal que se considerar necessárias a regular instrução do processo;

III - determinar, mediante despacho circunstanciado, que seja dada vista ao sujeito passivo ou ao autuante para que se manifeste objetivamente sobre fatos, provas ou elementos novos;

IV – agendar o julgamento.

§1º. O Procurador Geral ou seu representante legal, salvo caso justificado de força maior, terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para estudo do processo e adoção das providências de que cuida este artigo.

§2º. A inadmissibilidade, pela autoridade julgadora, de prova, diligência ou perícia requeridas, será em decisão fundamentada.

§3º. A perícia fiscal deverá ser indeferida quando:

I - a prova do fato não depender do conhecimento especial de técnicos;

II - for desnecessária em vista de outras provas produzidas;

III - a verificação for impraticável.

**Art. 418.** Caberá à Coordenação de Fiscalização calcular o valor atualizado do débito, discriminado por parcela, para efeitos de determinação do valor efetivamente devido.

SEÇÃO IV  
DAS PROVAS, DILIGÊNCIAS E PERÍCIAS

**Art. 419.** O fato alegado por uma das partes, quando a outra não o contestar, será admitido como verídico se o contrário não resultar do conjunto das provas.





Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

**Art. 420.** Se qualquer das partes aceitarem fato contra ela invocado, mas alegar sua extinção ou ocorrência que lhe obste os efeitos, deverá provar a alegação.

**Art. 421.** A recusa de qualquer parte em comprovar fato controverso com elemento probatório de que necessariamente disponha, importa presunção de veracidade da afirmação da parte contrária.

**Art. 422.** A simples negativa do cometimento da infração não desonera o sujeito passivo de elidir a presunção de legitimidade da autuação fiscal.

**Art. 423.** O interessado, ao solicitar a produção de provas ou a realização de diligência ou perícia fiscal, deverá no pedido fundamentar a sua necessidade.

Parágrafo único. Ao solicitar a realização de perícia fiscal, o interessado formulará, no pedido, os quesitos a serem respondidos, sob pena de indeferimento de plano, podendo indicar, se preferir, seu assistente técnico, com a sua qualificação e endereço.

**Art. 424.** Tratando-se de perícia fiscal, a repartição fazendária municipal, ao designar o perito, fará a intimação do assistente técnico do sujeito passivo, se houver, marcando de antemão a data, hora e o local onde serão efetuados os trabalhos.

**Art. 425.** Concluída a perícia, o laudo pericial será redigido pelo perito e assinado por ele e, se houver concordância, pelo assistente técnico.

§1º. Havendo divergência de entendimento entre o perito e o assistente técnico, este poderá apresentar laudo em separado, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da realização da perícia.

§2º. Se a diligência ou perícia implicar fatos novos, o órgão preparador reabrirá o prazo de defesa, fornecendo ao sujeito passivo cópias dos novos elementos, dispensando-se, contudo, essa providência, no caso de perícia, se o assistente técnico do sujeito passivo houver assinado o laudo juntamente com o perito.

**Art. 426.** Quando não estipulado de forma expressa pela autoridade julgadora ou pela repartição, o prazo para cumprimento de diligência ou perícia será de 30 (trinta) dias.

SEÇÃO V  
DAS AUTORIDADES JULGADORAS

**Art. 427.** O julgamento do processo compete:

I - em primeira instância, à Procuradoria Geral do Município;

II - em segunda instância, ao Chefe do Executivo Municipal.



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

**SEÇÃO VI**  
**DO JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA**

**Art. 428.** A decisão da primeira instância será fundamentada em parecer final circunstanciado, à vista dos elementos contidos nos autos, no prazo de 30 (trinta) dias úteis.

**Art. 429.** Na apreciação da prova, a autoridade julgadora formará livremente sua convicção, podendo determinar as diligências que entender necessária.

**Art. 430.** A decisão conterà relatório resumido do processo, fundamentos legais, conclusão e ordem de intimação.

Parágrafo único. O órgão preparador dará ciência da decisão ao contribuinte, intimando-o, quando for o caso, a cumpri-la no prazo de 30 (trinta) dias.

**Art. 431.** As inexatidões materiais devidas a lapso manifesto e aos erros de escrita ou de cálculo existentes na decisão poderão ser corrigidas de ofício pela autoridade julgadora ou a requerimento do contribuinte.

**Art. 432.** A autoridade de primeira instância recorrerá, de ofício, sempre que a decisão exonerar o contribuinte do pagamento de crédito tributário de valor, acrescido de cominações legais, superior a R\$ 500,00 (quinhentos reais) consolidados à data da decisão.

§1º. O recurso será interposto mediante declaração na própria decisão.

§2º. Não sendo interposto o recurso, o servidor que verificar o fato representará à autoridade imediata, no sentido de que seja observada aquela formalidade.

**Art. 433.** Da decisão de primeira instância não caberá pedido de reconsideração.

**SEÇÃO VII**  
**DO RECURSO**

**Art. 434.** Da decisão de primeira instância caberá recurso voluntário ao Chefe do Executivo Municipal, dentro de 30 (trinta) dias, contados da ciência da intimação.

§1º. O recurso poderá versar sobre parte da quantia exigida, desde que o recorrente pague no prazo do recurso, a parte não litigiosa.

§2º. Se dentro do prazo legal, não for apresentada petição de recursos, será pelo órgão preparador lavrado o termo de preempção.

§3º. Os recursos em geral, mesmo os peremptos, serão encaminhados à instância superior que julgará a preempção.

**Art. 435.** Apresentado o recurso, o processo será encaminhado pelo órgão preparador, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ao Chefe do Executivo Municipal.



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

**SEÇÃO VIII**  
**DA DEFINITIVIDADE E DA EXECUÇÃO DAS DECISÕES**

**Art. 436.** São definitivas:

I - as decisões finais da primeira instância não sujeitas a recursos de ofício, esgotado o prazo para o recurso voluntário;

II - as decisões finais da segunda instância, vencido o prazo da intimação.

§1º. As decisões da primeira instância, na parte em que for sujeita a recurso de ofício, não se tornarão definitivas.

§2º. No caso de recurso voluntário parcial, tornar-se-á definitiva, desde logo, a parte de decisão que não tenha sido objeto de recurso.

**Art. 437.** Aplica-se subsidiariamente ao processo administrativo tributário municipal as normas do Código de Processo Civil.

**CAPÍTULO VIII**  
**DAS DEMAIS NORMAS CONCERNENTES À ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Art. 438.** Poderão ser apreendidos bens móveis, inclusive mercadorias existentes em poder do contribuinte ou de terceiros, desde que constituam provas de infração da legislação tributária.

Parágrafo único. A apreensão pode compreender livros e documentos, quando constituam prova de fraude, simulação, adulteração ou falsificação.

**Art. 439.** A apreensão será objeto de lavratura de termo de apreensão, devidamente fundamentado, contendo a descrição dos bens ou documentos apreendidos, a indicação do lugar onde ficaram depositados, o nome do destinatário e, se for o caso, a descrição clara e precisa do fato e a menção das disposições legais, além dos demais elementos indispensáveis à identificação do contribuinte.

Parágrafo único. O autuado será notificado da lavratura do termo de apreensão.

**Art. 440.** Os prazos fixados neste Código serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia do início e incluindo-se o dia do vencimento.

**Art. 441.** Os prazos somente se iniciam ou vencem em dia de expediente normal no órgão em que corra o processo ou o ato deva ser praticado, prorrogando-se até o primeiro dia útil seguinte quando o vencimento se der em dias feriados ou não úteis.

**Art. 442.** Não atendida à solicitação ou exigência a cumprir, por parte do requerente, o processo poderá ser arquivado decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias.



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

**Art. 443.** Os benefícios da imunidade e da isenção deverão ser renovados anualmente mediante solicitação do interessado, apresentada até o último dia do exercício a que corresponderem ou no prazo determinado pela Secretaria Municipal de Finanças.

**CAPÍTULO IX  
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 444.** Os valores constantes desta Lei serão expressos em reais.

**Art. 445.** Os débitos para com a Fazenda Pública Municipal, de qualquer natureza, inclusive fiscais, vencidos e vincendos, incluídas as multas de qualquer espécie proveniente de impontualidade, total ou parcial, nos respectivos pagamentos, serão inscritos em Dívida Ativa e serão atualizados monetariamente.

§1º. A atualização monetária e os juros incidirão sobre o valor integral do crédito, neste compreendida a multa.

§2º. Se a cobrança dos débitos inscritos em Dívida Ativa for realizada através do procedimento judicial, o contribuinte arcará com as custas e demais despesas concernentes.

**Art. 446.** Não se tomará qualquer medida contra o contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acordo com decisão administrativa ou judicial transitada em julgado, mesmo que posteriormente modificada.

Parágrafo único. No caso de decisão definitiva favorável ao sujeito passivo, cumpre à autoridade exonerá-lo, de ofício, dos gravames decorrentes do litígio.

**Art. 447.** Todos os atos relativos a matéria fiscal serão praticados dentro dos prazos fixados na legislação tributária.

**Art. 448.** Consideram-se integrantes à presente Lei os Anexos que a acompanham.

**Art. 449.** O exercício financeiro, para os fins fiscais, corresponde ao ano civil.

**Art. 450.** Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a celebrar convênios com a União, o Estado ou outros Municípios, Conselhos Regionais de Profissionais Autônomos, Entidades de Representação Classista e outros órgãos, visando adquirir informações fiscais e utilizá-las para aperfeiçoar os mecanismos de controle e arrecadação dos tributos.

**Art. 451.** Fica igualmente autorizado a instituir e fixar Preço Público, bem como estabelecer as situações que caberá a sua aplicação, observadas as normas do Direito Financeiro e as leis pertinentes à espécie.

**Art. 452.** Fica permitida a apresentação pelo contribuinte, em qualquer fase do processo fiscal instaurado para constituição de crédito tributário, da declaração ou confissão de dívida, objetivando terminar com o litígio e extinguir o crédito tributário.



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS**

**Art. 453.** Os débitos com a Fazenda Pública Municipal serão atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, medido pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Parágrafo único. Em caso de extinção do IPCA, a atualização monetária será realizada pelo índice que o substituir ou, não havendo substituto, por índice atualizador dos tributos federais.

**Art. 454.** Ficam convertidos em moeda corrente todos os créditos tributários do Município.

§1º. Para o ano de 2015, a atualização terá como referência a variação acumulada do IPCA de janeiro a setembro de 2014, com aplicação a partir de janeiro de 2015.

§2º. Para os anos subsequentes, a atualização terá como base a variação acumulada do IPCA de outubro do exercício imediatamente anterior a setembro do exercício fiscal a que se refira o lançamento, com aplicação a partir de 1º de janeiro do ano subsequente.

**Art. 455.** A Fazenda Pública Municipal orientará a aplicação da presente Lei, expedindo as instruções necessárias a facilitar sua fiel execução.

**Art. 456.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, respeitando-se, no que couber, o princípio da noventena.

**Art. 457** Revogam-se as disposições em contrário.

São Miguel dos Campos - AL, 16 de dezembro de 2014.

**George Clemente**  
**Prefeito**

*Certifico que a presente Lei foi Publicada no Mural afixado no átrio da Prefeitura Municipal de São Miguel dos Campos/AL, situada na Av. Dep. Diney Torres, s/n, Bairro Geraldo Sampaio, São Miguel dos Campos, Alagoas, para conhecimento dos munícipes, conforme determina o art. 37 da Constituição Federal.*

*São Miguel dos Campos, AL, 23 de Setembro de 2014.*

**Isa Maria Barros de Magalhães**  
**Secretária Municipal de Administração e Finanças**



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

## ANEXO I

### VALORES PARA A TAXA DE LICENÇA E FISCALIZAÇÃO PARA LOCALIZAÇÃO, INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO

CNAE Subclasses 2.1		CNAE Subclasses 2.0	Valor
código	denominação	código	
0111-3/01	Cultivo de arroz	0111-3/01	R\$ 500,00
0111-3/02	Cultivo de milho	0111-3/02	R\$ 500,00
0111-3/03	Cultivo de trigo	0111-3/03	R\$ 500,00
0111-3/99	Cultivo de outros cereais não especificados anteriormente	0111-3/99	R\$ 500,00
0112-1/01	Cultivo de algodão herbáceo	0112-1/01	R\$ 500,00
0112-1/02	Cultivo de juta	0112-1/02	R\$ 500,00
0112-1/99	Cultivo de outras fibras de lavoura temporária não especificadas anteriormente	0112-1/99	R\$ 500,00
0113-0/00	Cultivo de cana-de-açúcar	0113-0/00	R\$ 500,00
0114-8/00	Cultivo de fumo	0114-8/00	R\$ 500,00
0115-6/00	Cultivo de soja	0115-6/00	R\$ 500,00
0116-4/01	Cultivo de amendoim	0116-4/01	R\$ 500,00
0116-4/02	Cultivo de girassol	0116-4/02	R\$ 500,00
0116-4/03	Cultivo de mamona	0116-4/03	R\$ 500,00
0116-4/99	Cultivo de outras oleaginosas de lavoura temporária não especificadas anteriormente	0116-4/99	R\$ 500,00
0119-9/01	Cultivo de abacaxi	0119-9/01	R\$ 500,00
0119-9/02	Cultivo de alho	0119-9/02	R\$ 500,00
0119-9/03	Cultivo de batata-inglesa	0119-9/03	R\$ 500,00
0119-9/04	Cultivo de cebola	0119-9/04	R\$ 500,00
0119-9/05	Cultivo de feijão	0119-9/05	R\$ 500,00
0119-9/06	Cultivo de mandioca	0119-9/06	R\$ 500,00
0119-9/07	Cultivo de melão	0119-9/07	R\$ 500,00
0119-9/08	Cultivo de melancia	0119-9/08	R\$



Lei nº. 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

			500,00
0119-9/09	Cultivo de tomate rasteiro	0119-9/09	R\$ 500,00
0119-9/99	Cultivo de outras plantas de lavoura temporária não especificadas anteriormente	0119-9/99	R\$ 500,00
0121-1/01	Horticultura, exceto morango	0121-1/01	R\$ 500,00
0121-1/02	Cultivo de morango	0121-1/02	R\$ 500,00
0122-9/00	Cultivo de flores e plantas ornamentais	0122-9/00	R\$ 500,00
0131-8/00	Cultivo de laranja	0131-8/00	R\$ 500,00
0132-6/00	Cultivo de uva	0132-6/00	R\$ 500,00
0133-4/01	Cultivo de açaí	0133-4/01	R\$ 500,00
0133-4/02	Cultivo de banana	0133-4/02	R\$ 500,00
0133-4/03	Cultivo de caju	0133-4/03	R\$ 500,00
0133-4/04	Cultivo de cítricos, exceto laranja	0133-4/04	R\$ 500,00
0133-4/05	Cultivo de coco-da-baía	0133-4/05	R\$ 500,00
0133-4/06	Cultivo de guaraná	0133-4/06	R\$ 500,00
0133-4/07	Cultivo de maçã	0133-4/07	R\$ 500,00
0133-4/08	Cultivo de mamão	0133-4/08	R\$ 500,00
0133-4/09	Cultivo de maracujá	0133-4/09	R\$ 500,00
0133-4/10	Cultivo de manga	0133-4/10	R\$ 500,00
0133-4/11	Cultivo de pêssego	0133-4/11	R\$ 500,00
0133-4/99	Cultivo de frutas de lavoura permanente não especificadas anteriormente	0133-4/99	R\$ 500,00
0134-2/00	Cultivo de café	0134-2/00	R\$ 500,00
0135-1/00	Cultivo de cacau	0135-1/00	R\$ 500,00
0139-3/01	Cultivo de chá-da-índia	0139-3/01	R\$ 500,00
0139-3/02	Cultivo de erva-mate	0139-3/02	R\$ 500,00
0139-3/03	Cultivo de pimenta-do-reino	0139-3/03	R\$ 500,00
0139-3/04	Cultivo de plantas para condimento, exceto pimenta-do-reino	0139-3/04	R\$ 500,00
0139-3/05	Cultivo de dendê	0139-3/05	R\$ 500,00
0139-3/06	Cultivo de seringueira	0139-3/06	R\$ 500,00



Lei nº. 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

0139-3/99	Cultivo de outras plantas de lavoura permanente não especificadas anteriormente	0139-3/99	R\$ 500,00
0141-5/01	Produção de sementes certificadas, exceto de forrageiras para pasto	0141-5/01	R\$ 500,00
0141-5/02	Produção de sementes certificadas de forrageiras para formação de pasto	0141-5/02	R\$ 500,00
0142-3/00	Produção de mudas e outras formas de propagação vegetal, certificadas	0142-3/00	R\$ 500,00
0151-2/01	Criação de bovinos para corte	0151-2/01	R\$ 500,00
0151-2/02	Criação de bovinos para leite	0151-2/02	R\$ 500,00
0151-2/03	Criação de bovinos, exceto para corte e leite	0151-2/03	R\$ 500,00
0152-1/01	Criação de bufalinos	0152-1/01	R\$ 500,00
0152-1/02	Criação de eqüinos	0152-1/02	R\$ 500,00
0152-1/03	Criação de asininos e muare	0152-1/03	R\$ 500,00
0153-9/01	Criação de caprinos	0153-9/01	R\$ 500,00
0153-9/02	Criação de ovinos, inclusive para produção de lã	0153-9/02	R\$ 500,00
0154-7/00	Criação de suínos	0154-7/00	R\$ 500,00
0155-5/01	Criação de frangos para corte	0155-5/01	R\$ 500,00
0155-5/02	Produção de pintos de um dia	0155-5/02	R\$ 500,00
0155-5/03	Criação de outros galináceos, exceto para corte	0155-5/03	R\$ 500,00
0155-5/04	Criação de aves, exceto galináceos	0155-5/04	R\$ 500,00
0155-5/05	Produção de ovos	0155-5/05	R\$ 500,00
0159-8/01	Apicultura	0159-8/01	R\$ 500,00
0159-8/02	Criação de animais de estimação	0159-8/02	R\$ 500,00
0159-8/03	Criação de escargô	0159-8/03	R\$ 500,00
0159-8/04	Criação de bicho-da-seda	0159-8/04	R\$ 500,00
0159-8/99	Criação de outros animais não especificados anteriormente	0159-8/99	R\$ 500,00
0161-0/01	Serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas	0161-0/01	R\$ 500,00
0161-0/02	Serviço de poda de árvores para lavouras	0161-0/02	R\$ 500,00
0161-0/03	Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita	0161-0/03	R\$ 500,00





Lei nº. 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

0161-0/99	Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente	0161-0/99	R\$ 500,00
0162-8/01	Serviço de inseminação artificial em animais	0162-8/01	R\$ 500,00
0162-8/02	Serviço de tosquiamento de ovinos	0162-8/02	R\$ 500,00
0162-8/03	Serviço de manejo de animais	0162-8/03	R\$ 500,00
0162-8/99	Atividades de apoio à pecuária não especificadas anteriormente	0162-8/99	R\$ 500,00
0163-6/00	Atividades de pós-colheita	0163-6/00	R\$ 500,00
0170-9/00	Caça e serviços relacionados	0170-9/00	R\$ 500,00
0210-1/01	Cultivo de eucalipto	0210-1/01	R\$ 500,00
0210-1/02	Cultivo de acácia-negra	0210-1/02	R\$ 500,00
0210-1/03	Cultivo de pinus	0210-1/03	R\$ 500,00
0210-1/04	Cultivo de teca	0210-1/04	R\$ 500,00
0210-1/05	Cultivo de espécies madeiras, exceto eucalipto, acácia-negra, pinus e teca	0210-1/05	R\$ 500,00
0210-1/06	Cultivo de mudas em viveiros florestais	0210-1/06	R\$ 500,00
0210-1/07	Extração de madeira em florestas plantadas	0210-1/07	R\$ 500,00
0210-1/08	Produção de carvão vegetal - florestas plantadas	0210-1/08	R\$ 500,00
0210-1/09	Produção de casca de acácia-negra - florestas plantadas	0210-1/09	R\$ 500,00
0210-1/99	Produção de produtos não-madeireiros não especificados anteriormente em florestas plantadas	0210-1/99	R\$ 500,00
0220-9/01	Extração de madeira em florestas nativas	0220-9/01	R\$ 500,00
0220-9/02	Produção de carvão vegetal - florestas nativas	0220-9/02	R\$ 500,00
0220-9/03	Coleta de castanha-do-pará em florestas nativas	0220-9/03	R\$ 500,00
0220-9/04	Coleta de látex em florestas nativas	0220-9/04	R\$ 500,00
0220-9/05	Coleta de palmito em florestas nativas	0220-9/05	R\$ 500,00
0220-9/06	Conservação de florestas nativas	0220-9/06	R\$ 500,00
0220-9/99	Coleta de produtos não-madeireiros não especificados anteriormente em florestas nativas	0220-9/99	R\$ 500,00
0230-6/00	Atividades de apoio à produção florestal	0230-6/00	R\$ 500,00



Lei nº. 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

0311-6/01	Pesca de peixes em água salgada	0311-6/01	R\$ 500,00
0311-6/02	Pesca de crustáceos e moluscos em água salgada	0311-6/02	R\$ 500,00
0311-6/03	Coleta de outros produtos marinhos	0311-6/03	R\$ 500,00
0311-6/04	Atividades de apoio à pesca em água salgada	0311-6/04	R\$ 500,00
0312-4/01	Pesca de peixes em água doce	0312-4/01	R\$ 500,00
0312-4/02	Pesca de crustáceos e moluscos em água doce	0312-4/02	R\$ 500,00
0312-4/03	Coleta de outros produtos aquáticos de água doce	0312-4/03	R\$ 500,00
0312-4/04	Atividades de apoio à pesca em água doce	0312-4/04	R\$ 500,00
0321-3/01	Criação de peixes em água salgada e salobra	0321-3/01	R\$ 500,00
0321-3/02	Criação de camarões em água salgada e salobra	0321-3/02	R\$ 500,00
0321-3/03	Criação de ostras e mexilhões em água salgada e salobra	0321-3/03	R\$ 500,00
0321-3/04	Criação de peixes ornamentais em água salgada e salobra	0321-3/04	R\$ 500,00
0321-3/05	Atividades de apoio à aquicultura em água salgada e salobra	0321-3/05	R\$ 500,00
0321-3/99	Cultivos e semicultivos da aquicultura em água salgada e salobra não especificados anteriormente	0321-3/99	R\$ 500,00
0322-1/01	Criação de peixes em água doce	0322-1/01	R\$ 500,00
0322-1/02	Criação de camarões em água doce	0322-1/02	R\$ 500,00
0322-1/03	Criação de ostras e mexilhões em água doce	0322-1/03	R\$ 500,00
0322-1/04	Criação de peixes ornamentais em água doce	0322-1/04	R\$ 500,00
0322-1/05	Ranicultura	0322-1/05	R\$ 500,00
0322-1/06	Criação de jacaré	0322-1/06	R\$ 500,00
0322-1/07	Atividades de apoio à aquicultura em água doce	0322-1/07	R\$ 500,00
0322-1/99	Cultivos e semicultivos da aquicultura em água doce não especificados anteriormente	0322-1/99	R\$ 500,00
0500-3/01	Extração de carvão mineral	0500-3/01	R\$ 1.000,00
0500-3/02	Beneficiamento de carvão mineral	0500-3/02	R\$ 1.000,00
0600-0/01	Extração de petróleo e gás natural	0600-0/01	R\$



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

			3.000,00
0600-0/02	Extração e beneficiamento de xisto	0600-0/02	R\$ 1.000,00
0600-0/03	Extração e beneficiamento de areias betuminosas	0600-0/03	R\$ 1.000,00
0710-3/01	Extração de minério de ferro	0710-3/01	R\$ 3.000,00
0710-3/02	Pelotização, sinterização e outros beneficiamentos de minério de ferro	0710-3/02	R\$ 3.000,00
0721-9/01	Extração de minério de alumínio	0721-9/01	R\$ 3.000,00
0721-9/02	Beneficiamento de minério de alumínio	0721-9/02	R\$ 3.000,00
0722-7/01	Extração de minério de estanho	0722-7/01	R\$ 3.000,00
0722-7/02	Beneficiamento de minério de estanho	0722-7/02	R\$ 3.000,00
0723-5/01	Extração de minério de manganês	0723-5/01	R\$ 3.000,00
0723-5/02	Beneficiamento de minério de manganês	0723-5/02	R\$ 3.000,00
0724-3/01	Extração de minério de metais preciosos	0724-3/01	R\$ 500,00
0724-3/02	Beneficiamento de minério de metais preciosos	0724-3/02	R\$ 500,00
0725-1/00	Extração de minerais radioativos	0725-1/00	R\$ 3.000,00
0729-4/01	Extração de minérios de nióbio e titânio	0729-4/01	R\$ 500,00
0729-4/02	Extração de minério de tungstênio	0729-4/02	R\$ 500,00
0729-4/03	Extração de minério de níquel	0729-4/03	R\$ 500,00
0729-4/04	Extração de minérios de cobre, chumbo, zinco e outros minerais metálicos não-ferrosos não especificados anteriormente	0729-4/04	R\$ 500,00
0729-4/05	Beneficiamento de minérios de cobre, chumbo, zinco e outros minerais metálicos não-ferrosos não especificados anteriormente	0729-4/05	R\$ 500,00
0810-0/01	Extração de ardósia e beneficiamento associado	0810-0/01	R\$ 3.000,00
0810-0/02	Extração de granito e beneficiamento associado	0810-0/02	R\$ 3.000,00
0810-0/03	Extração de mármore e beneficiamento associado	0810-0/03	R\$ 3.000,00
0810-0/04	Extração de calcário e dolomita e beneficiamento associado	0810-0/04	R\$ 500,00
0810-0/05	Extração de gesso e caulim	0810-0/05	R\$ 500,00



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

0810-0/06	Extração de areia, cascalho ou pedregulho e beneficiamento associado	0810-0/06	R\$ 3.000,00
0810-0/07	Extração de argila e beneficiamento associado	0810-0/07	R\$ 3.000,00
0810-0/08	Extração de salbro e beneficiamento associado	0810-0/08	R\$ 3.000,00
0810-0/09	Extração de basalto e beneficiamento associado	0810-0/09	R\$ 3.000,00
0810-0/10	Beneficiamento de gesso e caulim associado à extração	0810-0/10	R\$ 500,00
0810-0/99	Extração e britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado	0810-0/99	R\$ 500,00
0891-6/00	Extração de minerais para fabricação de adubos, fertilizantes e outros produtos químicos	0891-6/00	R\$ 500,00
0892-4/01	Extração de sal marinho	0892-4/01	R\$ 3.000,00
0892-4/02	Extração de sal-gema	0892-4/02	R\$ 3.000,00
0892-4/03	Refino e outros tratamentos do sal	0892-4/03	R\$ 3.000,00
0893-2/00	Extração de gemas (pedras preciosas e semipreciosas)	0893-2/00	R\$ 500,00
0899-1/01	Extração de grafita	0899-1/01	R\$ 3.000,00
0899-1/02	Extração de quartzo	0899-1/02	R\$ 500,00
0899-1/03	Extração de amianto	0899-1/03	R\$ 3.000,00
0899-1/99	Extração de outros minerais não-metálicos não especificados anteriormente	0899-1/99	R\$ 3.000,00
0910-6/00	Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural	0910-6/00	R\$ 500,00
0990-4/01	Atividades de apoio à extração de minério de ferro	0990-4/01	R\$ 500,00
0990-4/02	Atividades de apoio à extração de minerais metálicos não-ferrosos	0990-4/02	R\$ 500,00
0990-4/03	Atividades de apoio à extração de minerais não-metálicos	0990-4/03	R\$ 500,00
1011-2/01	Frigorífico - abate de bovinos	1011-2/01	R\$ 500,00
1011-2/02	Frigorífico - abate de eqüinos	1011-2/02	R\$ 500,00
1011-2/03	Frigorífico - abate de ovinos e caprinos	1011-2/03	R\$ 500,00
1011-2/04	Frigorífico - abate de bufalinos	1011-2/04	R\$ 500,00
1011-2/05	Matadouro - abate de reses sob contrato, exceto abate de suínos	1011-2/05	R\$ 500,00



Lei nº. 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

1012-1/01	Abate de aves	1012-1/01	R\$ 500,00
1012-1/02	Abate de pequenos animais	1012-1/02	R\$ 500,00
1012-1/03	Frigorífico - abate de suínos	1012-1/03	R\$ 500,00
1012-1/04	Matadouro - abate de suínos sob contrato	1012-1/04	R\$ 500,00
1013-9/01	Fabricação de produtos de carne	1013-9/01	R\$ 500,00
1013-9/02	Preparação de subprodutos do abate	1013-9/02	R\$ 500,00
1020-1/01	Preservação de peixes, crustáceos e moluscos	1020-1/01	R\$ 500,00
1020-1/02	Fabricação de conservas de peixes, crustáceos e moluscos	1020-1/02	R\$ 500,00
1031-7/00	Fabricação de conservas de frutas	1031-7/00	R\$ 500,00
1032-5/01	Fabricação de conservas de palmito	1032-5/01	R\$ 500,00
1032-5/99	Fabricação de conservas de legumes e outros vegetais, exceto palmito	1032-5/99	R\$ 500,00
1033-3/01	Fabricação de sucos concentrados de frutas, hortaliças e legumes	1033-3/01	R\$ 500,00
1033-3/02	Fabricação de sucos de frutas, hortaliças e legumes, exceto concentrados	1033-3/02	R\$ 500,00
1041-4/00	Fabricação de óleos vegetais em bruto, exceto óleo de milho	1041-4/00	R\$ 500,00
1042-2/00	Fabricação de óleos vegetais refinados, exceto óleo de milho	1042-2/00	R\$ 500,00
1043-1/00	Fabricação de margarina e outras gorduras vegetais e de óleos não-comestíveis de animais	1043-1/00	R\$ 500,00
1051-1/00	Preparação do leite	1051-1/00	R\$ 500,00
1052-0/00	Fabricação de laticínios	1052-0/00	R\$ 500,00
1053-8/00	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	1053-8/00	R\$ 500,00
1061-9/01	Beneficiamento de arroz	1061-9/01	R\$ 500,00
1061-9/02	Fabricação de produtos do arroz	1061-9/02	R\$ 500,00
1062-7/00	Moagem de trigo e fabricação de derivados	1062-7/00	R\$ 500,00
1063-5/00	Fabricação de farinha de mandioca e derivados	1063-5/00	R\$ 500,00
1064-3/00	Fabricação de farinha de milho e derivados, exceto óleos de milho	1064-3/00	R\$ 500,00
1065-1/01	Fabricação de amidos e féculas de vegetais	1065-1/01	R\$ 500,00



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

1065-1/02	Fabricação de óleo de milho em bruto	1065-1/02	R\$ 500,00
1065-1/03	Fabricação de óleo de milho refinado	1065-1/03	R\$ 500,00
1066-0/00	Fabricação de alimentos para animais	1066-0/00	R\$ 500,00
1069-4/00	Moagem e fabricação de produtos de origem vegetal não especificados anteriormente	1069-4/00	R\$ 500,00
1071-6/00	Fabricação de açúcar em bruto	1071-6/00	R\$ 3.000,00
1072-4/01	Fabricação de açúcar de cana refinado	1072-4/01	R\$ 3.000,00
1072-4/02	Fabricação de açúcar de cereais (dextrose) e de beterraba	1072-4/02	R\$ 3.000,00
1081-3/01	Beneficiamento de café	1081-3/01	R\$ 1.000,00
1081-3/02	Torrefação e moagem de café	1081-3/02	R\$ 1.000,00
1082-1/00	Fabricação de produtos à base de café	1082-1/00	R\$ 3.000,00
1091-1/01	Fabricação de produtos de panificação industrial	1091-1/00	R\$ 500,00
1091-1/02	Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria	4721-1/01	R\$ 500,00
1092-9/00	Fabricação de biscoitos e bolachas	1092-9/00	R\$ 500,00
1093-7/01	Fabricação de produtos derivados do cacau e de chocolates	1093-7/01	R\$ 500,00
1093-7/02	Fabricação de frutas cristalizadas, balas e semelhantes	1093-7/02	R\$ 500,00
1094-5/00	Fabricação de massas alimentícias	1094-5/00	R\$ 500,00
1095-3/00	Fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos	1095-3/00	R\$ 500,00
1096-1/00	Fabricação de alimentos e pratos prontos	1096-1/00	R\$ 500,00
1099-6/01	Fabricação de vinagres	1099-6/01	R\$ 500,00
1099-6/02	Fabricação de pós alimentícios	1099-6/02	R\$ 500,00
1099-6/03	Fabricação de fermentos e leveduras	1099-6/03	R\$ 500,00
1099-6/04	Fabricação de gelo comum	1099-6/04	R\$ 500,00
1099-6/05	Fabricação de produtos para infusão (chá, mate, etc.)	1099-6/05	R\$ 500,00
1099-6/06	Fabricação de adoçantes naturais e artificiais	1099-6/06	R\$ 500,00
1099-6/07	Fabricação de alimentos dietéticos e complementos alimentares	1099-6/99	R\$ 500,00



Lei nº. 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

1099-6/99	Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente	1099-6/99	R\$ 500,00
1111-9/01	Fabricação de aguardente de cana-de-açúcar	1111-9/01	R\$ 1.000,00
1111-9/02	Fabricação de outras aguardentes e bebidas destiladas	1111-9/02	R\$ 1.000,00
1112-7/00	Fabricação de vinho	1112-7/00	R\$ 1.000,00
1113-5/01	Fabricação de malte, inclusive malte uísque	1113-5/01	R\$ 1.000,00
1113-5/02	Fabricação de cervejas e chopes	1113-5/02	R\$ 1.000,00
1121-6/00	Fabricação de águas envasadas	1121-6/00	R\$ 1.000,00
1122-4/01	Fabricação de refrigerantes	1122-4/01	R\$ 3.000,00
1122-4/02	Fabricação de chá mate e outros chás prontos para consumo	1122-4/02	R\$ 1.000,00
1122-4/03	Fabricação de refrescos, xaropes e pós para refrescos, exceto refrescos de frutas	1122-4/03	R\$ 1.000,00
1122-4/04	Fabricação de bebidas isotônicas	1122-4/99	R\$ 1.000,00
1122-4/99	Fabricação de outras bebidas não-alcoólicas não especificadas anteriormente	1122-4/99	R\$ 1.000,00
1210-7/00	Processamento industrial do fumo	1210-7/00	R\$ 1.000,00
1220-4/01	Fabricação de cigarros	1220-4/01	R\$ 3.000,00
1220-4/02	Fabricação de cigarilhas e charutos	1220-4/02	R\$ 3.000,00
1220-4/03	Fabricação de filtros para cigarros	1220-4/03	R\$ 3.000,00
1220-4/99	Fabricação de outros produtos do fumo, exceto cigarros, cigarilhas e charutos	1220-4/99	R\$ 3.000,00
1311-1/00	Preparação e fiação de fibras de algodão	1311-1/00	R\$ 1.000,00
1312-0/00	Preparação e fiação de fibras têxteis naturais, exceto algodão	1312-0/00	R\$ 1.000,00
1313-8/00	Fiação de fibras artificiais e sintéticas	1313-8/00	R\$ 1.000,00
1314-6/00	Fabricação de linhas para costurar e bordar	1314-6/00	R\$ 1.000,00
1321-9/00	Tecelagem de fios de algodão	1321-9/00	R\$ 1.000,00
1322-7/00	Tecelagem de fios de fibras têxteis naturais, exceto algodão	1322-7/00	R\$ 1.000,00
1323-5/00	Tecelagem de fios de fibras artificiais e sintéticas	1323-5/00	R\$ 1.000,00
1330-8/00	Fabricação de tecidos de malha	1330-8/00	R\$



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

			3.000,00
1340-5/01	Estamparia e texturização em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário	1340-5/01	R\$ 1.000,00
1340-5/02	Alvejamento, tingimento e torção em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário	1340-5/02	R\$ 1.000,00
1340-5/99	Outros serviços de acabamento em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário	1340-5/99	R\$ 1.000,00
1351-1/00	Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico	1351-1/00	R\$ 1.000,00
1352-9/00	Fabricação de artefatos de tapeçaria	1352-9/00	R\$ 3.000,00
1353-7/00	Fabricação de artefatos de cordoaria	1353-7/00	R\$ 3.000,00
1354-5/00	Fabricação de tecidos especiais, inclusive artefatos	1354-5/00	R\$ 1.000,00
1359-6/00	Fabricação de outros produtos têxteis não especificados anteriormente	1359-6/00	R\$ 1.000,00
1411-8/01	Confecção de roupas íntimas	1411-8/01	R\$ 500,00
1411-8/02	Facção de roupas íntimas	1411-8/02	R\$ 500,00
1412-6/01	Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida	1412-6/01	R\$ 500,00
1412-6/02	Confecção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	1412-6/02	R\$ 500,00
1412-6/03	Facção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	1412-6/03	R\$ 500,00
1413-4/01	Confecção de roupas profissionais, exceto sob medida	1413-4/01	R\$ 500,00
1413-4/02	Confecção, sob medida, de roupas profissionais	1413-4/02	R\$ 500,00
1413-4/03	Facção de roupas profissionais	1413-4/03	R\$ 500,00
1414-2/00	Fabricação de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção	1414-2/00	R\$ 500,00
1421-5/00	Fabricação de meias	1421-5/00	R\$ 3.000,00
1422-3/00	Fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharias e tricotagens, exceto meias	1422-3/00	R\$ 500,00
1510-6/00	Curtimento e outras preparações de couro	1510-6/00	R\$ 500,00
1521-1/00	Fabricação de artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material	1521-1/00	R\$ 500,00





Lei nº. 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

1529-7/00	Fabricação de artefatos de couro não especificados anteriormente	1529-7/00	R\$ 500,00
1531-9/01	Fabricação de calçados de couro	1531-9/01	R\$ 500,00
1531-9/02	Acabamento de calçados de couro sob contrato	1531-9/02	R\$ 500,00
1532-7/00	Fabricação de tênis de qualquer material	1532-7/00	R\$ 500,00
1533-5/00	Fabricação de calçados de material sintético	1533-5/00	R\$ 500,00
1539-4/00	Fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente	1539-4/00	R\$ 500,00
1540-8/00	Fabricação de partes para calçados, de qualquer material	1540-8/00	R\$ 500,00
1610-2/01	Serrarias com desdobramento de madeira	1610-2/01	R\$ 500,00
1610-2/02	Serrarias sem desdobramento de madeira	1610-2/02	R\$ 500,00
1621-8/00	Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada	1621-8/00	R\$ 3.000,00
1622-6/01	Fabricação de casas de madeira pré-fabricadas	1622-6/01	R\$ 3.000,00
1622-6/02	Fabricação de esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais	1622-6/02	R\$ 1.000,00
1622-6/99	Fabricação de outros artigos de carpintaria para construção	1622-6/99	R\$ 1.000,00
1623-4/00	Fabricação de artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira	1623-4/00	R\$ 1.000,00
1629-3/01	Fabricação de artefatos diversos de madeira, exceto móveis	1629-3/01	R\$ 500,00
1629-3/02	Fabricação de artefatos diversos de cortiça, bambu, palha, vime e outros materiais trançados, exceto móveis	1629-3/02	R\$ 500,00
1710-9/00	Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel	1710-9/00	R\$ 500,00
1721-4/00	Fabricação de papel	1721-4/00	R\$ 500,00
1722-2/00	Fabricação de cartolina e papel-cartão	1722-2/00	R\$ 500,00
1731-1/00	Fabricação de embalagens de papel	1731-1/00	R\$ 500,00
1732-0/00	Fabricação de embalagens de cartolina e papel-cartão	1732-0/00	R\$ 500,00
1733-8/00	Fabricação de chapas e de embalagens de papelão ondulado	1733-8/00	R\$ 500,00
1741-9/01	Fabricação de formulários contínuos	1741-9/01	R\$ 1.000,00



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

1741-9/02	Fabricação de produtos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado para uso comercial e de escritório, exceto formulário contínuo	1741-9/02	R\$ 1.000,00
1742-7/01	Fabricação de fraldas descartáveis	1742-7/01	R\$ 1.000,00
1742-7/02	Fabricação de absorventes higiênicos	1742-7/02	R\$ 1.000,00
1742-7/99	Fabricação de produtos de papel para uso doméstico e higiênico-sanitário não especificados anteriormente	1742-7/99	R\$ 1.000,00
1749-4/00	Fabricação de produtos de pastas celulósicas, papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado não especificados anteriormente	1749-4/00	R\$ 1.000,00
1811-3/01	Impressão de jornais	1811-3/01	R\$ 1.000,00
1811-3/02	Impressão de livros, revistas e outras publicações periódicas	1811-3/02	R\$ 1.000,00
1812-1/00	Impressão de material de segurança	1812-1/00	R\$ 500,00
1813-0/01	Impressão de material para uso publicitário	1813-0/01	R\$ 1.000,00
1813-0/99	Impressão de material para outros usos	1813-0/99	R\$ 1.000,00
1821-1/00	Serviços de pré-impressão	1821-1/00	R\$ 300,00
1822-9/00	Serviços de acabamentos gráficos	1822-9/00	R\$ 300,00
1822-9/01	Serviços de encadernação e plastificação	1822-9/00	R\$ 300,00
1822-9/99	Serviços de acabamentos gráficos, exceto encadernação e plastificação	1822-9/00	R\$ 300,00
1830-0/01	Reprodução de som em qualquer suporte	1830-0/01	R\$ 300,00
1830-0/02	Reprodução de vídeo em qualquer suporte	1830-0/02	R\$ 300,00
1830-0/03	Reprodução de software em qualquer suporte	1830-0/03	R\$ 300,00
1910-1/00	Coquerias	1910-1/00	R\$ 3.000,00
1921-7/00	Fabricação de produtos do refino de petróleo	1921-7/00	R\$ 3.000,00
1922-5/01	Formulação de combustíveis	1922-5/01	R\$ 3.000,00
1922-5/02	Rerrefino de óleos lubrificantes	1922-5/02	R\$ 3.000,00
1922-5/99	Fabricação de outros produtos derivados do petróleo, exceto produtos do refino	1922-5/99	R\$ 3.000,00
1931-4/00	Fabricação de álcool	1931-4/00	R\$ 3.000,00



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

1932-2/00	Fabricação de biocombustíveis, exceto álcool	1932-2/00	R\$ 3.000,00
2011-8/00	Fabricação de cloro e álcalis	2011-8/00	R\$ 3.000,00
2012-6/00	Fabricação de intermediários para fertilizantes	2012-6/00	R\$ 3.000,00
2013-4/00	Fabricação de adubos e fertilizantes	2013-4/00	R\$ 3.000,00
2014-2/00	Fabricação de gases industriais	2014-2/00	R\$ 3.000,00
2019-3/01	Elaboração de combustíveis nucleares	2019-3/01	R\$ 3.000,00
2019-3/99	Fabricação de outros produtos químicos inorgânicos não especificados anteriormente	2019-3/99	R\$ 3.000,00
2021-5/00	Fabricação de produtos petroquímicos básicos	2021-5/00	R\$ 3.000,00
2022-3/00	Fabricação de intermediários para plastificantes, resinas e fibras	2022-3/00	R\$ 3.000,00
2029-1/00	Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriormente	2029-1/00	R\$ 3.000,00
2031-2/00	Fabricação de resinas termoplásticas	2031-2/00	R\$ 3.000,00
2032-1/00	Fabricação de resinas termofixas	2032-1/00	R\$ 3.000,00
2033-9/00	Fabricação de elastômeros	2033-9/00	R\$ 3.000,00
2040-1/00	Fabricação de fibras artificiais e sintéticas	2040-1/00	R\$ 3.000,00
2051-7/00	Fabricação de defensivos agrícolas	2051-7/00	R\$ 3.000,00
2052-5/00	Fabricação de desinfestantes domissanitários	2052-5/00	R\$ 500,00
2061-4/00	Fabricação de sabões e detergentes sintéticos	2061-4/00	R\$ 500,00
2062-2/00	Fabricação de produtos de limpeza e polimento	2062-2/00	R\$ 500,00
2063-1/00	Fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	2063-1/00	R\$ 500,00
2071-1/00	Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes e lacas	2071-1/00	R\$ 500,00
2072-0/00	Fabricação de tintas de impressão	2072-0/00	R\$ 500,00
2073-8/00	Fabricação de impermeabilizantes, solventes e produtos afins	2073-8/00	R\$ 500,00
2091-6/00	Fabricação de adesivos e selantes	2091-6/00	R\$ 500,00
2092-4/01	Fabricação de pólvoras, explosivos e detonantes	2092-4/01	R\$ 500,00
2092-4/02	Fabricação de artigos pirotécnicos	2092-4/02	R\$ 500,00



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

2092-4/03	Fabricação de fósforos de segurança	2092-4/03	R\$ 3.000,00
2093-2/00	Fabricação de aditivos de uso industrial	2093-2/00	R\$ 500,00
2094-1/00	Fabricação de catalisadores	2094-1/00	R\$ 500,00
2099-1/01	Fabricação de chapas, filmes, papéis e outros materiais e produtos químicos para fotografia	2099-1/01	R\$ 500,00
2099-1/99	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente	2099-1/99	R\$ 500,00
2110-6/00	Fabricação de produtos farmoquímicos	2110-6/00	R\$ 3.000,00
2121-1/01	Fabricação de medicamentos alopáticos para uso humano	2121-1/01	R\$ 3.000,00
2121-1/02	Fabricação de medicamentos homeopáticos para uso humano	2121-1/02	R\$ 500,00
2121-1/03	Fabricação de medicamentos fitoterápicos para uso humano	2121-1/03	R\$ 500,00
2122-0/00	Fabricação de medicamentos para uso veterinário	2122-0/00	R\$ 3.000,00
2123-8/00	Fabricação de preparações farmacêuticas	2123-8/00	R\$ 500,00
2211-1/00	Fabricação de pneumáticos e de câmaras-de-ar	2211-1/00	R\$ 500,00
2212-9/00	Reforma de pneumáticos usados	2212-9/00	R\$ 500,00
2219-6/00	Fabricação de artefatos de borracha não especificados anteriormente	2219-6/00	R\$ 1.000,00
2221-8/00	Fabricação de laminados planos e tubulares de material plástico	2221-8/00	R\$ 1.000,00
2222-6/00	Fabricação de embalagens de material plástico	2222-6/00	R\$ 1.000,00
2223-4/00	Fabricação de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção	2223-4/00	R\$ 1.000,00
2229-3/01	Fabricação de artefatos de material plástico para uso pessoal e doméstico	2229-3/01	R\$ 1.000,00
2229-3/02	Fabricação de artefatos de material plástico para usos industriais	2229-3/02	R\$ 1.000,00
2229-3/03	Fabricação de artefatos de material plástico para uso na construção, exceto tubos e acessórios	2229-3/03	R\$ 1.000,00
2229-3/99	Fabricação de artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente	2229-3/99	R\$ 1.000,00
2311-7/00	Fabricação de vidro plano e de segurança	2311-7/00	R\$ 500,00
2312-5/00	Fabricação de embalagens de vidro	2312-5/00	R\$ 500,00
2319-2/00	Fabricação de artigos de vidro	2319-2/00	R\$ 500,00



Lei nº. 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

2320-6/00	Fabricação de cimento	2320-6/00	R\$ 3.000,00
2330-3/01	Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda	2330-3/01	R\$ 1.000,00
2330-3/02	Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção	2330-3/02	R\$ 1.000,00
2330-3/03	Fabricação de artefatos de fibrocimento para uso na construção	2330-3/03	R\$ 1.000,00
2330-3/04	Fabricação de casas pré-moldadas de concreto	2330-3/04	R\$ 3.000,00
2330-3/05	Preparação de massa de concreto e argamassa para construção	2330-3/05	R\$ 3.000,00
2330-3/99	Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes	2330-3/99	R\$ 1.000,00
2341-9/00	Fabricação de produtos cerâmicos refratários	2341-9/00	R\$ 500,00
2342-7/01	Fabricação de azulejos e pisos	2342-7/01	R\$ 500,00
2342-7/02	Fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção, exceto azulejos e pisos	2342-7/02	R\$ 1.000,00
2349-4/01	Fabricação de material sanitário de cerâmica	2349-4/01	R\$ 500,00
2349-4/99	Fabricação de produtos cerâmicos não-refratários não especificados anteriormente	2349-4/99	R\$ 1.000,00
2391-5/01	Britamento de pedras, exceto associado à extração	2391-5/01	R\$ 1.000,00
2391-5/02	Aparelhamento de pedras para construção, exceto associado à extração	2391-5/02	R\$ 1.000,00
2391-5/03	Aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras	2391-5/03	R\$ 1.000,00
2392-3/00	Fabricação de cal e gesso	2392-3/00	R\$ 1.000,00
2399-1/01	Decoração, lapidação, gravação, vitrificação e outros trabalhos em cerâmica, louça, vidro e cristal	2399-1/01	R\$ 1.000,00
2399-1/02	Fabricação de abrasivos	2399-1/99	R\$ 3.000,00
2399-1/99	Fabricação de outros produtos de minerais não-metálicos não especificados anteriormente	2399-1/99	R\$ 3.000,00
2411-3/00	Produção de ferro-gusa	2411-3/00	R\$ 3.000,00
2412-1/00	Produção de ferroligas	2412-1/00	R\$ 3.000,00



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

2421-1/00	Produção de semi-acabados de aço	2421-1/00	R\$ 3.000,00
2422-9/01	Produção de laminados planos de aço ao carbono, revestidos ou não	2422-9/01	R\$ 3.000,00
2422-9/02	Produção de laminados planos de aços especiais	2422-9/02	R\$ 3.000,00
2423-7/01	Produção de tubos de aço sem costura	2423-7/01	R\$ 3.000,00
2423-7/02	Produção de laminados longos de aço, exceto tubos	2423-7/02	R\$ 3.000,00
2424-5/01	Produção de arames de aço	2424-5/01	R\$ 3.000,00
2424-5/02	Produção de relaminados, trefilados e perfilados de aço, exceto arames	2424-5/02	R\$ 3.000,00
2431-8/00	Produção de tubos de aço com costura	2431-8/00	R\$ 3.000,00
2439-3/00	Produção de outros tubos de ferro e aço	2439-3/00	R\$ 3.000,00
2441-5/01	Produção de alumínio e suas ligas em formas primárias	2441-5/01	R\$ 3.000,00
2441-5/02	Produção de laminados de alumínio	2441-5/02	R\$ 3.000,00
2442-3/00	Metalurgia dos metais preciosos	2442-3/00	R\$ 3.000,00
2443-1/00	Metalurgia do cobre	2443-1/00	R\$ 3.000,00
2449-1/01	Produção de zinco em formas primárias	2449-1/01	R\$ 3.000,00
2449-1/02	Produção de laminados de zinco	2449-1/02	R\$ 3.000,00
2449-1/03	Produção de soldas e ânodos para galvanoplastia	2449-1/03	R\$ 3.000,00
2449-1/99	Metalurgia de outros metais não-ferrosos e suas ligas não especificados anteriormente	2449-1/99	R\$ 3.000,00
2451-2/00	Fundição de ferro e aço	2451-2/00	R\$ 3.000,00
2452-1/00	Fundição de metais não-ferrosos e suas ligas	2452-1/00	R\$ 3.000,00
2511-0/00	Fabricação de estruturas metálicas	2511-0/00	R\$ 3.000,00
2512-8/00	Fabricação de esquadrias de metal	2512-8/00	R\$ 500,00
2513-6/00	Fabricação de obras de caldeiraria pesada	2513-6/00	R\$ 1.000,00
2521-7/00	Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras para aquecimento central	2521-7/00	R\$ 1.000,00
2522-5/00	Fabricação de caldeiras geradoras de vapor, exceto para aquecimento central e para veículos	2522-5/00	R\$ 1.000,00
2531-4/01	Produção de forjados de aço	2531-4/01	R\$ 3.000,00



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

2531-4/02	Produção de forjados de metais não-ferrosos e suas ligas	2531-4/02	R\$ 3.000,00
2532-2/01	Produção de artefatos estampados de metal	2532-2/01	R\$ 3.000,00
2532-2/02	Metalurgia do pó	2532-2/02	R\$ 3.000,00
2539-0/01	Serviços de usinagem, tornearia e solda	2539-0/00	R\$ 1.000,00
2539-0/02	Serviços de tratamento e revestimento em metais	2539-0/00	R\$ 1.000,00
2541-1/00	Fabricação de artigos de cutelaria	2541-1/00	R\$ 500,00
2542-0/00	Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias	2542-0/00	R\$ 500,00
2543-8/00	Fabricação de ferramentas	2543-8/00	R\$ 1.000,00
2550-1/01	Fabricação de equipamento bélico pesado, exceto veículos militares de combate	2550-1/01	R\$ 3.000,00
2550-1/02	Fabricação de armas de fogo, outras armas e munições	2550-1/02	R\$ 3.000,00
2591-8/00	Fabricação de embalagens metálicas	2591-8/00	R\$ 500,00
2592-6/01	Fabricação de produtos de trefilados de metal padronizados	2592-6/01	R\$ 3.000,00
2592-6/02	Fabricação de produtos de trefilados de metal, exceto padronizados	2592-6/02	R\$ 3.000,00
2593-4/00	Fabricação de artigos de metal para uso doméstico e pessoal	2593-4/00	R\$ 3.000,00
2599-3/01	Serviços de confecção de armações metálicas para a construção	2599-3/01	R\$ 1.000,00
2599-3/02	Serviço de corte e dobra de metais	2599-3/99	R\$ 1.000,00
2599-3/99	Fabricação de outros produtos de metal não especificados anteriormente	2599-3/99	R\$ 1.000,00
2610-8/00	Fabricação de componentes eletrônicos	2610-8/00	R\$ 1.000,00
2621-3/00	Fabricação de equipamentos de informática	2621-3/00	R\$ 1.000,00
2622-1/00	Fabricação de periféricos para equipamentos de informática	2622-1/00	R\$ 1.000,00
2631-1/00	Fabricação de equipamentos transmissores de comunicação, peças e acessórios	2631-1/00	R\$ 1.000,00
2632-9/00	Fabricação de aparelhos telefônicos e de outros equipamentos de comunicação, peças e acessórios	2632-9/00	R\$ 1.000,00
2640-0/00	Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo	2640-0/00	R\$ 1.000,00



Lei nº. 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

2651-5/00	Fabricação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle	2651-5/00	R\$ 1.000,00
2652-3/00	Fabricação de cronômetros e relógios	2652-3/00	R\$ 3.000,00
2660-4/00	Fabricação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação	2660-4/00	R\$ 1.000,00
2670-1/01	Fabricação de equipamentos e instrumentos ópticos, peças e acessórios	2670-1/01	R\$ 1.000,00
2670-1/02	Fabricação de aparelhos fotográficos e cinematográficos, peças e acessórios	2670-1/02	R\$ 3.000,00
2680-9/00	Fabricação de mídias virgens, magnéticas e ópticas	2680-9/00	R\$ 1.000,00
2710-4/01	Fabricação de geradores de corrente contínua e alternada, peças e acessórios	2710-4/01	R\$ 1.000,00
2710-4/02	Fabricação de transformadores, indutores, conversores, sincronizadores e semelhantes, peças e acessórios	2710-4/02	R\$ 1.000,00
2710-4/03	Fabricação de motores elétricos, peças e acessórios	2710-4/03	R\$ 1.000,00
2721-0/00	Fabricação de pilhas, baterias e acumuladores elétricos, exceto para veículos automotores	2721-0/00	R\$ 1.000,00
2722-8/01	Fabricação de baterias e acumuladores para veículos automotores	2722-8/01	R\$ 1.000,00
2722-8/02	Recondicionamento de baterias e acumuladores para veículos automotores	2722-8/02	R\$ 500,00
2731-7/00	Fabricação de aparelhos e equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica	2731-7/00	R\$ 1.000,00
2732-5/00	Fabricação de material elétrico para instalações em circuito de consumo	2732-5/00	R\$ 3.000,00
2733-3/00	Fabricação de fios, cabos e condutores elétricos isolados	2733-3/00	R\$ 3.000,00
2740-6/01	Fabricação de lâmpadas	2740-6/01	R\$ 3.000,00
2740-6/02	Fabricação de luminárias e outros equipamentos de iluminação	2740-6/02	R\$ 1.000,00
2751-1/00	Fabricação de fogões, refrigeradores e máquinas de lavar e secar para uso doméstico, peças e acessórios	2751-1/00	R\$ 1.000,00
2759-7/01	Fabricação de aparelhos elétricos de uso pessoal, peças e acessórios	2759-7/01	R\$ 1.000,00





Lei nº. 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

2759-7/99	Fabricação de outros aparelhos eletrodomésticos não especificados anteriormente, peças e acessórios	2759-7/99	R\$ 1.000,00
2790-2/01	Fabricação de eletrodos, contatos e outros artigos de carvão e grafita para uso elétrico, eletroímãs e isoladores	2790-2/01	R\$ 1.000,00
2790-2/02	Fabricação de equipamentos para sinalização e alarme	2790-2/02	R\$ 1.000,00
2790-2/99	Fabricação de outros equipamentos e aparelhos elétricos não especificados anteriormente	2790-2/99	R\$ 1.000,00
2811-9/00	Fabricação de motores e turbinas, peças e acessórios, exceto para aviões e veículos rodoviários	2811-9/00	R\$ 1.000,00
2812-7/00	Fabricação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, peças e acessórios, exceto válvulas	2812-7/00	R\$ 1.000,00
2813-5/00	Fabricação de válvulas, registros e dispositivos semelhantes, peças e acessórios	2813-5/00	R\$ 1.000,00
2814-3/01	Fabricação de compressores para uso industrial, peças e acessórios	2814-3/01	R\$ 1.000,00
2814-3/02	Fabricação de compressores para uso não-industrial, peças e acessórios	2814-3/02	R\$ 1.000,00
2815-1/01	Fabricação de rolamentos para fins industriais	2815-1/01	R\$ 1.000,00
2815-1/02	Fabricação de equipamentos de transmissão para fins industriais, exceto rolamentos	2815-1/02	R\$ 1.000,00
2821-6/01	Fabricação de fornos industriais, aparelhos e equipamentos não-elétricos para instalações térmicas, peças e acessórios	2821-6/01	R\$ 1.000,00
2821-6/02	Fabricação de estufas e fornos elétricos para fins industriais, peças e acessórios	2821-6/02	R\$ 1.000,00
2822-4/01	Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de pessoas, peças e acessórios	2822-4/01	R\$ 1.000,00
2822-4/02	Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas, peças e acessórios	2822-4/02	R\$ 1.000,00
2823-2/00	Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial, peças e acessórios	2823-2/00	R\$ 1.000,00
2824-1/01	Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso industrial	2824-1/01	R\$ 1.000,00



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

2824-1/02	Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso não-industrial	2824-1/02	R\$ 1.000,00
2825-9/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para saneamento básico e ambiental, peças e acessórios	2825-9/00	R\$ 1.000,00
2829-1/01	Fabricação de máquinas de escrever, calcular e outros equipamentos não-eletrônicos para escritório, peças e acessórios	2829-1/01	R\$ 1.000,00
2829-1/99	Fabricação de outras máquinas e equipamentos de uso geral não especificados anteriormente, peças e acessórios	2829-1/99	R\$ 1.000,00
2831-3/00	Fabricação de tratores agrícolas, peças e acessórios	2831-3/00	R\$ 1.000,00
2832-1/00	Fabricação de equipamentos para irrigação agrícola, peças e acessórios	2832-1/00	R\$ 1.000,00
2833-0/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, peças e acessórios, exceto para irrigação	2833-0/00	R\$ 1.000,00
2840-2/00	Fabricação de máquinas-ferramenta, peças e acessórios	2840-2/00	R\$ 1.000,00
2851-8/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo, peças e acessórios	2851-8/00	R\$ 1.000,00
2852-6/00	Fabricação de outras máquinas e equipamentos para uso na extração mineral, peças e acessórios, exceto na extração de petróleo	2852-6/00	R\$ 1.000,00
2853-4/00	Fabricação de tratores, peças e acessórios, exceto agrícolas	2853-4/00	R\$ 1.000,00
2854-2/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para terraplenagem, pavimentação e construção, peças e acessórios, exceto tratores	2854-2/00	R\$ 1.000,00
2861-5/00	Fabricação de máquinas para a indústria metalúrgica, peças e acessórios, exceto máquinas-ferramenta	2861-5/00	R\$ 1.000,00
2862-3/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo, peças e acessórios	2862-3/00	R\$ 1.000,00
2863-1/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil, peças e acessórios	2863-1/00	R\$ 1.000,00



Lei nº. 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

2864-0/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias do vestuário, do couro e de calçados, peças e acessórios	2864-0/00	R\$ 1.000,00
2865-8/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de celulose, papel e papelão e artefatos, peças e acessórios	2865-8/00	R\$ 1.000,00
2866-6/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria do plástico, peças e acessórios	2866-6/00	R\$ 1.000,00
2869-1/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial específico não especificados anteriormente, peças e acessórios	2869-1/00	R\$ 1.000,00
2910-7/01	Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários	2910-7/01	R\$ 3.000,00
2910-7/02	Fabricação de chassis com motor para automóveis, camionetas e utilitários	2910-7/02	R\$ 3.000,00
2910-7/03	Fabricação de motores para automóveis, camionetas e utilitários	2910-7/03	R\$ 3.000,00
2920-4/01	Fabricação de caminhões e ônibus	2920-4/01	R\$ 3.000,00
2920-4/02	Fabricação de motores para caminhões e ônibus	2920-4/02	R\$ 3.000,00
2930-1/01	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para caminhões	2930-1/01	R\$ 1.000,00
2930-1/02	Fabricação de carrocerias para ônibus	2930-1/02	R\$ 3.000,00
2930-1/03	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para outros veículos automotores, exceto caminhões e ônibus	2930-1/03	R\$ 1.000,00
2941-7/00	Fabricação de peças e acessórios para o sistema motor de veículos automotores	2941-7/00	R\$ 1.000,00
2942-5/00	Fabricação de peças e acessórios para os sistemas de marcha e transmissão de veículos automotores	2942-5/00	R\$ 1.000,00
2943-3/00	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de freios de veículos automotores	2943-3/00	R\$ 1.000,00
2944-1/00	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de direção e suspensão de veículos automotores	2944-1/00	R\$ 1.000,00
2945-0/00	Fabricação de material elétrico e eletrônico para veículos automotores, exceto baterias	2945-0/00	R\$ 1.000,00
2949-2/01	Fabricação de bancos e estofados para veículos automotores	2949-2/01	R\$ 1.000,00



Lei nº. 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

2949-2/99	Fabricação de outras peças e acessórios para veículos automotores não especificadas anteriormente	2949-2/99	R\$ 1.000,00
2950-6/00	Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores	2950-6/00	R\$ 1.000,00
3011-3/01	Construção de embarcações de grande porte	3011-3/01	R\$ 3.000,00
3011-3/02	Construção de embarcações para uso comercial e para usos especiais, exceto de grande porte	3011-3/02	R\$ 3.000,00
3012-1/00	Construção de embarcações para esporte e lazer	3012-1/00	R\$ 3.000,00
3031-8/00	Fabricação de locomotivas, vagões e outros materiais rodantes	3031-8/00	R\$ 3.000,00
3032-6/00	Fabricação de peças e acessórios para veículos ferroviários	3032-6/00	R\$ 3.000,00
3041-5/00	Fabricação de aeronaves	3041-5/00	R\$ 3.000,00
3042-3/00	Fabricação de turbinas, motores e outros componentes e peças para aeronaves	3042-3/00	R\$ 3.000,00
3050-4/00	Fabricação de veículos militares de combate	3050-4/00	R\$ 3.000,00
3091-1/01	Fabricação de motocicletas	3091-1/00	R\$ 3.000,00
3091-1/02	Fabricação de peças e acessórios para motocicletas	3091-1/00	R\$ 3.000,00
3092-0/00	Fabricação de bicicletas e triciclos não-motorizados, peças e acessórios	3092-0/00	R\$ 3.000,00
3099-7/00	Fabricação de equipamentos de transporte não especificados anteriormente	3099-7/00	R\$ 3.000,00
3101-2/00	Fabricação de móveis com predominância de madeira	3101-2/00	R\$ 3.000,00
3102-1/00	Fabricação de móveis com predominância de metal	3102-1/00	R\$ 3.000,00
3103-9/00	Fabricação de móveis de outros materiais, exceto madeira e metal	3103-9/00	R\$ 3.000,00
3104-7/00	Fabricação de colchões	3104-7/00	R\$ 500,00
3211-6/01	Lapidação de gemas	3211-6/01	R\$ 3.000,00
3211-6/02	Fabricação de artefatos de joalheria e ourivesaria	3211-6/02	R\$ 3.000,00
3211-6/03	Cunhagem de moedas e medalhas	3211-6/03	R\$ 3.000,00
3212-4/00	Fabricação de bijuterias e artefatos semelhantes	3212-4/00	R\$ 300,00
3220-5/00	Fabricação de instrumentos musicais, peças e acessórios	3220-5/00	R\$ 3.000,00



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

3230-2/00	Fabricação de artefatos para pesca e esporte	3230-2/00	R\$ 500,00
3240-0/01	Fabricação de jogos eletrônicos	3240-0/01	R\$ 500,00
3240-0/02	Fabricação de mesas de bilhar, de sinuca e acessórios não associada à locação	3240-0/02	R\$ 500,00
3240-0/03	Fabricação de mesas de bilhar, de sinuca e acessórios associada à locação	3240-0/03	R\$ 500,00
3240-0/99	Fabricação de outros brinquedos e jogos recreativos não especificados anteriormente	3240-0/99	R\$ 500,00
3250-7/01	Fabricação de instrumentos não-eletrônicos e utensílios para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório	3250-7/01	R\$ 500,00
3250-7/02	Fabricação de mobiliário para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório	3250-7/02	R\$ 500,00
3250-7/03	Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral sob encomenda	3250-7/03	R\$ 500,00
3250-7/04	Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral, exceto sob encomenda	3250-7/04	R\$ 500,00
3250-7/05	Fabricação de materiais para medicina e odontologia	3250-7/05	R\$ 500,00
3250-7/06	Serviços de prótese dentária	3250-7/06	R\$ 500,00
3250-7/07	Fabricação de artigos ópticos	3250-7/07	R\$ 500,00
3250-7/09	Serviços de laboratórios ópticos	3250-7/07	R\$ 500,00
3291-4/00	Fabricação de escovas, pincéis e vassouras	3291-4/00	R\$ 500,00
3292-2/01	Fabricação de roupas de proteção e segurança e resistentes a fogo	3292-2/01	R\$ 500,00
3292-2/02	Fabricação de equipamentos e acessórios para segurança pessoal e profissional	3292-2/02	R\$ 500,00
3299-0/01	Fabricação de guarda-chuvas e similares	3299-0/01	R\$ 500,00
3299-0/02	Fabricação de canetas, lápis e outros artigos para escritório	3299-0/02	R\$ 500,00
3299-0/03	Fabricação de letras, letreiros e placas de qualquer material, exceto luminosos	3299-0/03	R\$ 500,00



Lei nº. 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

3299-0/04	Fabricação de painéis e letreiros luminosos	3299-0/04	R\$ 500,00
3299-0/05	Fabricação de aviamentos para costura	3299-0/05	R\$ 500,00
3299-0/06	Fabricação de velas, inclusive decorativas	3299-0/99	R\$ 500,00
3299-0/99	Fabricação de produtos diversos não especificados anteriormente	3299-0/99	R\$ 500,00
3311-2/00	Manutenção e reparação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras, exceto para veículos	3311-2/00	R\$ 1.000,00
3312-1/02	Manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle	3312-1/02	R\$ 1.000,00
3312-1/03	Manutenção e reparação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação	3312-1/03	R\$ 500,00
3312-1/04	Manutenção e reparação de equipamentos e instrumentos ópticos	3312-1/04	R\$ 500,00
3313-9/01	Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos	3313-9/01	R\$ 1.000,00
3313-9/02	Manutenção e reparação de baterias e acumuladores elétricos, exceto para veículos	3313-9/02	R\$ 500,00
3313-9/99	Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente	3313-9/99	R\$ 500,00
3314-7/01	Manutenção e reparação de máquinas motrizes não-elétricas	3314-7/01	R\$ 500,00
3314-7/02	Manutenção e reparação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, exceto válvulas	3314-7/02	R\$ 500,00
3314-7/03	Manutenção e reparação de válvulas industriais	3314-7/03	R\$ 500,00
3314-7/04	Manutenção e reparação de compressores	3314-7/04	R\$ 500,00
3314-7/05	Manutenção e reparação de equipamentos de transmissão para fins industriais	3314-7/05	R\$ 500,00
3314-7/06	Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e equipamentos para instalações térmicas	3314-7/06	R\$ 500,00
3314-7/07	Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial	3314-7/07	R\$ 500,00
3314-7/08	Manutenção e reparação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas	3314-7/08	R\$ 500,00



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

3314-7/09	Manutenção e reparação de máquinas de escrever, calcular e de outros equipamentos não-eletrônicos para escritório	3314-7/09	R\$ 500,00
3314-7/10	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral não especificados anteriormente	3314-7/10	R\$ 500,00
3314-7/11	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária	3314-7/11	R\$ 500,00
3314-7/12	Manutenção e reparação de tratores agrícolas	3314-7/12	R\$ 500,00
3314-7/13	Manutenção e reparação de máquinas-ferramenta	3314-7/13	R\$ 500,00
3314-7/14	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo	3314-7/14	R\$ 500,00
3314-7/15	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso na extração mineral, exceto na extração de petróleo	3314-7/15	R\$ 500,00
3314-7/16	Manutenção e reparação de tratores, exceto agrícolas	3314-7/16	R\$ 500,00
3314-7/17	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos de terraplenagem, pavimentação e construção, exceto tratores	3314-7/17	R\$ 500,00
3314-7/18	Manutenção e reparação de máquinas para a indústria metalúrgica, exceto máquinas-ferramenta	3314-7/18	R\$ 500,00
3314-7/19	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo	3314-7/19	R\$ 500,00
3314-7/20	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil, do vestuário, do couro e calçados	3314-7/20	R\$ 500,00
3314-7/21	Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos para a indústria de celulose, papel e papelão e artefatos	3314-7/21	R\$ 500,00
3314-7/22	Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos para a indústria do plástico	3314-7/22	R\$ 500,00
3314-7/99	Manutenção e reparação de outras máquinas e equipamentos para usos industriais não especificados anteriormente	3314-7/99	R\$ 500,00
3315-5/00	Manutenção e reparação de veículos ferroviários	3315-5/00	R\$ 500,00
3316-3/01	Manutenção e reparação de aeronaves, exceto a manutenção na pista	3316-3/01	R\$ 500,00
3316-3/02	Manutenção de aeronaves na pista	3316-3/02	R\$



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

			3.000,00
3317-1/01	Manutenção e reparação de embarcações e estruturas flutuantes	3317-1/01	R\$ 500,00
3317-1/02	Manutenção e reparação de embarcações para esporte e lazer	3317-1/02	R\$ 500,00
3319-8/00	Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente	3319-8/00	R\$ 500,00
3321-0/00	Instalação de máquinas e equipamentos industriais	3321-0/00	R\$ 500,00
3329-5/01	Serviços de montagem de móveis de qualquer material	3329-5/01	R\$ 500,00
3329-5/99	Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente	3329-5/99	R\$ 500,00
3511-5/01	Geração de energia elétrica	3511-5/00	R\$ 3.000,00
3511-5/02	Atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica	3511-5/00	R\$ 3.000,00
3512-3/00	Transmissão de energia elétrica	3512-3/00	R\$ 3.000,00
3513-1/00	Comércio atacadista de energia elétrica	3513-1/00	R\$ 3.000,00
3514-0/00	Distribuição de energia elétrica	3514-0/00	R\$ 3.000,00
3520-4/01	Produção de gás; processamento de gás natural	3520-4/01	R\$ 3.000,00
3520-4/02	Distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas	3520-4/02	R\$ 3.000,00
3530-1/00	Produção e distribuição de vapor, água quente e ar condicionado	3530-1/00	R\$ 3.000,00
3600-6/01	Captação, tratamento e distribuição de água	3600-6/01	R\$ 3.000,00
3600-6/02	Distribuição de água por caminhões	3600-6/02	R\$ 500,00
3701-1/00	Gestão de redes de esgoto	3701-1/00	R\$ 1.000,00
3702-9/00	Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes	3702-9/00	R\$ 500,00
3811-4/00	Coleta de resíduos não-perigosos	3811-4/00	R\$ 1.000,00
3812-2/00	Coleta de resíduos perigosos	3812-2/00	R\$ 1.000,00
3821-1/00	Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos	3821-1/00	R\$ 1.000,00
3822-0/00	Tratamento e disposição de resíduos perigosos	3822-0/00	R\$ 1.000,00
3831-9/01	Recuperação de sucatas de alumínio	3831-9/01	R\$ 500,00
3831-9/99	Recuperação de materiais metálicos, exceto alumínio	3831-9/99	R\$ 500,00





Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

3832-7/00	Recuperação de materiais plásticos	3832-7/00	R\$ 500,00
3839-4/01	Usinas de compostagem	3839-4/01	R\$ 500,00
3839-4/99	Recuperação de materiais não especificados anteriormente	3839-4/99	R\$ 500,00
3900-5/00	Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos	3900-5/00	R\$ 1.000,00
4110-7/00	Incorporação de empreendimentos imobiliários	4110-7/00	R\$ 1.000,00
4120-4/00	Construção de edifícios	4120-4/00	R\$ 1.000,00
4211-1/01	Construção de rodovias e ferrovias	4211-1/01	R\$ 1.000,00
4211-1/02	Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos	4211-1/02	R\$ 1.000,00
4212-0/00	Construção de obras-de-arte especiais	4212-0/00	R\$ 1.000,00
4213-8/00	Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas	4213-8/00	R\$ 1.000,00
4221-9/01	Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica	4221-9/01	R\$ 1.000,00
4221-9/02	Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica	4221-9/02	R\$ 1.000,00
4221-9/03	Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica	4221-9/03	R\$ 1.000,00
4221-9/04	Construção de estações e redes de telecomunicações	4221-9/04	R\$ 1.000,00
4221-9/05	Manutenção de estações e redes de telecomunicações	4221-9/05	R\$ 1.000,00
4222-7/01	Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação	4222-7/01	R\$ 1.000,00
4222-7/02	Obras de irrigação	4222-7/02	R\$ 1.000,00
4223-5/00	Construção de redes de transportes por dutos, exceto para água e esgoto	4223-5/00	R\$ 3.000,00
4291-0/00	Obras portuárias, marítimas e fluviais	4291-0/00	R\$ 3.000,00
4292-8/01	Montagem de estruturas metálicas	4292-8/01	R\$ 3.000,00
4292-8/02	Obras de montagem industrial	4292-8/02	R\$ 3.000,00
4299-5/01	Construção de instalações esportivas e recreativas	4299-5/01	R\$ 1.000,00
4299-5/99	Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente	4299-5/99	R\$ 1.000,00
4311-8/01	Demolição de edifícios e outras estruturas	4311-8/01	R\$ 1.000,00
4311-8/02	Preparação de canteiro e limpeza de terreno	4311-8/02	R\$ 1.000,00



Lei nº. 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

4312-6/00	Perfurações e sondagens	4312-6/00	R\$ 3.000,00
4313-4/00	Obras de terraplenagem	4313-4/00	R\$ 1.000,00
4319-3/00	Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente	4319-3/00	R\$ 1.000,00
4321-5/00	Instalação e manutenção elétrica	4321-5/00	R\$ 500,00
4322-3/01	Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás	4322-3/01	R\$ 1.000,00
4322-3/02	Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração	4322-3/02	R\$ 1.000,00
4322-3/03	Instalações de sistema de prevenção contra incêndio	4322-3/03	R\$ 1.000,00
4329-1/01	Instalação de painéis publicitários	4329-1/01	R\$ 500,00
4329-1/02	Instalação de equipamentos para orientação à navegação marítima, fluvial e lacustre	4329-1/02	R\$ 1.000,00
4329-1/03	Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes	4329-1/03	R\$ 500,00
4329-1/04	Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos	4329-1/04	R\$ 1.000,00
4329-1/05	Tratamentos térmicos, acústicos ou de vibração	4329-1/05	R\$ 500,00
4329-1/99	Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente	4329-1/99	R\$ 1.000,00
4330-4/01	Impermeabilização em obras de engenharia civil	4330-4/01	R\$ 500,00
4330-4/02	Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material	4330-4/02	R\$ 500,00
4330-4/03	Obras de acabamento em gesso e estuque	4330-4/03	R\$ 500,00
4330-4/04	Serviços de pintura de edifícios em geral	4330-4/04	R\$ 500,00
4330-4/05	Aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores	4330-4/05	R\$ 500,00
4330-4/99	Outras obras de acabamento da construção	4330-4/99	R\$ 500,00
4391-6/00	Obras de fundações	4391-6/00	R\$ 1.000,00
4399-1/01	Administração de obras	4399-1/01	R\$ 500,00
4399-1/02	Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias	4399-1/02	R\$ 500,00



Lei nº. 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

4399-1/03	Obras de alvenaria	4399-1/03	R\$ 500,00
4399-1/04	Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras	4399-1/04	R\$ 500,00
4399-1/05	Perfuração e construção de poços de água	4399-1/05	R\$ 500,00
4399-1/99	Serviços especializados para construção não especificados anteriormente	4399-1/99	R\$ 500,00
4511-1/01	Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos	4511-1/01	R\$ 2.000,00
4511-1/02	Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados	4511-1/02	R\$ 1.000,00
4511-1/03	Comércio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados	4511-1/03	R\$ 2.000,00
4511-1/04	Comércio por atacado de caminhões novos e usados	4511-1/04	R\$ 2.000,00
4511-1/05	Comércio por atacado de reboques e semi-reboques novos e usados	4511-1/05	R\$ 2.000,00
4511-1/06	Comércio por atacado de ônibus e microônibus novos e usados	4511-1/06	R\$ 2.000,00
4512-9/01	Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores	4512-9/01	R\$ 500,00
4512-9/02	Comércio sob consignação de veículos automotores	4512-9/02	R\$ 500,00
4520-0/01	Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores	4520-0/01	R\$ 500,00
4520-0/02	Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores	4520-0/02	R\$ 500,00
4520-0/03	Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores	4520-0/03	R\$ 500,00
4520-0/04	Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores	4520-0/04	R\$ 500,00
4520-0/05	Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores	4520-0/05	R\$ 500,00
4520-0/06	Serviços de borracharia para veículos automotores	4520-0/06	R\$ 500,00
4520-0/07	Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores	4520-0/07	R\$ 500,00
4520-0/08	Serviços de capotaria	4520-0/01	R\$ 300,00
4530-7/01	Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores	4530-7/01	R\$ 1.000,00
4530-7/02	Comércio por atacado de pneumáticos e câmaras-de-ar	4530-7/02	R\$ 1.000,00



Lei nº. 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

4530-7/03	Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores	4530-7/03	R\$ 500,00
4530-7/04	Comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores	4530-7/04	R\$ 500,00
4530-7/05	Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar	4530-7/05	R\$ 500,00
4530-7/06	Representantes comerciais e agentes do comércio de peças e acessórios novos e usados para veículos automotores	4530-7/06	R\$ 500,00
4541-2/01	Comércio por atacado de motocicletas e motonetas	4541-2/01	R\$ 1.000,00
4541-2/02	Comércio por atacado de peças e acessórios para motocicletas e motonetas	4541-2/02	R\$ 1.000,00
4541-2/03	Comércio a varejo de motocicletas e motonetas novas	4541-2/03	R\$ 1.000,00
4541-2/04	Comércio a varejo de motocicletas e motonetas usadas	4541-2/04	R\$ 500,00
4541-2/05	Comércio a varejo de peças e acessórios para motocicletas e motonetas	4541-2/05	R\$ 500,00
4542-1/01	Representantes comerciais e agentes do comércio de motocicletas e motonetas, peças e acessórios	4542-1/01	R\$ 500,00
4542-1/02	Comércio sob consignação de motocicletas e motonetas	4542-1/02	R\$ 500,00
4543-9/00	Manutenção e reparação de motocicletas e motonetas	4543-9/00	R\$ 300,00
4611-7/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de matérias-primas agrícolas e animais vivos	4611-7/00	R\$ 500,00
4612-5/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de combustíveis, minerais, produtos siderúrgicos e químicos	4612-5/00	R\$ 500,00
4613-3/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de madeira, material de construção e ferragens	4613-3/00	R\$ 500,00
4614-1/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves	4614-1/00	R\$ 500,00
4615-0/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de eletrodomésticos, móveis e artigos de uso doméstico	4615-0/00	R\$ 500,00



Lei nº. 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

4616-8/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de têxteis, vestuário, calçados e artigos de viagem	4616-8/00	R\$ 500,00
4617-6/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo	4617-6/00	R\$ 500,00
4618-4/01	Representantes comerciais e agentes do comércio de medicamentos, cosméticos e produtos de perfumaria	4618-4/01	R\$ 500,00
4618-4/02	Representantes comerciais e agentes do comércio de instrumentos e materiais odonto-médico-hospitalares	4618-4/02	R\$ 500,00
4618-4/03	Representantes comerciais e agentes do comércio de jornais, revistas e outras publicações	4618-4/03	R\$ 500,00
4618-4/99	Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente	4618-4/99	R\$ 500,00
4619-2/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado	4619-2/00	R\$ 500,00
4621-4/00	Comércio atacadista de café em grão	4621-4/00	R\$ 2.000,00
4622-2/00	Comércio atacadista de soja	4622-2/00	R\$ 2.000,00
4623-1/01	Comércio atacadista de animais vivos	4623-1/01	R\$ 2.000,00
4623-1/02	Comércio atacadista de couros, lãs, peles e outros subprodutos não-comestíveis de origem animal	4623-1/02	R\$ 2.000,00
4623-1/03	Comércio atacadista de algodão	4623-1/03	R\$ 2.000,00
4623-1/04	Comércio atacadista de fumo em folha não beneficiado	4623-1/04	R\$ 2.000,00
4623-1/05	Comércio atacadista de cacau	4623-1/05	R\$ 2.000,00
4623-1/06	Comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas	4623-1/06	R\$ 2.000,00
4623-1/07	Comércio atacadista de sisal	4623-1/07	R\$ 2.000,00
4623-1/08	Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	4623-1/08	R\$ 2.000,00
4623-1/09	Comércio atacadista de alimentos para animais	4623-1/09	R\$ 2.000,00
4623-1/99	Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas não especificadas anteriormente	4623-1/99	R\$ 2.000,00
4631-1/00	Comércio atacadista de leite e laticínios	4631-1/00	R\$



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

			2.000,00
4632-0/01	Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados	4632-0/01	R\$ 2.000,00
4632-0/02	Comércio atacadista de farinhas, amidos e féculas	4632-0/02	R\$ 2.000,00
4632-0/03	Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados, farinhas, amidos e féculas, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	4632-0/03	R\$ 2.000,00
4633-8/01	Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos	4633-8/01	R\$ 2.000,00
4633-8/02	Comércio atacadista de aves vivas e ovos	4633-8/02	R\$ 2.000,00
4633-8/03	Comércio atacadista de coelhos e outros pequenos animais vivos para alimentação	4633-8/03	R\$ 2.000,00
4634-6/01	Comércio atacadista de carnes bovinas e suínas e derivados	4634-6/01	R\$ 2.000,00
4634-6/02	Comércio atacadista de aves abatidas e derivados	4634-6/02	R\$ 2.000,00
4634-6/03	Comércio atacadista de pescados e frutos do mar	4634-6/03	R\$ 2.000,00
4634-6/99	Comércio atacadista de carnes e derivados de outros animais	4634-6/99	R\$ 2.000,00
4635-4/01	Comércio atacadista de água mineral	4635-4/01	R\$ 2.000,00
4635-4/02	Comércio atacadista de cerveja, chope e refrigerante	4635-4/02	R\$ 2.000,00
4635-4/03	Comércio atacadista de bebidas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	4635-4/03	R\$ 2.000,00
4635-4/99	Comércio atacadista de bebidas não especificadas anteriormente	4635-4/99	R\$ 2.000,00
4636-2/01	Comércio atacadista de fumo beneficiado	4636-2/01	R\$ 2.000,00
4636-2/02	Comércio atacadista de cigarros, cigarrilhas e charutos	4636-2/02	R\$ 2.000,00
4637-1/01	Comércio atacadista de café torrado, moído e solúvel	4637-1/01	R\$ 2.000,00
4637-1/02	Comércio atacadista de açúcar	4637-1/02	R\$ 2.000,00
4637-1/03	Comércio atacadista de óleos e gorduras	4637-1/03	R\$ 2.000,00
4637-1/04	Comércio atacadista de pães, bolos, biscoitos e similares	4637-1/04	R\$ 2.000,00
4637-1/05	Comércio atacadista de massas alimentícias	4637-1/05	R\$ 2.000,00



Lei nº. 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

4637-1/06	Comércio atacadista de sorvetes	4637-1/06	R\$ 2.000,00
4637-1/07	Comércio atacadista de chocolates, confeitos, balas, bombons e semelhantes	4637-1/07	R\$ 2.000,00
4637-1/99	Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente	4637-1/99	R\$ 2.000,00
4639-7/01	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral	4639-7/01	R\$ 2.000,00
4639-7/02	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	4639-7/02	R\$ 2.000,00
4641-9/01	Comércio atacadista de tecidos	4641-9/01	R\$ 2.000,00
4641-9/02	Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho	4641-9/02	R\$ 2.000,00
4641-9/03	Comércio atacadista de artigos de armarinho	4641-9/03	R\$ 2.000,00
4642-7/01	Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança	4642-7/01	R\$ 2.000,00
4642-7/02	Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho	4642-7/02	R\$ 2.000,00
4643-5/01	Comércio atacadista de calçados	4643-5/01	R\$ 2.000,00
4643-5/02	Comércio atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem	4643-5/02	R\$ 2.000,00
4644-3/01	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano	4644-3/01	R\$ 2.000,00
4644-3/02	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário	4644-3/02	R\$ 2.000,00
4645-1/01	Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios	4645-1/01	R\$ 2.000,00
4645-1/02	Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia	4645-1/02	R\$ 2.000,00
4645-1/03	Comércio atacadista de produtos odontológicos	4645-1/03	R\$ 2.000,00
4646-0/01	Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria	4646-0/01	R\$ 2.000,00
4646-0/02	Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal	4646-0/02	R\$ 2.000,00
4647-8/01	Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria	4647-8/01	R\$ 2.000,00
4647-8/02	Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações	4647-8/02	R\$ 2.000,00



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

4649-4/01	Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico	4649-4/01	R\$ 2.000,00
4649-4/02	Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico	4649-4/02	R\$ 2.000,00
4649-4/03	Comércio atacadista de bicicletas, triciclos e outros veículos recreativos	4649-4/03	R\$ 2.000,00
4649-4/04	Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria	4649-4/04	R\$ 2.000,00
4649-4/05	Comércio atacadista de artigos de tapeçaria; persianas e cortinas	4649-4/05	R\$ 2.000,00
4649-4/06	Comércio atacadista de lustres, luminárias e abajures	4649-4/06	R\$ 2.000,00
4649-4/07	Comércio atacadista de filmes, CDs, DVDs, fitas e discos	4649-4/07	R\$ 2.000,00
4649-4/08	Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar	4649-4/08	R\$ 2.000,00
4649-4/09	Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	4649-4/09	R\$ 2.000,00
4649-4/10	Comércio atacadista de jóias, relógios e bijuterias, inclusive pedras preciosas e semipreciosas lapidadas	4649-4/10	R\$ 2.000,00
4649-4/99	Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente	4649-4/99	R\$ 2.000,00
4651-6/01	Comércio atacadista de equipamentos de informática	4651-6/01	R\$ 2.000,00
4651-6/02	Comércio atacadista de suprimentos para informática	4651-6/02	R\$ 2.000,00
4652-4/00	Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação	4652-4/00	R\$ 2.000,00
4661-3/00	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças	4661-3/00	R\$ 2.000,00
4662-1/00	Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças	4662-1/00	R\$ 2.000,00
4663-0/00	Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças	4663-0/00	R\$ 2.000,00
4664-8/00	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças	4664-8/00	R\$ 2.000,00





Lei nº. 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

4665-6/00	Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças	4665-6/00	R\$ 2.000,00
4669-9/01	Comércio atacadista de bombas e compressores; partes e peças	4669-9/01	R\$ 2.000,00
4669-9/99	Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças	4669-9/99	R\$ 2.000,00
4671-1/00	Comércio atacadista de madeira e produtos derivados	4671-1/00	R\$ 2.000,00
4672-9/00	Comércio atacadista de ferragens e ferramentas	4672-9/00	R\$ 2.000,00
4673-7/00	Comércio atacadista de material elétrico	4673-7/00	R\$ 2.000,00
4674-5/00	Comércio atacadista de cimento	4674-5/00	R\$ 2.000,00
4679-6/01	Comércio atacadista de tintas, vernizes e similares	4679-6/01	R\$ 2.000,00
4679-6/02	Comércio atacadista de mármore e granitos	4679-6/02	R\$ 2.000,00
4679-6/03	Comércio atacadista de vidros, espelhos e vitrais	4679-6/03	R\$ 2.000,00
4679-6/04	Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente	4679-6/04	R\$ 2.000,00
4679-6/99	Comércio atacadista de materiais de construção em geral	4679-6/99	R\$ 2.000,00
4681-8/01	Comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes, não realizado por transportador retalhista (TRR)	4681-8/01	R\$ 2.000,00
4681-8/02	Comércio atacadista de combustíveis realizado por transportador retalhista (TRR)	4681-8/02	R\$ 2.000,00
4681-8/03	Comércio atacadista de combustíveis de origem vegetal, exceto álcool carburante	4681-8/03	R\$ 2.000,00
4681-8/04	Comércio atacadista de combustíveis de origem mineral em bruto	4681-8/04	R\$ 2.000,00
4681-8/05	Comércio atacadista de lubrificantes	4681-8/05	R\$ 2.000,00
4682-6/00	Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	4682-6/00	R\$ 2.000,00
4683-4/00	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo	4683-4/00	R\$ 2.000,00
4684-2/01	Comércio atacadista de resinas e elastômeros	4684-2/01	R\$ 2.000,00
4684-2/02	Comércio atacadista de solventes	4684-2/02	R\$



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

			2.000,00
4684-2/99	Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente	4684-2/99	R\$ 2.000,00
4685-1/00	Comércio atacadista de produtos siderúrgicos e metalúrgicos, exceto para construção	4685-1/00	R\$ 2.000,00
4686-9/01	Comércio atacadista de papel e papelão em bruto	4686-9/01	R\$ 2.000,00
4686-9/02	Comércio atacadista de embalagens	4686-9/02	R\$ 2.000,00
4687-7/01	Comércio atacadista de resíduos de papel e papelão	4687-7/01	R\$ 2.000,00
4687-7/02	Comércio atacadista de resíduos e sucatas não-metálicos, exceto de papel e papelão	4687-7/02	R\$ 2.000,00
4687-7/03	Comércio atacadista de resíduos e sucatas metálicos	4687-7/03	R\$ 2.000,00
4689-3/01	Comércio atacadista de produtos da extração mineral, exceto combustíveis	4689-3/01	R\$ 2.000,00
4689-3/02	Comércio atacadista de fios e fibras têxteis beneficiados	4689-3/02	R\$ 2.000,00
4689-3/99	Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente	4689-3/99	R\$ 2.000,00
4691-5/00	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios	4691-5/00	R\$ 2.000,00
4692-3/00	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários	4692-3/00	R\$ 2.000,00
4693-1/00	Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários	4693-1/00	R\$ 2.000,00
4711-3/01	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados	4711-3/01	R\$ 2.000,00
4711-3/02	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados	4711-3/02	R\$ 1.000,00
4712-1/00	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	4712-1/00	R\$ 500,00
4713-0/01	Lojas de departamentos ou magazines	4713-0/01	R\$ 1.000,00
4713-0/02	Lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines	4713-0/02	R\$ 500,00



Lei nº. 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

4713-0/03	Lojas duty free de aeroportos internacionais	4713-0/03	R\$ 1.000,00
4721-1/02	Padaria e confeitaria com predominância de revenda	4721-1/02	R\$ 500,00
4721-1/03	Comércio varejista de laticínios e frios	4721-1/03	R\$ 500,00
4721-1/04	Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes	4721-1/04	R\$ 500,00
4722-9/01	Comércio varejista de carnes - açougues	4722-9/01	R\$ 300,00
4722-9/02	Peixaria	4722-9/02	R\$ 300,00
4723-7/00	Comércio varejista de bebidas	4723-7/00	R\$ 500,00
4724-5/00	Comércio varejista de hortifrutigranjeiros	4724-5/00	R\$ 300,00
4729-6/01	Tabacaria	4729-6/01	R\$ 300,00
4729-6/02	Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência	4729-6/99	R\$ 500,00
4729-6/99	Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente	4729-6/99	R\$ 1.000,00
4731-8/00	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	4731-8/00	R\$ 2.000,00
4732-6/00	Comércio varejista de lubrificantes	4732-6/00	R\$ 1.000,00
4741-5/00	Comércio varejista de tintas e materiais para pintura	4741-5/00	R\$ 500,00
4742-3/00	Comércio varejista de material elétrico	4742-3/00	R\$ 500,00
4743-1/00	Comércio varejista de vidros	4743-1/00	R\$ 500,00
4744-0/01	Comércio varejista de ferragens e ferramentas	4744-0/01	R\$ 500,00
4744-0/02	Comércio varejista de madeira e artefatos	4744-0/02	R\$ 500,00
4744-0/03	Comércio varejista de materiais hidráulicos	4744-0/03	R\$ 300,00
4744-0/04	Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas	4744-0/04	R\$ 500,00
4744-0/05	Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente	4744-0/05	R\$ 500,00
4744-0/06	Comércio varejista de pedras para revestimento	4744-0/05	R\$ 500,00
4744-0/99	Comércio varejista de materiais de construção em geral	4744-0/99	R\$ 1.000,00



Lei nº. 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

4751-2/01	Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática	4751-2/00	R\$ 500,00
4751-2/02	Recarga de cartuchos para equipamentos de informática	4751-2/00	R\$ 300,00
4752-1/00	Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação	4752-1/00	R\$ 500,00
4753-9/00	Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo	4753-9/00	R\$ 500,00
4754-7/01	Comércio varejista de móveis	4754-7/01	R\$ 300,00
4754-7/02	Comércio varejista de artigos de colchoaria	4754-7/02	R\$ 300,00
4754-7/03	Comércio varejista de artigos de iluminação	4754-7/03	R\$ 500,00
4755-5/01	Comércio varejista de tecidos	4755-5/01	R\$ 500,00
4755-5/02	Comercio varejista de artigos de armarinho	4755-5/02	R\$ 500,00
4755-5/03	Comercio varejista de artigos de cama, mesa e banho	4755-5/03	R\$ 500,00
4756-3/00	Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios	4756-3/00	R\$ 500,00
4757-1/00	Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação	4757-1/00	R\$ 500,00
4759-8/01	Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas	4759-8/01	R\$ 500,00
4759-8/99	Comércio varejista de outros artigos de uso doméstico não especificados anteriormente	4759-8/99	R\$ 500,00
4761-0/01	Comércio varejista de livros	4761-0/01	R\$ 300,00
4761-0/02	Comércio varejista de jornais e revistas	4761-0/02	R\$ 300,00
4761-0/03	Comércio varejista de artigos de papelaria	4761-0/03	R\$ 300,00
4762-8/00	Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas	4762-8/00	R\$ 500,00
4763-6/01	Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos	4763-6/01	R\$ 500,00
4763-6/02	Comércio varejista de artigos esportivos	4763-6/02	R\$ 500,00
4763-6/03	Comércio varejista de bicicletas e triciclos; peças e acessórios	4763-6/03	R\$ 500,00
4763-6/04	Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping	4763-6/04	R\$ 500,00



Lei nº. 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

4763-6/05	Comércio varejista de embarcações e outros veículos recreativos; peças e acessórios	4763-6/05	R\$ 500,00
4771-7/01	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas	4771-7/01	R\$ 500,00
4771-7/02	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, com manipulação de fórmulas	4771-7/02	R\$ 500,00
4771-7/03	Comércio varejista de produtos farmacêuticos homeopáticos	4771-7/03	R\$ 500,00
4771-7/04	Comércio varejista de medicamentos veterinários	4771-7/04	R\$ 500,00
4772-5/00	Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	4772-5/00	R\$ 500,00
4773-3/00	Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos	4773-3/00	R\$ 500,00
4774-1/00	Comércio varejista de artigos de óptica	4774-1/00	R\$ 500,00
4781-4/00	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	4781-4/00	R\$ 500,00
4782-2/01	Comércio varejista de calçados	4782-2/01	R\$ 500,00
4782-2/02	Comércio varejista de artigos de viagem	4782-2/02	R\$ 500,00
4783-1/01	Comércio varejista de artigos de joalheria	4783-1/01	R\$ 500,00
4783-1/02	Comércio varejista de artigos de relojoaria	4783-1/02	R\$ 500,00
4784-9/00	Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	4784-9/00	R\$ 1.000,00
4785-7/01	Comércio varejista de antiguidades	4785-7/01	R\$ 500,00
4785-7/99	Comércio varejista de outros artigos usados	4785-7/99	R\$ 500,00
4789-0/01	Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos	4789-0/01	R\$ 500,00
4789-0/02	Comércio varejista de plantas e flores naturais	4789-0/02	R\$ 500,00
4789-0/03	Comércio varejista de objetos de arte	4789-0/03	R\$ 500,00
4789-0/04	Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação	4789-0/04	R\$ 500,00
4789-0/05	Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários	4789-0/05	R\$ 500,00
4789-0/06	Comércio varejista de fogos de artifício e artigos pirotécnicos	4789-0/06	R\$ 500,00



Lei nº. 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

4789-0/07	Comércio varejista de equipamentos para escritório	4789-0/07	R\$, 500,00
4789-0/08	Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem	4789-0/08	R\$ 500,00
4789-0/09	Comércio varejista de armas e munições	4789-0/09	R\$ 500,00
4789-0/99	Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente	4789-0/99	R\$ 500,00
4911-6/00	Transporte ferroviário de carga	4911-6/00	R\$ 1.000,00
4912-4/01	Transporte ferroviário de passageiros intermunicipal e interestadual	4912-4/01	R\$ 1.000,00
4912-4/02	Transporte ferroviário de passageiros municipal e em região metropolitana	4912-4/02	R\$ 1.000,00
4912-4/03	Transporte metroviário	4912-4/03	R\$ 1.000,00
4921-3/01	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal	4921-3/01	R\$ 1.000,00
4921-3/02	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal em região metropolitana	4921-3/02	R\$ 1.000,00
4922-1/01	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, exceto em região metropolitana	4922-1/01	R\$ 1.000,00
4922-1/02	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, interestadual	4922-1/02	R\$ 1.000,00
4922-1/03	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, internacional	4922-1/03	R\$ 1.000,00
4923-0/01	Serviço de táxi	4923-0/01	R\$ 128,00
4923-0/02	Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista	4923-0/02	R\$ 500,00
4924-8/00	Transporte escolar	4924-8/00	R\$ 500,00
4929-9/01	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal	4929-9/01	R\$ 1.000,00
4929-9/02	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional	4929-9/02	R\$ 1.000,00
4929-9/03	Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, municipal	4929-9/03	R\$ 1.000,00
4929-9/04	Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, intermunicipal, interestadual e internacional	4929-9/04	R\$ 1.000,00



Lei nº. 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

4929-9/99	Outros transportes rodoviários de passageiros não especificados anteriormente	4929-9/99	R\$ 1.000,00
4930-2/01	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal	4930-2/01	R\$ 1.000,00
4930-2/02	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional	4930-2/02	R\$ 1.000,00
4930-2/03	Transporte rodoviário de produtos perigosos	4930-2/03	R\$ 3.000,00
4930-2/04	Transporte rodoviário de mudanças	4930-2/04	R\$ 1.000,00
4940-0/00	Transporte dutoviário	4940-0/00	R\$ 3.000,00
4950-7/00	Trens turísticos, teleféricos e similares	4950-7/00	R\$ 3.000,00
5011-4/01	Transporte marítimo de cabotagem - Carga	5011-4/01	R\$ 3.000,00
5011-4/02	Transporte marítimo de cabotagem - passageiros	5011-4/02	R\$ 3.000,00
5012-2/01	Transporte marítimo de longo curso - Carga	5012-2/01	R\$ 3.000,00
5012-2/02	Transporte marítimo de longo curso - Passageiros	5012-2/02	R\$ 3.000,00
5021-1/01	Transporte por navegação interior de carga, municipal, exceto travessia	5021-1/01	R\$ 3.000,00
5021-1/02	Transporte por navegação interior de carga, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia	5021-1/02	R\$ 3.000,00
5022-0/01	Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, municipal, exceto travessia	5022-0/01	R\$ 3.000,00
5022-0/02	Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia	5022-0/02	R\$ 3.000,00
5030-1/01	Navegação de apoio marítimo	5030-1/01	R\$ 3.000,00
5030-1/02	Navegação de apoio portuário	5030-1/02	R\$ 3.000,00
5091-2/01	Transporte por navegação de travessia, municipal	5091-2/01	R\$ 3.000,00
5091-2/02	Transporte por navegação de travessia, intermunicipal	5091-2/02	R\$ 3.000,00
5099-8/01	Transporte aquaviário para passeios turísticos	5099-8/01	R\$ 3.000,00
5099-8/99	Outros transportes aquaviários não especificados anteriormente	5099-8/99	R\$ 3.000,00



Lei nº. 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

5111-1/00	Transporte aéreo de passageiros regular	5111-1/00	R\$ 3.000,00
5112-9/01	Serviço de táxi aéreo e locação de aeronaves com tripulação	5112-9/01	R\$ 3.000,00
5112-9/99	Outros serviços de transporte aéreo de passageiros não-regular	5112-9/99	R\$ 3.000,00
5120-0/00	Transporte aéreo de carga	5120-0/00	R\$ 3.000,00
5130-7/00	Transporte espacial	5130-7/00	R\$ 3.000,00
5211-7/01	Armazéns gerais - emissão de warrant	5211-7/01	R\$ 3.000,00
5211-7/02	Guarda-móveis	5211-7/02	R\$ 500,00
5211-7/99	Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis	5211-7/99	R\$ 500,00
5212-5/00	Carga e descarga	5212-5/00	R\$ 3.000,00
5221-4/00	Concessionárias de rodovias, pontes, túneis e serviços relacionados	5221-4/00	R\$ 3.000,00
5222-2/00	Terminais rodoviários e ferroviários	5222-2/00	R\$ 3.000,00
5223-1/00	Estacionamento de veículos	5223-1/00	R\$ 500,00
5229-0/01	Serviços de apoio ao transporte por táxi, inclusive centrais de chamada	5229-0/01	R\$ 500,00
5229-0/02	Serviços de reboque de veículos	5229-0/02	R\$ 500,00
5229-0/99	Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente	5229-0/99	R\$ 500,00
5231-1/01	Administração da infra-estrutura portuária	5231-1/01	R\$ 3.000,00
5231-1/02	Operações de terminais	5231-1/02	R\$ 3.000,00
5232-0/00	Atividades de agenciamento marítimo	5232-0/00	R\$ 1.000,00
5239-7/00	Atividades auxiliares dos transportes aquaviários não especificadas anteriormente	5239-7/00	R\$ 1.000,00
5240-1/01	Operação dos aeroportos e campos de aterrissagem	5240-1/01	R\$ 1.000,00
5240-1/99	Atividades auxiliares dos transportes aéreos, exceto operação dos aeroportos e campos de aterrissagem	5240-1/99	R\$ 1.000,00
5250-8/01	Comissaria de despachos	5250-8/01	R\$ 1.000,00
5250-8/02	Atividades de despachantes aduaneiros	5250-8/02	R\$ 500,00
5250-8/03	Agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo	5250-8/03	R\$ 1.000,00





Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

5250-8/04	Organização logística do transporte de carga	5250-8/04	R\$ 1.000,00
5250-8/05	Operador de transporte multimodal - OTM	5250-8/05	R\$ 1.000,00
5310-5/01	Atividades do Correio Nacional	5310-5/01	R\$ 3.000,00
5310-5/02	Atividades de franquias e permissionárias do Correio Nacional	5310-5/02	R\$ 500,00
5320-2/01	Serviços de malote não realizados pelo Correio Nacional	5320-2/01	R\$ 500,00
5320-2/02	Serviços de entrega rápida	5320-2/02	R\$ 500,00
5510-8/01	Hotéis	5510-8/01	R\$ 1.000,00
5510-8/02	Apart-hotéis	5510-8/02	R\$ 1.000,00
5510-8/03	Motéis	5510-8/03	R\$ 1.000,00
5590-6/01	Albergues, exceto assistenciais	5590-6/01	R\$ 500,00
5590-6/02	Campings	5590-6/02	R\$ 1.000,00
5590-6/03	Pensões (alojamento)	5590-6/03	R\$ 500,00
5590-6/99	Outros alojamentos não especificados anteriormente	5590-6/99	R\$ 1.000,00
5611-2/01	Restaurantes e similares	5611-2/01	R\$ 500,00
5611-2/02	Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas	5611-2/02	R\$ 500,00
5611-2/03	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	5611-2/03	R\$ 500,00
5612-1/00	Serviços ambulantes de alimentação	5612-1/00	R\$ 300,00
5620-1/01	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas	5620-1/01	R\$ 500,00
5620-1/02	Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê	5620-1/02	R\$ 500,00
5620-1/03	Cantinas - serviços de alimentação privativos	5620-1/03	R\$ 500,00
5620-1/04	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar	5620-1/04	R\$ 300,00
5811-5/00	Edição de livros	5811-5/00	R\$ 500,00
5812-3/00	Edição de jornais	5812-3/00	R\$ 500,00
5813-1/00	Edição de revistas	5813-1/00	R\$ 500,00
5819-1/00	Edição de cadastros, listas e outros produtos gráficos	5819-1/00	R\$ 500,00
5821-2/00	Edição integrada à impressão de livros	5821-2/00	R\$ 500,00



Lei nº. 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

5822-1/00	Edição integrada à impressão de jornais	5822-1/00	R\$ 500,00
5823-9/00	Edição integrada à impressão de revistas	5823-9/00	R\$ 500,00
5829-8/00	Edição integrada à impressão de cadastros, listas e outros produtos gráficos	5829-8/00	R\$ 1.000,00
5911-1/01	Estúdios cinematográficos	5911-1/01	R\$ 1.000,00
5911-1/02	Produção de filmes para publicidade	5911-1/02	R\$ 500,00
5911-1/99	Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente	5911-1/99	R\$ 500,00
5912-0/01	Serviços de dublagem	5912-0/01	R\$ 500,00
5912-0/02	Serviços de mixagem sonora em produção audiovisual	5912-0/02	R\$ 500,00
5912-0/99	Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente	5912-0/99	R\$ 500,00
5913-8/00	Distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão	5913-8/00	R\$ 500,00
5914-6/00	Atividades de exibição cinematográfica	5914-6/00	R\$ 500,00
5920-1/00	Atividades de gravação de som e de edição de música	5920-1/00	R\$ 500,00
6010-1/00	Atividades de rádio	6010-1/00	R\$ 1.000,00
6021-7/00	Atividades de televisão aberta	6021-7/00	R\$ 1.000,00
6022-5/01	Programadoras	6022-5/01	R\$ 500,00
6022-5/02	Atividades relacionadas à televisão por assinatura, exceto programadoras	6022-5/02	R\$ 500,00
6110-8/01	Serviços de telefonia fixa comutada - STFC	6110-8/01	R\$ 8.400,00
6110-8/02	Serviços de redes de transporte de telecomunicações - SRTT	6110-8/02	R\$ 8.400,00
6110-8/03	Serviços de comunicação multimídia - SCM	6110-8/03	R\$ 8.400,00
6110-8/99	Serviços de telecomunicações por fio não especificados anteriormente	6110-8/99	R\$ 8.400,00
6120-5/01	Telefonia móvel celular	6120-5/01	R\$ 8.400,00
6120-5/02	Serviço móvel especializado - SME	6120-5/02	R\$ 8.400,00
6120-5/99	Serviços de telecomunicações sem fio não especificados anteriormente	6120-5/99	R\$ 8.400,00
6130-2/00	Telecomunicações por satélite	6130-2/00	R\$ 8.400,00



Lei nº. 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

6141-8/00	Operadoras de televisão por assinatura por cabo	6141-8/00	R\$ 8.400,00
6142-6/00	Operadoras de televisão por assinatura por microondas	6142-6/00	R\$ 8.400,00
6143-4/00	Operadoras de televisão por assinatura por satélite	6143-4/00	R\$ 8.400,00
6190-6/01	Provedores de acesso às redes de comunicações	6190-6/01	R\$ 8.400,00
6190-6/02	Provedores de voz sobre protocolo internet - VOIP	6190-6/02	R\$ 8.400,00
6190-6/99	Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente	6190-6/99	R\$ 8.400,00
6201-5/00	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda	6201-5/00	R\$ 300,00
6202-3/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis	6202-3/00	R\$ 300,00
6203-1/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis	6203-1/00	R\$ 300,00
6204-0/00	Consultoria em tecnologia da informação	6204-0/00	R\$ 300,00
6209-1/00	Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação	6209-1/00	R\$ 300,00
6311-9/00	Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet	6311-9/00	R\$ 300,00
6319-4/00	Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet	6319-4/00	R\$ 300,00
6391-7/00	Agências de notícias	6391-7/00	R\$ 300,00
6399-2/00	Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente	6399-2/00	R\$ 300,00
6410-7/00	Banco Central	6410-7/00	R\$ 3.000,00
6421-2/00	Bancos comerciais	6421-2/00	R\$ 3.000,00
6422-1/00	Bancos múltiplos, com carteira comercial	6422-1/00	R\$ 3.000,00
6423-9/00	Caixas econômicas	6423-9/00	R\$ 3.000,00
6424-7/01	Bancos cooperativos	6424-7/01	R\$ 3.000,00
6424-7/02	Cooperativas centrais de crédito	6424-7/02	R\$ 3.000,00
6424-7/03	Cooperativas de crédito mútuo	6424-7/03	R\$ 3.000,00
6424-7/04	Cooperativas de crédito rural	6424-7/04	R\$ 3.000,00



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

5822-1/00	Edição integrada à impressão de jornais	5822-1/00	R\$ 500,00
5823-9/00	Edição integrada à impressão de revistas	5823-9/00	R\$ 500,00
5829-8/00	Edição integrada à impressão de cadastros, listas e outros produtos gráficos	5829-8/00	R\$ 1.000,00
5911-1/01	Estúdios cinematográficos	5911-1/01	R\$ 1.000,00
5911-1/02	Produção de filmes para publicidade	5911-1/02	R\$ 500,00
5911-1/99	Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente	5911-1/99	R\$ 500,00
5912-0/01	Serviços de dublagem	5912-0/01	R\$ 500,00
5912-0/02	Serviços de mixagem sonora em produção audiovisual	5912-0/02	R\$ 500,00
5912-0/99	Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente	5912-0/99	R\$ 500,00
5913-8/00	Distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão	5913-8/00	R\$ 500,00
5914-6/00	Atividades de exibição cinematográfica	5914-6/00	R\$ 500,00
5920-1/00	Atividades de gravação de som e de edição de música	5920-1/00	R\$ 500,00
6010-1/00	Atividades de rádio	6010-1/00	R\$ 1.000,00
6021-7/00	Atividades de televisão aberta	6021-7/00	R\$ 1.000,00
6022-5/01	Programadoras	6022-5/01	R\$ 500,00
6022-5/02	Atividades relacionadas à televisão por assinatura, exceto programadoras	6022-5/02	R\$ 500,00
6110-8/01	Serviços de telefonia fixa comutada - STFC	6110-8/01	R\$ 3.000,00
6110-8/02	Serviços de redes de transporte de telecomunicações - SRTT	6110-8/02	R\$ 3.000,00
6110-8/03	Serviços de comunicação multimídia - SCM	6110-8/03	R\$ 3.000,00
6110-8/99	Serviços de telecomunicações por fio não especificados anteriormente	6110-8/99	R\$ 3.000,00
6120-5/01	Telefonia móvel celular	6120-5/01	R\$ 3.000,00
6120-5/02	Serviço móvel especializado - SME	6120-5/02	R\$ 3.000,00
6120-5/99	Serviços de telecomunicações sem fio não especificados anteriormente	6120-5/99	R\$ 3.000,00
6130-2/00	Telecomunicações por satélite	6130-2/00	R\$ 3.000,00



Lei nº. 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

6141-8/00	Operadoras de televisão por assinatura por cabo	6141-8/00	R\$ 3.000,00
6142-6/00	Operadoras de televisão por assinatura por microondas	6142-6/00	R\$ 3.000,00
6143-4/00	Operadoras de televisão por assinatura por satélite	6143-4/00	R\$ 3.000,00
6190-6/01	Provedores de acesso às redes de comunicações	6190-6/01	R\$ 3.000,00
6190-6/02	Provedores de voz sobre protocolo internet - VOIP	6190-6/02	R\$ 3.000,00
6190-6/99	Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente	6190-6/99	R\$ 3.000,00
6201-5/00	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda	6201-5/00	R\$ 300,00
6202-3/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis	6202-3/00	R\$ 300,00
6203-1/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis	6203-1/00	R\$ 300,00
6204-0/00	Consultoria em tecnologia da informação	6204-0/00	R\$ 300,00
6209-1/00	Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação	6209-1/00	R\$ 300,00
6311-9/00	Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet	6311-9/00	R\$ 300,00
6319-4/00	Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet	6319-4/00	R\$ 300,00
6391-7/00	Agências de notícias	6391-7/00	R\$ 300,00
6399-2/00	Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente	6399-2/00	R\$ 300,00
6410-7/00	Banco Central	6410-7/00	R\$ 3.000,00
6421-2/00	Bancos comerciais	6421-2/00	R\$ 3.000,00
6422-1/00	Bancos múltiplos, com carteira comercial	6422-1/00	R\$ 3.000,00
6423-9/00	Caixas econômicas	6423-9/00	R\$ 3.000,00
6424-7/01	Bancos cooperativos	6424-7/01	R\$ 3.000,00
6424-7/02	Cooperativas centrais de crédito	6424-7/02	R\$ 3.000,00
6424-7/03	Cooperativas de crédito mútuo	6424-7/03	R\$ 3.000,00
6424-7/04	Cooperativas de crédito rural	6424-7/04	R\$ 3.000,00



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

6431-0/00	Bancos múltiplos, sem carteira comercial	6431-0/00	R\$ 3.000,00
6432-8/00	Bancos de investimento	6432-8/00	R\$ 3.000,00
6433-6/00	Bancos de desenvolvimento	6433-6/00	R\$ 3.000,00
6434-4/00	Agências de fomento	6434-4/00	R\$ 3.000,00
6435-2/01	Sociedades de crédito imobiliário	6435-2/01	R\$ 3.000,00
6435-2/02	Associações de poupança e empréstimo	6435-2/02	R\$ 3.000,00
6435-2/03	Companhias hipotecárias	6435-2/03	R\$ 3.000,00
6436-1/00	Sociedades de crédito, financiamento e investimento - financeiras	6436-1/00	R\$ 3.000,00
6437-9/00	Sociedades de crédito ao microempreendedor	6437-9/00	R\$ 3.000,00
6438-7/01	Bancos de câmbio	6438-7/01	R\$ 3.000,00
6438-7/99	Outras instituições de intermediação não-monetária não especificadas anteriormente	6438-7/99	R\$ 3.000,00
6440-9/00	Arrendamento mercantil	6440-9/00	R\$ 3.000,00
6450-6/00	Sociedades de capitalização	6450-6/00	R\$ 3.000,00
6461-1/00	Holdings de instituições financeiras	6461-1/00	R\$ 3.000,00
6462-0/00	Holdings de instituições não-financeiras	6462-0/00	R\$ 3.000,00
6463-8/00	Outras sociedades de participação, exceto holdings	6463-8/00	R\$ 3.000,00
6470-1/01	Fundos de investimento, exceto previdenciários e imobiliários	6470-1/01	R\$ 3.000,00
6470-1/02	Fundos de investimento previdenciários	6470-1/02	R\$ 3.000,00
6470-1/03	Fundos de investimento imobiliários	6470-1/03	R\$ 3.000,00
6491-3/00	Sociedades de fomento mercantil - factoring	6491-3/00	R\$ 3.000,00
6492-1/00	Securitização de créditos	6492-1/00	R\$ 3.000,00
6493-0/00	Administração de consórcios para aquisição de bens e direitos	6493-0/00	R\$ 3.000,00
6499-9/01	Clubes de investimento	6499-9/01	R\$ 3.000,00
6499-9/02	Sociedades de investimento	6499-9/02	R\$ 3.000,00
6499-9/03	Fundo garantidor de crédito	6499-9/03	R\$ 3.000,00
6499-9/04	Caixas de financiamento de corporações	6499-9/04	R\$ 3.000,00



Lei nº. 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

6499-9/05	Concessão de crédito pelas OSCIP	6499-9/05	R\$ 3.000,00
6499-9/99	Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente	6499-9/99	R\$ 3.000,00
6511-1/01	Seguros de vida	6511-1/01	R\$ 3.000,00
6511-1/02	Planos de auxílio-funeral	6511-1/02	R\$ 1.000,00
6512-0/00	Seguros não-vida	6512-0/00	R\$ 1.000,00
6520-1/00	Seguros-saúde	6520-1/00	R\$ 1.000,00
6530-8/00	Resseguros	6530-8/00	R\$ 3.000,00
6541-3/00	Previdência complementar fechada	6541-3/00	R\$ 1.000,00
6542-1/00	Previdência complementar aberta	6542-1/00	R\$ 1.000,00
6550-2/00	Planos de saúde	6550-2/00	R\$ 3.000,00
6611-8/01	Bolsa de valores	6611-8/01	R\$ 3.000,00
6611-8/02	Bolsa de mercadorias	6611-8/02	R\$ 3.000,00
6611-8/03	Bolsa de mercadorias e futuros	6611-8/03	R\$ 3.000,00
6611-8/04	Administração de mercados de balcão organizados	6611-8/04	R\$ 3.000,00
6612-6/01	Corretoras de títulos e valores mobiliários	6612-6/01	R\$ 3.000,00
6612-6/02	Distribuidoras de títulos e valores mobiliários	6612-6/02	R\$ 3.000,00
6612-6/03	Corretoras de câmbio	6612-6/03	R\$ 3.000,00
6612-6/04	Corretoras de contratos de mercadorias	6612-6/04	R\$ 3.000,00
6612-6/05	Agentes de investimentos em aplicações financeiras	6612-6/05	R\$ 1.000,00
6613-4/00	Administração de cartões de crédito	6613-4/00	R\$ 1.000,00
6619-3/01	Serviços de liquidação e custódia	6619-3/01	R\$ 3.000,00
6619-3/02	Correspondentes de instituições financeiras	6619-3/02	R\$ 500,00
6619-3/03	Representações de bancos estrangeiros	6619-3/03	R\$ 3.000,00
6619-3/04	Caixas eletrônicos	6619-3/04	R\$ 1.000,00
6619-3/05	Operadoras de cartões de débito	6619-3/05	R\$ 3.000,00
6619-3/99	Outras atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente	6619-3/99	R\$ 1.000,00



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

6621-5/01	Peritos e avaliadores de seguros	6621-5/01	R\$ 1.000,00
6621-5/02	Auditoria e consultoria atuarial	6621-5/02	R\$ 1.000,00
6622-3/00	Corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde	6622-3/00	R\$ 1.000,00
6629-1/00	Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde não especificadas anteriormente	6629-1/00	R\$ 1.000,00
6630-4/00	Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão	6630-4/00	R\$ 1.000,00
6810-2/01	Compra e venda de imóveis próprios	6810-2/01	R\$ 1.000,00
6810-2/02	Aluguel de imóveis próprios	6810-2/02	R\$ 1.000,00
6810-2/03	Loteamento de imóveis próprios	6810-2/01	R\$ 1.000,00
6821-8/01	Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis	6821-8/01	R\$ 1.000,00
6821-8/02	Corretagem no aluguel de imóveis	6821-8/02	R\$ 1.000,00
6822-6/00	Gestão e administração da propriedade imobiliária	6822-6/00	R\$ 1.000,00
6911-7/01	Serviços advocatícios	6911-7/01	R\$ 500,00
6911-7/02	Atividades auxiliares da justiça	6911-7/02	R\$ 500,00
6911-7/03	Agente de propriedade industrial	6911-7/03	R\$ 1.000,00
6912-5/00	Cartórios	6912-5/00	R\$ 2.000,00
6920-6/01	Atividades de contabilidade	6920-6/01	R\$ 500,00
6920-6/02	Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária	6920-6/02	R\$ 500,00
7020-4/00	Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica	7020-4/00	R\$ 500,00
7111-1/00	Serviços de arquitetura	7111-1/00	R\$ 500,00
7112-0/00	Serviços de engenharia	7112-0/00	R\$ 500,00
7119-7/01	Serviços de cartografia, topografia e geodésia	7119-7/01	R\$ 500,00
7119-7/02	Atividades de estudos geológicos	7119-7/02	R\$ 500,00
7119-7/03	Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia	7119-7/03	R\$ 500,00
7119-7/04	Serviços de perícia técnica relacionados à segurança do trabalho	7119-7/04	R\$ 500,00





Lei nº. 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

7119-7/99	Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente	7119-7/99	R\$ 500,00
7120-1/00	Testes e análises técnicas	7120-1/00	R\$ 500,00
7210-0/00	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais	7210-0/00	R\$ 500,00
7220-7/00	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas	7220-7/00	R\$ 500,00
7311-4/00	Agências de publicidade	7311-4/00	R\$ 500,00
7312-2/00	Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação	7312-2/00	R\$ 500,00
7319-0/01	Criação de estandes para feiras e exposições	7319-0/01	R\$ 500,00
7319-0/02	Promoção de vendas	7319-0/02	R\$ 500,00
7319-0/03	Marketing direto	7319-0/03	R\$ 500,00
7319-0/04	Consultoria em publicidade	7319-0/04	R\$ 500,00
7319-0/99	Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente	7319-0/99	R\$ 500,00
7320-3/00	Pesquisas de mercado e de opinião pública	7320-3/00	R\$ 500,00
7410-2/01	Design	7410-2/01	R\$ 500,00
7410-2/02	Decoração de interiores	7410-2/02	R\$ 500,00
7420-0/01	Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina	7420-0/01	R\$ 500,00
7420-0/02	Atividades de produção de fotografias aéreas e submarinas	7420-0/02	R\$ 500,00
7420-0/03	Laboratórios fotográficos	7420-0/03	R\$ 500,00
7420-0/04	Filmagem de festas e eventos	7420-0/04	R\$ 500,00
7420-0/05	Serviços de microfilmagem	7420-0/05	R\$ 500,00
7490-1/01	Serviços de tradução, interpretação e similares	7490-1/01	R\$ 500,00
7490-1/02	Escafandria e mergulho	7490-1/02	R\$ 500,00
7490-1/03	Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias	7490-1/03	R\$ 500,00
7490-1/04	Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários	7490-1/04	R\$ 500,00



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

7490-1/05	Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas	7490-1/05	R\$ 500,00
7490-1/99	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente	7490-1/99	R\$ 500,00
7500-1/00	Atividades veterinárias	7500-1/00	R\$ 500,00
7711-0/00	Locação de automóveis sem condutor	7711-0/00	R\$ 1.000,00
7719-5/01	Locação de embarcações sem tripulação, exceto para fins recreativos	7719-5/01	R\$ 3.000,00
7719-5/02	Locação de aeronaves sem tripulação	7719-5/02	R\$ 3.000,00
7719-5/99	Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor	7719-5/99	R\$ 1.000,00
7721-7/00	Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos	7721-7/00	R\$ 500,00
7722-5/00	Aluguel de fitas de vídeo, DVDs e similares	7722-5/00	R\$ 500,00
7723-3/00	Aluguel de objetos do vestuário, jóias e acessórios	7723-3/00	R\$ 500,00
7729-2/01	Aluguel de aparelhos de jogos eletrônicos	7729-2/01	R\$ 500,00
7729-2/02	Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais	7729-2/02	R\$ 500,00
7729-2/03	Aluguel de material médico	7729-2/03	R\$ 500,00
7729-2/99	Aluguel de outros objetos pessoais e domésticos não especificados anteriormente	7729-2/99	R\$ 500,00
7731-4/00	Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador	7731-4/00	R\$ 1.000,00
7732-2/01	Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes	7732-2/01	R\$ 1.000,00
7732-2/02	Aluguel de andaimes	7732-2/02	R\$ 500,00
7733-1/00	Aluguel de máquinas e equipamentos para escritório	7733-1/00	R\$ 500,00
7739-0/01	Aluguel de máquinas e equipamentos para extração de minérios e petróleo, sem operador	7739-0/01	R\$ 1.000,00
7739-0/02	Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador	7739-0/02	R\$ 500,00
7739-0/03	Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes	7739-0/03	R\$ 500,00



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

7739-0/99	Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador	7739-0/99	R\$ 500,00
7740-3/00	Gestão de ativos intangíveis não-financeiros	7740-3/00	R\$ 500,00
7810-8/00	Seleção e agenciamento de mão-de-obra	7810-8/00	R\$ 500,00
7820-5/00	Locação de mão-de-obra temporária	7820-5/00	R\$ 500,00
7830-2/00	Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros	7830-2/00	R\$ 500,00
7911-2/00	Agências de viagens	7911-2/00	R\$ 500,00
7912-1/00	Operadores turísticos	7912-1/00	R\$ 500,00
7990-2/00	Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente	7990-2/00	R\$ 500,00
8011-1/01	Atividades de vigilância e segurança privada	8011-1/01	R\$ 500,00
8011-1/02	Serviços de adestramento de cães de guarda	8011-1/02	R\$ 500,00
8012-9/00	Atividades de transporte de valores	8012-9/00	R\$ 500,00
8020-0/00	Atividades de monitoramento de sistemas de segurança	8020-0/00	R\$ 500,00
8030-7/00	Atividades de investigação particular	8030-7/00	R\$ 500,00
8111-7/00	Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais	8111-7/00	R\$ 500,00
8112-5/00	Condomínios prediais	8112-5/00	R\$ 500,00
8121-4/00	Limpeza em prédios e em domicílios	8121-4/00	R\$ 500,00
8122-2/00	Imunização e controle de pragas urbanas	8122-2/00	R\$ 500,00
8129-0/00	Atividades de limpeza não especificadas anteriormente	8129-0/00	R\$ 500,00
8130-3/00	Atividades paisagísticas	8130-3/00	R\$ 500,00
8211-3/00	Serviços combinados de escritório e apoio administrativo	8211-3/00	R\$ 500,00
8219-9/01	Fotocópias	8219-9/01	R\$ 500,00
8219-9/99	Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente	8219-9/99	R\$ 500,00
8220-2/00	Atividades de teleatendimento	8220-2/00	R\$ 1.000,00
8230-0/01	Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas	8230-0/01	R\$ 1.000,00



Lei nº. 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

8230-0/02	Casas de festas e eventos	8230-0/02	R\$ 1.000,00
8291-1/00	Atividades de cobrança e informações cadastrais	8291-1/00	R\$ 1.000,00
8292-0/00	Envasamento e empacotamento sob contrato	8292-0/00	R\$ 1.000,00
8299-7/01	Medição de consumo de energia elétrica, gás e água	8299-7/01	R\$ 1.000,00
8299-7/02	Emissão de vales-alimentação, vales-transporte e similares	8299-7/02	R\$ 1.000,00
8299-7/03	Serviços de gravação de carimbos, exceto confecção	8299-7/03	R\$ 500,00
8299-7/04	Leiloeiros independentes	8299-7/04	R\$ 1.000,00
8299-7/05	Serviços de levantamento de fundos sob contrato	8299-7/05	R\$ 1.000,00
8299-7/06	Casas lotéricas	8299-7/06	R\$ 1.000,00
8299-7/07	Salas de acesso à internet	8299-7/07	R\$ 500,00
8299-7/99	Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente	8299-7/99	R\$ 500,00
8411-6/00	Administração pública em geral	8411-6/00	R\$ 2.000,00
8412-4/00	Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais	8412-4/00	R\$ 500,00
8413-2/00	Regulação das atividades econômicas	8413-2/00	R\$ 500,00
8421-3/00	Relações exteriores	8421-3/00	R\$ 3.000,00
8422-1/00	Defesa	8422-1/00	R\$ 3.000,00
8423-0/00	Justiça	8423-0/00	R\$ 3.000,00
8424-8/00	Segurança e ordem pública	8424-8/00	R\$ 3.000,00
8425-6/00	Defesa Civil	8425-6/00	R\$ 3.000,00
8430-2/00	Seguridade social obrigatória	8430-2/00	R\$ 500,00
8511-2/00	Educação infantil - creche	8511-2/00	R\$ 500,00
8512-1/00	Educação infantil - pré-escola	8512-1/00	R\$ 500,00
8513-9/00	Ensino fundamental	8513-9/00	R\$ 500,00
8520-1/00	Ensino médio	8520-1/00	R\$ 1.000,00
8531-7/00	Educação superior - graduação	8531-7/00	R\$ 1.000,00
8532-5/00	Educação superior - graduação e pós-graduação	8532-5/00	R\$ 1.000,00



Lei nº. 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

8533-3/00	Educação superior - pós-graduação e extensão	8533-3/00	R\$ 1.000,00
8541-4/00	Educação profissional de nível técnico	8541-4/00	R\$ 500,00
8542-2/00	Educação profissional de nível tecnológico	8542-2/00	R\$ 500,00
8550-3/01	Administração de caixas escolares	8550-3/01	R\$ 500,00
8550-3/02	Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares	8550-3/02	R\$ 500,00
8591-1/00	Ensino de esportes	8591-1/00	R\$ 500,00
8592-9/01	Ensino de dança	8592-9/01	R\$ 500,00
8592-9/02	Ensino de artes cênicas, exceto dança	8592-9/02	R\$ 500,00
8592-9/03	Ensino de música	8592-9/03	R\$ 500,00
8592-9/99	Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente	8592-9/99	R\$ 500,00
8593-7/00	Ensino de idiomas	8593-7/00	R\$ 500,00
8599-6/01	Formação de condutores	8599-6/01	R\$ 500,00
8599-6/02	Cursos de pilotagem	8599-6/02	R\$ 1.000,00
8599-6/03	Treinamento em informática	8599-6/03	R\$ 500,00
8599-6/04	Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial	8599-6/04	R\$ 500,00
8599-6/05	Cursos preparatórios para concursos	8599-6/05	R\$ 500,00
8599-6/99	Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente	8599-6/99	R\$ 500,00
8610-1/01	Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências	8610-1/01	R\$ 1.000,00
8610-1/02	Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências	8610-1/02	R\$ 1.000,00
8621-6/01	UTI móvel	8621-6/01	R\$ 1.000,00
8621-6/02	Serviços móveis de atendimento a urgências, exceto por UTI móvel	8621-6/02	R\$ 1.000,00
8622-4/00	Serviços de remoção de pacientes, exceto os serviços móveis de atendimento a urgências	8622-4/00	R\$ 1.000,00
8630-5/01	Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos	8630-5/01	R\$ 1.000,00



Lei nº. 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

8630-5/02	Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares	8630-5/02	R\$ 1.000,00
8630-5/03	Atividade médica ambulatorial restrita a consultas	8630-5/03	R\$ 1.000,00
8630-5/04	Atividade odontológica	8630-5/04	R\$ 1.000,00
8630-5/06	Serviços de vacinação e imunização humana	8630-5/06	R\$ 500,00
8630-5/07	Atividades de reprodução humana assistida	8630-5/07	R\$ 1.000,00
8630-5/99	Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente	8630-5/99	R\$ 1.000,00
8640-2/01	Laboratórios de anatomia patológica e citológica	8640-2/01	R\$ 1.000,00
8640-2/02	Laboratórios clínicos	8640-2/02	R\$ 1.000,00
8640-2/03	Serviços de diálise e nefrologia	8640-2/03	R\$ 1.000,00
8640-2/04	Serviços de tomografia	8640-2/04	R\$ 1.000,00
8640-2/05	Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia	8640-2/05	R\$ 1.000,00
8640-2/06	Serviços de ressonância magnética	8640-2/06	R\$ 1.000,00
8640-2/07	Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética	8640-2/07	R\$ 1.000,00
8640-2/08	Serviços de diagnóstico por registro gráfico - ECG, EEG e outros exames análogos	8640-2/08	R\$ 1.000,00
8640-2/09	Serviços de diagnóstico por métodos ópticos - endoscopia e outros exames análogos	8640-2/09	R\$ 1.000,00
8640-2/10	Serviços de quimioterapia	8640-2/10	R\$ 500,00
8640-2/11	Serviços de radioterapia	8640-2/11	R\$ 1.000,00
8640-2/12	Serviços de hemoterapia	8640-2/12	R\$ 1.000,00
8640-2/13	Serviços de litotripsia	8640-2/13	R\$ 1.000,00
8640-2/14	Serviços de bancos de células e tecidos humanos	8640-2/14	R\$ 1.000,00
8640-2/99	Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente	8640-2/99	R\$ 1.000,00
8650-0/01	Atividades de enfermagem	8650-0/01	R\$ 500,00
8650-0/02	Atividades de profissionais da nutrição	8650-0/02	R\$



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

			500,00
8650-0/03	Atividades de psicologia e psicanálise	8650-0/03	R\$ 500,00
8650-0/04	Atividades de fisioterapia	8650-0/04	R\$ 500,00
8650-0/05	Atividades de terapia ocupacional	8650-0/05	R\$ 500,00
8650-0/06	Atividades de fonoaudiologia	8650-0/06	R\$ 500,00
8650-0/07	Atividades de terapia de nutrição enteral e parenteral	8650-0/07	R\$ 500,00
8650-0/99	Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente	8650-0/99	R\$ 1.000,00
8660-7/00	Atividades de apoio à gestão de saúde	8660-7/00	R\$ 1.000,00
8690-9/01	Atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana	8690-9/01	R\$ 500,00
8690-9/01	Atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana	8690-9/01	R\$ 500,00
8690-9/02	Atividades de bancos de leite humano	8690-9/02	R\$ 500,00
8690-9/03	Atividades de acupuntura	8690-9/01	R\$ 500,00
8690-9/04	Atividades de podologia	8690-9/99	R\$ 500,00
8690-9/99	Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente	8690-9/99	R\$ 500,00
8711-5/01	Clínicas e residências geriátricas	8711-5/01	R\$ 1.000,00
8711-5/02	Instituições de longa permanência para idosos	8711-5/02	R\$ 1.000,00
8711-5/03	Atividades de assistência a deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes	8711-5/03	R\$ 1.000,00
8711-5/04	Centros de apoio a pacientes com câncer e com AIDS	8711-5/04	R\$ 1.000,00
8711-5/05	Condomínios residenciais para idosos	8711-5/05	R\$ 1.000,00
8712-3/00	Atividades de fornecimento de infraestrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio	8712-3/00	R\$ 1.000,00
8720-4/01	Atividades de centros de assistência psicossocial	8720-4/01	R\$ 1.000,00
8720-4/99	Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química não especificadas anteriormente	8720-4/99	R\$ 1.000,00
8730-1/01	Orfanatos	8730-1/01	R\$ 500,00
8730-1/02	Albergues assistenciais	8730-1/02	R\$



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

			1.000,00
8730-1/99	Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares não especificadas anteriormente	8730-1/99	R\$ 1.000,00
8800-6/00	Serviços de assistência social sem alojamento	8800-6/00	R\$ 1.000,00
9001-9/01	Produção teatral	9001-9/01	R\$ 1.000,00
9001-9/02	Produção musical	9001-9/02	R\$ 1.000,00
9001-9/03	Produção de espetáculos de dança	9001-9/03	R\$ 1.000,00
9001-9/04	Produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares	9001-9/04	R\$ 1.000,00
9001-9/05	Produção de espetáculos de rodeios, vaquejadas e similares	9001-9/05	R\$ 1.000,00
9001-9/06	Atividades de sonorização e de iluminação	9001-9/06	R\$ 1.000,00
9001-9/99	Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificados anteriormente	9001-9/99	R\$ 1.000,00
9002-7/01	Atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e escritores	9002-7/01	R\$ 1.000,00
9002-7/02	Restauração de obras de arte	9002-7/02	R\$ 300,00
9003-5/00	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas	9003-5/00	R\$ 1.000,00
9101-5/00	Atividades de bibliotecas e arquivos	9101-5/00	R\$ 300,00
9102-3/01	Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares	9102-3/01	R\$ 1.000,00
9102-3/02	Restauração e conservação de lugares e prédios históricos	9102-3/02	R\$ 1.000,00
9103-1/00	Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental	9103-1/00	R\$ 1.000,00
9200-3/01	Casas de bingo	9200-3/01	R\$ 3.000,00
9200-3/02	Exploração de apostas em corridas de cavalos	9200-3/02	R\$ 3.000,00
9200-3/99	Exploração de jogos de azar e apostas não especificados anteriormente	9200-3/99	R\$ 3.000,00
9311-5/00	Gestão de instalações de esportes	9311-5/00	R\$ 1.000,00
9312-3/00	Clubes sociais, esportivos e similares	9312-3/00	R\$ 500,00
9313-1/00	Atividades de condicionamento físico	9313-1/00	R\$





Lei nº. 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

			500,00
9319-1/01	Produção e promoção de eventos esportivos	9319-1/01	R\$ 500,00
9319-1/99	Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente	9319-1/99	R\$ 500,00
9321-2/00	Parques de diversão e parques temáticos	9321-2/00	R\$ 500,00
9329-8/01	Discotecas, danceterias, salões de dança e similares	9329-8/01	R\$ 500,00
9329-8/02	Exploração de boliches	9329-8/02	R\$ 500,00
9329-8/03	Exploração de jogos de sinuca, bilhar e similares	9329-8/03	R\$ 500,00
9329-8/04	Exploração de jogos eletrônicos recreativos	9329-8/04	R\$ 500,00
9329-8/99	Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente	9329-8/99	R\$ 500,00
9411-1/00	Atividades de organizações associativas patronais e empresariais	9411-1/00	R\$ 500,00
9412-0/00	Atividades de organizações associativas profissionais	9412-0/00	R\$ 500,00
9420-1/00	Atividades de organizações sindicais	9420-1/00	R\$ 300,00
9430-8/00	Atividades de associações de defesa de direitos sociais	9430-8/00	R\$ 500,00
9491-0/00	Atividades de organizações religiosas	9491-0/00	R\$ 300,00
9492-8/00	Atividades de organizações políticas	9492-8/00	R\$ 300,00
9493-6/00	Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte	9493-6/00	R\$ 500,00
9499-5/00	Atividades associativas não especificadas anteriormente	9499-5/00	R\$ 500,00
9511-8/00	Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos	9511-8/00	R\$ 500,00
9512-6/00	Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação	9512-6/00	R\$ 500,00
9521-5/00	Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico	9521-5/00	R\$ 500,00
9529-1/01	Reparação de calçados, bolsas e artigos de viagem	9529-1/01	R\$ 300,00
9529-1/02	Chaveiros	9529-1/02	R\$ 300,00
9529-1/03	Reparação de relógios	9529-1/03	R\$ 300,00
9529-1/04	Reparação de bicicletas, triciclos e outros veículos não-motorizados	9529-1/04	R\$ 300,00
9529-1/05	Reparação de artigos do mobiliário	9529-1/05	R\$



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

			300,00
9529-1/06	Reparação de jóias	9529-1/06	R\$ 300,00
9529-1/99	Reparação e manutenção de outros objetos e equipamentos pessoais e domésticos não especificados anteriormente	9529-1/99	R\$ 300,00
9601-7/01	Lavanderias	9601-7/01	R\$ 300,00
9601-7/02	Tinturarias	9601-7/02	R\$ 300,00
9601-7/03	Toalheiros	9601-7/03	R\$ 500,00
9602-5/01	Cabeleireiros	9602-5/01	R\$ 300,00
9602-5/01	Cabeleireiros	9602-5/02	R\$ 300,00
9602-5/02	Atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza	9602-5/02	R\$ 300,00
9602-5/02	Atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza	9609-2/01	R\$ 300,00
9603-3/01	Gestão e manutenção de cemitérios	9603-3/01	R\$ 1.000,00
9603-3/02	Serviços de cremação	9603-3/02	R\$ 1.000,00
9603-3/03	Serviços de sepultamento	9603-3/03	R\$ 1.000,00
9603-3/04	Serviços de funerárias	9603-3/04	R\$ 500,00
9603-3/05	Serviços de somatoconservação	9603-3/05	R\$ 500,00
9603-3/99	Atividades funerárias e serviços relacionados não especificados anteriormente	9603-3/99	R\$ 1.000,00
9609-2/02	Agências matrimoniais	9609-2/02	R\$ 500,00
9609-2/03	Alojamento, higiene e embelezamento de animais	9609-2/03	R\$ 500,00
9609-2/04	Exploração de máquinas de serviços pessoais acionadas por moeda	9609-2/04	R\$ 500,00
9609-2/05	Atividades de sauna e banhos	9609-2/01	R\$ 500,00
9609-2/06	Serviços de tatuagem e colocação de piercing	9609-2/99	R\$ 500,00
9609-2/99	Outras atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente	9609-2/99	R\$ 500,00
9700-5/00	Serviços domésticos	9700-5/00	R\$ 500,00
9900-8/00	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	9900-8/00	R\$ 3.000,00



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

OBS: NÃO SENDO ENCONTRADA A ATIVIDADE EXATA, O VALOR DA TAXA  
SERÁ O MESMO DA ATIVIDADE QUE MAIS SE ASSEMELHAR.

**ANEXO II**

**TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA  
EXPLORAÇÃO DOS MEIOS DE PUBLICIDADE**

ITENS	DISCRIMINAÇÃO	REAL	PERIODICIDADE
I	Tabuletas (outdoor) para afixação de cartazes substituíveis, por unidade.	R\$ 200,00	mensal
II	Panfletos e prospectos, por local	R\$ 6,00	diária
III	Anúncios em veículos de transportes de passageiros, por unidade	R\$ 3,00	diária
IV	Anúncios em veículos de propulsão humana, por unidade	R\$ 1,00	diária
V	Veículo automotor (moto) de propaganda, por unidade	R\$ 2,00	diária
VI	Veículo automotor (carro, caminhão, etc) de propaganda, por unidade	R\$ 3,00	diária
VII	Veículos de propaganda com propulsão humana, por unidade	R\$ 1,00	diária
VIII	Infláveis, por unidade	R\$ 3,00	diária
IX	Faixas ou anúncios provisórios, por unidade	R\$ 10,00	diária
X	Anúncios, por m <sup>2</sup> , com dimensão mínima de 1m <sup>2</sup> :	R\$ 10,00	diária
XI	Propaganda ao ar livre em engenhos dos tipos painéis com suporte auto-portante (backlight, frontlight, biface, triface, eletrônico publicitário e outros).	R\$ 3,00	diária



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

## ANEXO III

### TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA ABATE DE ANIMAIS

INSPEÇÃO SANITÁRIA EM ABATE	QUANTIDADE	VALOR
Bovinos/Bubalinos.	por cabeça	R\$ 50,00
Ovinos.	por cabeça	R\$ 10,00
Caprinos.	por cabeça	R\$ 10,00
Suínos.	por cabeça	R\$ 15,00

**OBS:** Quando o animal a ser abatido for comercializado no espaço público administrado pelo Município de São Miguel dos Campos, não será cobrada a Taxa de Ocupação de Áreas, Praças, Vias e Logradouros Públicos, disposta no **Anexo V** a esta Lei.



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

## ANEXO IV

### TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, LOTEAMENTOS E HABITE-SE

1- Construção, reconstrução e ampliação de prédios residenciais por m2	R\$ 1,00
2- Construção, reconstrução e ampliação de prédios não residenciais por m2	R\$ 1,50
3- Reformas e reparos de prédios residenciais por m2	R\$ 0,50
4- Reformas e reparos de prédios não residenciais por m2	R\$ 1,00
5- Construção de muro por metro linear	R\$ 0,50
6- Demolição de prédios por m2	R\$ 0,50
7- Para execução de levantamento e loteamento de terrenos, cobrado por 100 m2 ou fração:	
7.1 - Por terreno até 30.000 m2, a cada 100 m2	R\$ 4,00
7.2 - Pelo que exceder de 30.000 m2, a cada 100 m2	R\$ 2,00
8- Desmembramento e remembramento de terrenos por terreno desmembrado ou remembrado:	
8.1- Até 500 m2	R\$ 50,00
8.2- Acima de 500 m2	R\$ 100,00
9- Aprovação de arruamento por metro:	
9.1- Com meio fio e linha d'água	R\$ 0,20
9.2- Com toda infra-estrutura básica	R\$ 0,30
10- Vistoria para comprovar condições de habitabilidade-"Habite-se":	
10.1- Até 40.00 m2	R\$ 3,00
10.2 - De 41.00 m2 acima (por m2)	R\$ 2,00
10.3- Taxa de retirada de entulho (por m3)	R\$ 5,00
10.4- Multa por não possuir alvará de construção, reforma e Habite-se por m2	R\$ 5,00



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

## ANEXO V

### TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DE ÁREAS EM IMÓVEIS, EQUIPAMENTOS, PRAÇAS, VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

USO DE AREAS EM IMÓVEIS OU EQUIPAMENTOS PÚBLICOS	TERMINAL RODOVIÁRIO	MERCADO PÚBLICO
Comércio de Alimentos (RESTAURANTES)	R\$ 400,00	R\$ 32,00
Comércio de Alimentos (LANCHONETES)	R\$ 200,00	R\$ 32,00
Serviços de Transportes	R\$ 200,00	-----
Outros Tipos de Comércio	R\$ 70,00	R\$ 32,00

USO DE AREAS EM PRAÇAS, VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS	REAIS
<b>1. Feira Livre:</b>	
Por dia e por banca (Padrão Determinado pelo Município)	R\$ 4,00
<b>2. Eventos populares:</b>	
Por dia e por m <sup>2</sup>	R\$ 3,00
<b>3. Eventos Comerciais e de Prestação de Serviços:</b>	
Área de até 10m <sup>2</sup> , por mês	R\$ 70,00
Área acima de 10m <sup>2</sup> , taxa fixa de R\$ 70,00 acrescida de valor por dia e por m <sup>2</sup> de	R\$ 3,00

## ESPECIFICAÇÕES

1 – A TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DE ÁREAS EM IMOVEIS, EQUIPAMENTOS, PRAÇAS, VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS terá um acréscimo, no caso de utilização, pelos usuários, de ponto de luz ou energia, de responsabilidade da administração municipal, para alimentar geladeiras ou freezer, de R\$ 8,00 (oito reais) semanais, para cada aparelho.



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

## ANEXO VI

### TAXA DE COLETA, TRANSPORTE E/OU DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

#### TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA E COLETA DE LIXO E RESÍDUOS DOMICILIARES

##### 01 – RESIDENCIAIS

Faixas por área de Construção (m <sup>2</sup> )	R\$
1ª - de 0 até 30 m <sup>2</sup> .....	0,20
2ª - de 31 até 60 m <sup>2</sup> .....	0,20
3ª - de 61 até 90 m <sup>2</sup> .....	0,20
4ª - de 91 até 120 m <sup>2</sup> .....	0,20
5ª - de 121 até 200 m <sup>2</sup> .....	0,30
6ª - de 201 até 350 m <sup>2</sup> .....	0,30
7ª - Acima de 350 m <sup>2</sup> .....	0,30

##### 02 – COMÉRCIO E SERVIÇOS

1ª - de 0 até 30 m <sup>2</sup> .....	1,00
2ª - de 31 até 60 m <sup>2</sup> .....	1,00
3ª - de 61 até 90 m <sup>2</sup> .....	1,00
4ª - de 91 até 120 m <sup>2</sup> .....	1,00
5ª - de 121 até 200 m <sup>2</sup> .....	1,00
6ª - de 201 até 350 m <sup>2</sup> .....	1,00
7ª - Acima de 350 m <sup>2</sup> .....	1,00

##### 03 – INDÚSTRIAS

1ª - de 0 até 250 m <sup>2</sup> .....	1,00
2ª - de 251 até 750 m <sup>2</sup> .....	1,00
3ª - Acima de 750 m <sup>2</sup> .....	1,00

##### 04 – ESTABELECIMENTO DE SAÚDE ( LIXO HOSPITALAR )

1ª - de 0 até 350 m <sup>2</sup> .....	4,00
2ª - de 351 até 750 m <sup>2</sup> .....	1,00
3ª - Acima de 750 m <sup>2</sup> .....	1,00

##### 05 – OUTROS NÃO ESPECIFICADOS

1ª - de 0 até 200 m <sup>2</sup> .....	0,30
2ª - de 201 até 350 m <sup>2</sup> .....	0,30
3ª - Acima de 350 m <sup>2</sup> .....	0,40



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

## ANEXO VII

### TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE REPARAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS

ESPECIFICAÇÃO	REAL
Para logradouro pavimentado, por tipo de pavimentação e por m².	
a) Reposição de asfalto, por m².	R\$ 60,00
b) Reposição de calçamento, por m².	R\$ 15,00





Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

## ANEXO VIII

### TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE EXPEDIENTE E SERVIÇOS DIVERSOS

ESPECIFICAÇÃO - EXPEDIENTE	REAL
01 - BAIXA de qualquer natureza em lançamentos ou registros.	R\$ 30,00
02 - CONTRATOS COM O MUNICÍPIO:	
a) - Permissões de uso de terrenos em cemitérios públicos	R\$ 20,00
b) - Prorrogação e transferência de contratos de qualquer natureza celebrados com o Município	R\$ 20,00
03 - EMISSÃO DE DOCUMENTOS PADRONIZADOS (DAMS)	
a) Taxa de Expediente (por documento)	R\$ 6,00
b) Certidões, Declarações e Autorizações (por documento)	R\$ 30,00
04 - RENOVAÇÃO DE ALVARÁS – RESIDENCIAL (por semestre e por M2)	R\$ 0,50
05 - RENOVAÇÃO DE ALVARÁS – COMERCIAL (por semestre e por M2)	R\$ 0,75
06 - SEGUNDA VIA DE ALVARÁS E HABITE-SE (por documento)	R\$ 30,00
07 - OUTROS ATOS DO PREFEITO OU DE AUTORIDADE COM DELEGAÇÃO DE PODERES NÃO ESPECIFICADOS NESTA TABELA, E QUE DEPENDAM DE ANOTAÇÕES, E ATOS ADMINISTRATIVOS DE CARÁTER NORMATIVO	R\$ 20,00



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

ESPECIFICAÇÕES - SERVIÇOS DIVERSOS	REAL
<b>1 – TAXA DE NUMERAÇÃO DE PRÉDIOS:</b>	
a) por numeração	R\$ 8,00
b) por renumeração	R\$ 8,00
<b>2 – DEMARCAÇÃO, ALINHAMENTO E NIVELAMENTO DE IMÓVEIS:</b>	
a) por serviço de extensão até 12m lineares.	R\$ 10,00
b) por serviço de extensão, pelo que exceder a cada 12m lineares.	R\$ 5,00
c) rebaixamento e colocação de guias, por metro linear.	R\$ 10,00
<b>3 – TAXA DE APREENSÃO:</b>	
<b>3.01 – Pelo primeiro dia ou fração:</b>	
a) ambulantes.	R\$ 10,00
b) demais apreensões.	R\$ 15,00
<b>3.02 – Por cada dia subsequente:</b>	
a) ambulantes.	R\$ 3,00
b) demais apreensões.	R\$ 4,00
<b>4 – CEMITÉRIOS.</b>	
<b>4.01 – Inumação</b>	
<i>I – Sepultura Rasa:</i>	
a) de adulto	R\$ 20,00
b) de infante	R\$ 10,00
<i>II – Jazigo, Mausoléu, Catacumba e Gaveta.</i>	
a) de adulto	R\$ 30,00
b) de infante	R\$ 20,00
<b>4.02 – Prorrogação de Prazo:</b>	
a) sepultura rasa	R\$ 15,00
b) gaveta, catacumba, carneiro e nicho.	R\$ 30,00
<b>4.03 – Perpetuidade:</b>	
a) de jazigo (mausoléu), catacumba e nicho.	R\$ 200,00
<b>4.04 – Arrendamento:</b>	
a) de cova rasa (manutenção anual)	R\$ 25,00
b) de carneiro (manutenção anual)	R\$ 35,00
c) de jazigo (mausoléu), catacumba e nicho (manutenção anual)	R\$ 45,00
<b>4.05 – Exumações:</b>	
a) antes de vencimento o prazo natural de decomposição	R\$ 60,00
b) após vencimento o prazo natural de decomposição	R\$ 40,00
<b>4.06 – Diversos:</b>	
a) abertura de sepultura rasa.	R\$ 10,00
b) abertura de carneiro, jazigo, mausoléu, catacumba, gaveta e nincho.	R\$ 20,00
c) entrada e saída de ossada no cemitério.	R\$ 30,00
d) remoção de ossada do interior do cemitério.	R\$ 20,00
e) para construção de jazigo (mausoléu), catacumba, gavetas e ossário.	R\$ 20,00
f) para manutenção anual de ocupação de ossário.	R\$ 20,00
g) velório.	R\$ 30,00
<b>5 – OUTROS SERVIÇOS MUNICIPAIS NÃO ESPECIFICADOS</b>	R\$ 20,00



Lei nº. 1.399 de 16/12/2014

ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS

## ANEXO IX

### TAXA DE TRANSPORTE TRÂNSITO

COD	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR
01	1ª EMISSÃO DE ALVARÁ/PERMISSÃO MOTO	R\$ 58,00
02	RENOVAÇÃO E 2ª VIA DE ALVARÁ/PERMISSÃO MOTO	R\$ 48,00
03	1ª EMISSÃO DE ALVARÁ/PERMISSÃO OUTROS VEÍCULOS	R\$ 108,00
04	RENOVAÇÃO E 2ª VIA ALVARÁ/PERMISSÃO OUTROS VEÍCULOS	R\$ 58,00
05	DIÁRIA VEÍCULO PEQUENO PORTE SMTT	R\$ 5,80
06	DIÁRIA VEÍCULO BICICLETA/MOTO SMTT	R\$ 3,86
07	LEVANTAMENTO DADOS ACIDENTES	R\$ 154,72
08	EMISSÃO DE CREDENCIAL DE ESTACIONAMENTO PARA IDOSO/PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS	R\$ 19,34
09	2ª VIA DE CREDENCIAL DE ESTACIONAMENTO PARA IDOSO/PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS	R\$ 19,34
10	EMISSÃO DE CERTIDÕES/DECLARAÇÕES	R\$ 58,00
11	OUTROS SERVIÇOS	R\$ 19,34
12	REBOQUE URBANO MOTO OU BICICLE	R\$ 60,00
13	REBOQUE URBANO PEQUENO PORTE	R\$ 80,00
14	REBOQUE URBANO GRANDE PORTE	R\$ 160,00
15	VISTORIAS DE COLETIVO (por unidade vistoriada)	R\$ 80,00
16	VISTORIAS DE TRANSPORTE ALTERNATIVO (por unidade vistoriada)	R\$ 80,00
17	VISTORIAS DE TÁXIS (por unidade vistoriada)	R\$ 50,00



Lei nº: 1.399 de 16/12/2014

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS**

*[Handwritten signature]*  
**George Clemente Vieira**  
**Prefeito**

*Certifico que a presente Lei foi Publicada no Mural afixado no átrio da Prefeitura Municipal de São Miguel dos Campos/AL, situada na Av. Dep. Diney Torres, s/n, Bairro Geraldo Sampaio, São Miguel dos Campos, Alagoas, para conhecimento dos munícipes, conforme determina o art. 37 da Constituição Federal.*  
*São Miguel dos Campos, AL, 23 de Setembro de 2014.*

*[Handwritten signature]*  
**Isa Maria Barros de Magalhães**  
**Secretária Municipal de Administração e Finanças**